Anexo A

REGULAMENTO

DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VJP CONSIGNADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ nº 57.661.848/0001-89

26 de março de 2025.

Sumário

1.DEFINIÇÕES.....4
2.DENOMINAÇÃO, CATEGORIA E PRAZO DE DURAÇÃO..... 4
3.PÚBLICO-ALVO.....4
4.OBJETIVO.....5
5.ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 5
6.SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA 12
7.ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS 13
8.ENCARGOS DO FUNDO.....18
9.DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES..... 20
10.DISPOSIÇÕES FINAIS..... 20
ANEXO DESCRITIVO.....22
1.DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO, CATEGORIA E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA..22 2.SUBCLASSES E RESPONSABILIDADE LIMITADA 3. PÚBLICO-ALVO 4.ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO 5.OBJETIVO6. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA 7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, CONDIÇÕES DE CESSÃO OU AQUISIÇÃO 8. COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CLASSE, CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DAS COTAS9. ATRIBUIÇÃO DE RESULTADO ÀS COTAS 10. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS 11. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS 12. ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS 13.EVENTOS DE AVALIAÇÃO, EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO58 15.PRESTADORES DE SERVIÇO 16.TAXAS E REMUNERAÇÕES 17.CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE 18.DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO 19. DA RESERVA DE CAIXA 20. FATORES DE RISCO ANEXO I - DEFINIÇÕES SUPLEMENTO I - SUPLEMENTO DE EMISSÃO DE COTAS SÊNIOR SUPLEMENTO II - SUPLEMENTO DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS MEZANINO.....109
SUPLEMENTO III - SUPLEMENTO DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADA JÚNIOR.....112
SUPLEMENTO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO I. Política de Concessão de Crédito 1.Objetivo2. Abrangência 3. Descrição dos Procedimentos 4. Regras de Crédito SUPLEMENTO V - POLÍTICA DE CO Política de Cobrança Ordinária Política de Cobrança Extraordinária 1.Objetivo2.Abrangência3.Vigência4.Procedimentos de cobrança 5.Exceções6.Parâmetros de Renegociação SUPLEMENTO VI - METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM SUPLEMENTO VII – PROCESSO DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO


singulare


VINCI
partners

REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VJP CONSIGNADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para fins do disposto neste Regulamento, no Anexo e eventuais Apêndices, os termos e expressões iniciados em letra maiúscula, no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos no Anexo I a este Regulamento, sem prejuízo das definições específicas dispostas no Anexo e/ou ao longo deste Regulamento.

1.2. Em caso de conflito entre as disposições deste Regulamento e do Anexo, prevalecerá o disposto na regra específica (Anexo) sobre a regra geral (Regulamento).

1.3. O Fundo é constituído com uma classe única de Cotas, sendo vedada a afetação ou a vinculação, a qualquer título, de parcela do patrimônio do Fundo a qualquer Subclasse de Cotas eventualmente existente. Desta forma, considerando que o Fundo é constituído com classe única de Cotas, quando aplicável, as referências à Classe no Regulamento e/ou no Anexo serão entendidas como referências ao Fundo e vice-versa.

1.4. A eventual criação de novas Subclasses e séries de Subclasses de Cotas Sênior adicionais de cada Classe será aprovada em Assembleia Geral de Cotistas. Não é admitida nova distribuição de Cotas de Classe fechada antes de encerrada a distribuição anterior de cotas da mesma Classe ou Subclasse.

1.5. Não será permitida a constituição de novas Classes de Cotas que alterem o tratamento tributário aplicável em relação ao Fundo ou às demais Classes existentes.

2. DENOMINAÇÃO, CATEGORIA E PRAZO DE DURAÇÃO

2.1. O Fundo, denominado **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VJP CONSIGNADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA**, será regido, em seus aspectos gerais, pelo presente Regulamento, em relação à sua Classe e cada Subclasse, pelo Anexo e pelos Apêndices, respectivamente.

2.2. O Fundo terá prazo de duração indeterminado, sendo que cada Classe e cada Subclasse, conforme o caso, terá prazo de duração conforme descrito no Anexo, observados os casos de liquidação antecipada do Fundo ou de liquidação antecipada da Classe.

3. PÚBLICO-ALVO

3.1. O Fundo será destinado exclusivamente aos Investidores Qualificados e que busquem, no longo prazo, a valorização das suas Cotas de modo condizente com a

Política de Investimentos descrita no Anexo, tendo ciência dos riscos inerentes a esta aplicação, conforme descritos neste Regulamento e/ou no Anexo.

4. OBJETIVO

4.1. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas Cotas através da aplicação preponderante dos recursos do Fundo na aquisição junto às Cedentes de Direitos de Crédito Elegíveis, concedidos pelas Cedentes a Devedores, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente, neste Regulamento e/ou no Anexo.

4.1.1. A Entidade Consignatária mantém convênio com Entes Públicos Conveniados e o Convênio para que os empréstimos concedidos aos Devedores pelas Cedentes sejam objeto de Consignação.

4.1.1. Para os fins do Código ANBIMA e normativos a ele relacionados, o Fundo é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios, tipo "Financeiro" e foco de atuação "Crédito Consignado".

4.1.2. Não há qualquer garantia ou promessa do Fundo, da Administradora, da Gestora, do Coordenador Líder, do Custodiante, do Controlador, do Agente de Conta Fiduciária, da Cedente, da Entidade Consignatária ou dos Devedores acerca da rentabilidade das aplicações de recursos no Fundo.

4.1.3. Resultados e rentabilidade obtidos pelo Fundo no passado não representam quaisquer garantias de resultados ou rentabilidade futuros.

5. ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5.1. <u>Administração</u>

5.1.1. As atividades de administração do Fundo serão exercidas pela Administradora. A Administradora, observadas as limitações legais e as previstas na regulamentação aplicável, tem poderes para praticar os atos necessários à administração fiduciária do Fundo, na sua respectiva esfera de atuação.

5.1.2. Incluem-se entre as obrigações da Administradora, além das demais previstas na Resolução CVM nº 175 e em regulamentação específica:

i. diligenciar para que sejam mantidos, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem:

a. o registro de Cotistas;

b. o livro de atas das Assembleias Gerais;

c. o livro ou lista de presença de Cotistas;

d. os pareceres do Auditor Independente; e

e. os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo.

ii. solicitar, se for o caso, conforme orientação da Gestora, a admissão à negociação das Cotas em mercado organizado;

iii. pagar a multa cominatória às suas expensas, nos termos da legislação vigente, por cada dia de atraso no cumprimento dos prazos previstos na regulamentação aplicável;

iv. elaborar e divulgar as informações periódicas e eventuais da Classe;

v. manter atualizada junto à CVM a lista de todos os prestadores de serviços contratados pela Classe, inclusive os prestadores de serviços essenciais, bem como as demais informações cadastrais do Fundo e da Classe;

vi. manter serviço de atendimento ao Cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, conforme definido neste Regulamento e/ou Anexo;

vii. monitorar os Eventos de Avaliação e os Eventos de Liquidação;

viii. observar as disposições constantes deste Regulamento, do Anexo e Apêndices;

ix. cumprir as deliberações da Assembleia de Cotistas;

x. calcular e divulgar o valor da cota e do patrimônio líquido das Classes e Subclasses, conforme previsto neste Regulamento e no Anexo;

xi. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações contábeis, manter, separadamente, registros com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora, Gestora, Custodiante, Entidade Registradora, consultoria especializada, se houver, e respectivas Partes Relacionadas, de um lado; e a Classe, de outro;

xii. encaminhar o informe mensal à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do mês a que se referirem as informações;

xiii. calcular mensalmente, em conjunto com a Gestora, até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário todos os índices a serem utilizados na avaliação do desempenho da Classe e/ou dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira, a exemplo do: (i) Índice de Atraso; (ii) Índice de Perda Líquida; (iii) Índice de Resolução de Cessão; (iv) Índice de Arrecadação das Contas Fiduciárias; e (v) Índice de Pré-Pagamento;

xiv. divulgar diariamente e manter, em seu website, informações atualizadas e apuradas diariamente em relação à Razão de Garantia;

xv. encaminhar o demonstrativo de composição e diversificação das aplicações das classes de investimento em cotas à CVM, mensalmente, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, conforme formulário disponível no referido sistema, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento do mês a que se referirem as informações;

xvi. encaminhar o demonstrativo trimestral à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do trimestre civil a que se referirem as informações, conforme o inciso V do artigo 27 do Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175;

xvii. encaminhar mensalmente ao Sistema de Informações de Créditos do BACEN – SCR, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento do mês a que se referirem, documento composto pelos dados individualizados de risco de crédito referentes a cada operação de crédito, conforme modelos disponíveis na página do BACEN na rede mundial de computadores; e

xviii. observar, no que for aplicável ao Fundo e às suas atividades, as regras de autorregulação da ANBIMA.

5.2. **Gestão**

5.2.1. A Gestora, observadas as limitações legais e as previstas na regulamentação aplicável, tem poderes para praticar os atos necessários à gestão da Carteira, na sua respectiva esfera de atuação.

5.2.2. Incluem-se entre as obrigações da Gestora, além das demais previstas na Resolução CVM nº 175 e em regulamentação específica:

i. informar à Administradora, de imediato, caso ocorra qualquer alteração em prestador de serviço por ela contratado;

ii. providenciar a elaboração do material de divulgação da classe para utilização pelos distribuidores, às suas expensas;

iii. diligenciar para manter atualizada e em perfeita ordem, às suas expensas, a documentação relativa às operações da Classe;

iv. manter a Carteira enquadrada aos limites de concentração e, se for o caso, de exposição ao risco de capital;

v. observar as disposições constantes deste Regulamento;

vi. cumprir as deliberações da Assembleia de Cotistas;

vii. acompanhar a aderência, pela Cedente e pela Entidade Consignatária, da política de concessão de crédito por ela adotada;

viii. calcular e validar a Taxa de Cessão dos Direitos de Crédito à Classe;

ix. solicitar à Administradora a emissão de novas Cotas Subordinadas Júnior;

x. sugerir à Administradora modificações neste Regulamento, a serem aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas, no que se refere às competências de gestão dos investimentos do Fundo ou qualquer outra que julgue necessária; e

xi. acompanhar, com base nas informações fornecidas pelo Custodiante, os Eventos de Avaliação.

5.2.3. Em acréscimo às demais obrigações previstas no item 5.2.2, a Gestora é responsável pelas seguintes atividades:

i. estruturar o Fundo, nos termos da Resolução CVM nº 175;

ii. executar a Política de Investimentos, devendo analisar e selecionar os Direitos de Crédito para a Carteira, o que inclui, no mínimo:

a. verificar o enquadramento dos Direitos de Crédito à Política de Investimentos, compreendendo, no mínimo, a validação dos Direitos de Crédito quanto aos Critérios de Elegibilidade e a observância aos requisitos de composição e diversificação, de forma individualizada ou por amostragem, utilizando modelo estatístico consistente e passível de verificação, nos termos do Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175;

b. avaliar a aderência do risco de performance dos Direitos de Crédito, se houver, à Política de Investimentos;

iii. registrar os Direitos de Crédito na Entidade Registradora ou entregá-los ao Custodiante ou à Administradora, conforme o caso;

iv. na hipótese de ocorrer substituição de Direitos de Crédito, por qualquer motivo, diligenciar para que a relação entre risco e retorno da carteira de Direitos de Crédito não seja alterada, nos termos da Política de Investimentos;

v. efetuar a correta formalização dos documentos relativos à cessão dos Direitos de Crédito;

vi. receber e verificar os Documentos Representativos do Crédito que evidenciam a existência, integridade e titularidade do lastro dos Direitos de Crédito e títulos representativos de crédito na forma estabelecida neste Regulamento ou contratar terceiros para efetuar a verificação de lastro, devendo constar do contrato de prestação de serviço as regras e procedimentos aplicáveis à verificação e fiscalizar a sua atuação no tocante às observâncias das regras e procedimentos aplicáveis à verificação;

vii. diligenciar para que eventuais inconsistências apontadas nos relatórios de lastro sejam tratadas tempestivamente;

viii. sem prejuízo de outros parâmetros eventualmente definidos neste Regulamento e no Anexo, monitorar:

a. a Razão de Garantia; e

b. a adimplência da carteira de Direitos de Crédito e, em relação aos Direitos de Crédito vencidos e não pagos, diligenciar para que sejam adotados os procedimentos de cobrança, observado que essa última obrigação inexiste no caso de hipóteses de dispensa previstas neste Regulamento e/ou no Anexo.

ix. a taxa de retorno dos Direitos de Crédito, considerando, no mínimo, pagamentos, pré-pagamentos e inadimplência.

5.2.4. A Gestora pode utilizar Direitos de Crédito da carteira na retenção de risco da Classe em suas Operações com Derivativos.

5.3. **Vedações**

5.3.1. É vedado à Administradora e à Gestora, em suas respectivas esferas de atuação, praticar os seguintes atos em nome do Fundo:

i. receber depósito em conta corrente;

ii. contrair ou efetuar empréstimos, salvo nas hipóteses previstas nos artigos 113, inciso V, e 122, inciso II, alínea "a", item 3, da Resolução CVM nº 175 ou, ainda, na regra específica aplicável à categoria do Fundo, observada, ainda, eventuais

restrições e/ou vedações constantes da regulamentação específica aplicável aos cotistas do Fundo;

iii. vender Cotas a prestação, sem prejuízo da possibilidade de integralização a prazo de Cotas subscritas;

iv. garantir rendimento predeterminado aos Cotistas;

v. utilizar recursos da Classe para pagamento de seguro contra perdas financeiras de Cotistas;

vi. praticar qualquer ato de liberalidade; e/ou

vii. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma.

5.4. **Demais serviços**

5.4.1. Incluem-se entre as obrigações da Administradora contratar, em nome do Fundo, observado o disposto no Anexo, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os seguintes serviços:

i. tesouraria, controle e processamento dos ativos;

ii. escrituração das Cotas; e

iii. auditoria independente, nos termos do artigo 69 da Resolução CVM nº 175.

5.4.2. Em acréscimo aos serviços previstos no item 5.4.1, a Administradora deve contratar, em nome do Fundo, observado o disposto no Anexo, os seguintes serviços:

i. registro de Direitos de Crédito em Entidade Registradora, observado que a entidade registradora não pode ser Parte Relacionada da Gestora ou da consultoria especializada, caso esta venha a ser contratada;

ii. custódia dos Direitos de Crédito que não sejam passíveis de registro em entidade registradora;

iii. custódia de valores mobiliários integrantes da Carteira, se for o caso;

iv. guarda da documentação que constitui o lastro dos Direitos de Crédito, a qual pode se dar por meio físico ou eletrônico; e

v. liquidação física ou eletrônica e financeira dos Direitos de Crédito.

5.4.2.1. Nos termos do Artigo 37 do Anexo Normativo II da Resolução CVM nº 175 e sem prejuízo do disposto no item 5.2.3, subitem iii, acima, a contratação do Custodiante, objeto do subitem ii do item 5.4.2 acima, somente será necessária caso a Classe aplique recursos em Direitos de Crédito que não sejam passíveis de registro em Entidade Registradora. A contratação do Custodiante para realizar o serviço de custódia dos Direitos de Crédito que não sejam passíveis de registro será feito sem acréscimo de encargos para a Classe Única.

5.4.3. A Gestora poderá contratar, em nome do Fundo, observado o disposto no Anexo, observado o disposto na Resolução CVM nº 175, com terceiros devidamente habilitados e autorizados, os seguintes serviços:

i. intermediação de operações para a Carteira;

ii. distribuição de Cotas;

iii. consultoria de investimentos;

iv. classificação de risco por Agência Classificadora de Risco;

v. formador de mercado; e

vi. cogestão da carteira de ativos.

5.4.4. A Gestora e a Administradora podem prestar os serviços de que tratam os subitens i e ii do item 5.4.3 acima, observada a regulamentação aplicável às referidas atividades.

5.4.5. Em acréscimo aos serviços previstos no item 5.4.3, a Gestora poderá contratar, em nome da Classe, observado o disposto no Anexo, os seguintes prestadores de serviços:

i. consultoria especializada; e

ii. agente de cobrança.

5.4.6. A Administradora e a Gestora, observado o disposto na Resolução CVM nº 175, podem contratar, outros serviços em benefício da Classe, que não estejam listados nos itens acima, observado que, nesse caso:

i. a contratação não ocorre em nome do Fundo, salvo previsão diversa neste Regulamento ou aprovação em Assembleia de Cotistas; e

ii. caso o prestador de serviço contratado não seja um participante de mercado regulado pela CVM ou o serviço prestado ao Fundo não se encontre dentro da esfera

de atuação da CVM, a Administradora ou a Gestora, conforme o caso, deve fiscalizar as atividades do terceiro contratado relacionadas ao Fundo.

5.5. **Responsabilidade dos Prestadores de Serviços**

5.5.1. A Administradora, a Gestora e os prestadores de serviços respondem perante a CVM, entre si, o Fundo, a Classe e/ou os Cotistas, nas suas respectivas esferas de atuação, sem solidariedade, por seus próprios atos e omissões contrários à lei, ao Regulamento, ao Anexo e eventuais Apêndices, ou à regulamentação vigente, sem prejuízo do exercício do dever de fiscalizar, nas hipóteses expressamente previstas na Resolução CVM nº 175, bem como naquelas eventualmente previstas neste Regulamento e/ou no Anexo.

6. SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA

6.1. A Administradora e/ou a Gestora devem ser substituídas nas hipóteses de:

i. descredenciamento para o exercício da atividade que constitui o serviço prestado ao Fundo, por decisão da CVM;

ii. renúncia; ou

iii. destituição, por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas.

6.2. O pedido de declaração judicial de insolvência do Fundo impede a Administradora de renunciar à administração fiduciária do Fundo, mas não sua destituição por força de deliberação da Assembleia de Cotistas.

6.3. Nas hipóteses de descredenciamento ou renúncia, fica a Administradora obrigada a convocar imediatamente Assembleia Geral de Cotistas para eleger um substituto, a se realizar no prazo de até 15 (quinze) dias, sendo facultada a convocação da assembleia a Cotistas que detenham Cotas representativas de ao menos 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

6.4. No caso de renúncia, a Administradora e/ou a Gestora, conforme o caso, devem permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deve ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da renúncia.

6.5. Caso a Administradora e/ou a Gestora que renunciou não seja substituída dentro do prazo referido no item 6.4 o Fundo deve ser liquidado, nos termos da Resolução CVM nº 175, devendo a Gestora permanecer no exercício de suas funções até a conclusão da liquidação e a Administradora até o cancelamento do registro do Fundo na CVM.

6.6. No caso de descredenciamento da Administradora e/ou da Gestora, a superintendência competente da CVM pode nomear administrador ou gestor temporário, conforme o caso, inclusive para viabilizar a convocação de Assembleia Geral de Cotistas de que trata o item 6.3 acima.

6.7. Caso a Administradora e/ou a Gestora que foi descredenciada não seja substituída pela Assembleia Geral de Cotistas, o Fundo deve ser liquidado, nos termos da Resolução CVM nº 175, devendo a Gestora permanecer no exercício de suas funções até a conclusão da liquidação e a Administradora até o cancelamento do registro do Fundo na CVM.

6.8. No caso de alteração de prestador de serviço essencial, a Administradora ou a Gestora substituída deve encaminhar ao substituto cópia de toda a documentação referida no artigo 130 da Resolução CVM nº 175, em até 15 (quinze) dias contados da efetivação da alteração.

6.9. No caso de decretação de regime de administração especial temporária – RAET, intervenção, liquidação extrajudicial, insolvência ou falência da Administradora, deve ser automaticamente convocada Assembleia Geral de Cotistas, no prazo de 5 (cinco) dias contados do ocorrido, para nomeação de representante de Cotistas, ficando o liquidante, o administrador temporário ou o interventor obrigado a dar cumprimento ao disposto na regulamentação aplicável.

6.10. É facultado ao liquidante, ao administrador temporário ou ao interventor, conforme o caso, solicitar à CVM que nomeie um administrador temporário ou convocar Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre a transferência da administração da Classe para outra instituição financeira ou credenciada pela CVM ou sobre a sua liquidação.

7. ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

7.1. **Competência**

7.1.1. Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento e no Anexo, compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas deliberar sobre, observados os respectivos quóruns de deliberação previstos no Anexo:

i. as demonstrações contábeis do Fundo, nos termos do artigo 71 da Resolução CVM nº 175;

ii. a substituição da Administradora, da Gestora, do Controlador e/ou do Custodiante, do Agente de Conta Fiduciária ou do banco depositário da Conta da Classe, sendo que, destes dois últimos, desde que o referido prestador seja uma Instituição Autorizada;

iii. a fusão, a incorporação, a cisão, total ou parcial, a transformação ou a liquidação do Fundo;

iv. a alteração do Regulamento, ressalvado o disposto no item 7.1.2 abaixo;

v. o plano de resolução de Patrimônio Líquido negativo, nos termos do artigo 122 da Resolução CVM nº 175; e

vi. o pedido de declaração judicial de insolvência da Classe de Cotas.

7.1.2. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração: (i) decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a normas legais ou regulamentares, exigências expressas da CVM, de entidade administradora de mercados organizados onde as cotas do fundo sejam admitidas à negociação, ou de entidade autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM, conforme o caso; (ii) for necessária em virtude da atualização dos dados cadastrais da Administradora ou dos prestadores de serviços do Fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; e (iii) envolver redução da taxa devida a prestador de serviços.

7.1.3. As alterações referidas nos subitens i e ii do item 7.1.2 acima devem ser comunicadas aos Cotistas da respectiva Classe, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data em que tiverem sido implementadas. A alteração referida no subitem iii acima deve ser imediatamente comunicada aos Cotistas da respectiva Classe.

7.2. **Convocação e Instalação**

7.2.1. A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de correio eletrônico (e-mail) endereçado a cada um dos Cotistas com o respectivo aviso de recebimento, ou, alternativamente, por meio de envio de carta com aviso de recebimento exclusivamente para aqueles Cotistas que assim solicitarem previamente e por escrito à Administradora. Admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com a primeira convocação. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas preferencialmente mediante processo de consulta forma.

7.2.2. Da convocação devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas, sem prejuízo da possibilidade de a assembleia ser parcial ou exclusivamente eletrônica.

7.2.3. A convocação da Assembleia Geral de Cotistas deve enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se

admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembleia Geral.

7.2.4. O aviso de convocação deve indicar a página na rede mundial de computadores em que o Cotista pode acessar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral.

7.2.5. A Administradora, a Gestora, o Cotista ou grupo de Cotistas que detenha, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas emitidas, podem convocar, a qualquer tempo, Assembleia de Geral Cotistas para deliberar sobre ordem do dia de interesse do Fundo, da Classe ou da comunhão de Cotistas.

7.2.6. O pedido de convocação pela Gestora ou por Cotistas deve ser dirigida à Administradora, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, convocar a Assembleia Geral de Cotistas.

7.2.7. A convocação e a realização da Assembleia Geral de Cotistas devem ser custeadas pelos requerentes, salvo se a assembleia assim convocada deliberar em contrário.

7.2.8. A Administradora e/ou os Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Cotas poderão convocar representantes do Auditor Independente, da Gestora ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

7.2.9. A Assembleia Geral será considerada validamente instalada com a presença de qualquer número de Cotistas. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

7.2.10. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, o anúncio, carta ou correio eletrônico (e-mail) endereçado aos Cotistas deve indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

7.2.11. A Assembleia Geral de Cotistas pode ser realizada:

i. de modo exclusivamente eletrônico, caso os cotistas somente possam participar e votar por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico; ou

ii. de modo parcialmente eletrônico, caso os cotistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância por meio de comunicação escrita ou sistema eletrônico.

7.2.12. A Assembleia Geral realizada exclusivamente de modo eletrônico é considerada como ocorrida na sede da Administradora.

7.2.13. A Gestora terá direito a comparecer a toda e qualquer Assembleia Geral, independentemente de convocação e sem necessidade de autorização prévia de qualquer Cotista.

7.3. **Exercício do Voto**

7.3.1. A cada Cota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Cotista por mandatário legalmente constituído.

7.3.2. Serão considerados também presentes à Assembleia Geral os Cotistas que enviarem voto por escrito, através de e-mail, sobre os itens constantes da ordem do dia, acompanhado das devidas justificativas (quando aplicável), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de realização da Assembleia Geral.

7.4. **Deliberações**

7.4.1. As deliberações da Assembleia Geral de Cotistas são tomadas por maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado os quóruns específicos previstos neste Regulamento e em seus Anexos.

7.4.2. As deliberações tomadas pelos Cotistas, observados os quóruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão todos os Cotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou nela proferido seu voto, ressalvado o direito de resgate que assiste aos Cotistas dissidentes, conforme estabelecido no Anexo.

7.4.3. Para os efeitos de cômputo de quórum e manifestações de voto, na Assembleia Geral de Cotistas, a cada Cotista cabe uma quantidade de votos representativa de sua participação no Fundo, na Classe ou Subclasse, conforme o caso.

7.4.4. As deliberações da Assembleia Geral poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, sem necessidade de reunião dos Cotistas, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados da data de envio da consulta, para respondê-la. A ausência de resposta por parte de qualquer Cotista será considerada como abstenção.

7.4.5. As deliberações da Assembleia Geral tomadas mediante processo de consulta deverão ser formalizadas por escrito dirigido pela Administradora a cada Cotista, devendo constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao

exercício do direito de voto, observados os quóruns de deliberação estipulados no Regulamento.

7.4.6. As respostas obtidas junto aos Cotistas no processo de consulta aos Cotistas terão, para todos os fins deste Regulamento, a força de deliberação da Assembleia Geral.

7.4.7. Somente podem votar na Assembleia Geral ou Especial os Cotistas inscritos no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia Geral, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos.

7.4.8. As deliberações da Assembleia Especial de Cotistas (conforme definido no Anexo) devem se ater às matérias de interesse exclusivo da Classe ou das respectivas Subclasses (conforme definido no Anexo), conforme o caso.

7.4.9. O procurador deve possuir mandato com poderes específicos para a representação do Cotista em Assembleia Geral, devendo entregar um exemplar do instrumento do mandato à mesa, para sua utilização e arquivamento pela Administradora.

7.4.10. Quaisquer decisões tomadas em Assembleia Geral serão divulgadas aos Cotistas do Fundo ou da respectiva Classe no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral. A informação será enviada aos investidores por meio de correio eletrônico (e-mail) endereçado a cada um dos Cotistas com o respectivo aviso de recebimento, ou, alternativamente, por meio de envio de carta com aviso de recebimento exclusivamente para aqueles Cotistas que assim solicitarem previamente e por escrito.

7.5. **Representante dos Cotistas**

7.5.1. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

7.5.2. Somente pode exercer as funções de representante dos Cotistas a pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

i. ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;

ii. não exercer cargo ou função na Administradora, no Custodiante e/ou suas Partes Relacionadas; e

iii. não exercer cargo nos Devedores dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo.

8. ENCARGOS DO FUNDO

8.1. Constituem encargos do Fundo, que serão comuns às Classes, as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente, assim como de sua Classe, sem prejuízo de outras despesas previstas na Resolução CVM nº 175 ou em regulamentação específica:

i. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

ii. despesas com o registro de documentos, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na Resolução CVM nº 175;

iii. remuneração devida aos prestadores de serviços contratados pela Gestora e eventualmente subcontratados pelo Custodiante para, respectivamente, a verificação de lastro e a guarda dos Documentos Representativos do Crédito, registro dos Direitos de Crédito em Entidade Registradora, nos termos do presente Regulamento, se for o caso;

iv. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;

v. honorários e despesas do Auditor Independente;

vi. emolumentos e comissões pagas por operações da Carteira;

vii. despesas com a manutenção de ativos cuja propriedade decorra de execução de garantia ou de acordo com devedor;

viii. honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada, se for o caso;

ix. honorários de advogado que prestam serviço para estruturação do Fundo;

x. gastos derivados da celebração de contratos de seguro sobre os ativos da carteira, assim como a parcela de prejuízos da carteira não coberta por apólices de seguro, salvo se decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços no exercício de suas respectivas funções;

xi. despesas relacionadas ao exercício de direito de voto decorrente de ativos da Carteira;

xii. despesas com a realização de Assembleia de Cotistas;

xiii. despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão, transformação ou liquidação da Classe e/ou Fundo;

xiv. despesas com liquidação, registro e custódia de operações com ativos da Carteira;

xv. despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às operações da Carteira;

xvi. despesas inerentes à: (a) distribuição primária de cotas; e (b) admissão das cotas à negociação em mercado organizado;

xvii. Taxa de Administração e Taxa de Gestão;

xviii. montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração, performance ou gestão, observado o disposto no artigo 99 da Resolução CVM nº 175;

xix. taxa máxima de distribuição;

xx. despesas relacionadas ao serviço de formação de mercado;

xxi. despesas decorrentes de empréstimos contraídos em nome da Classe, desde que de acordo com as hipóteses previstas na Resolução CVM nº 175;

xxii. contratação de Agência Classificadora de Risco;

xxiii. despesas com empresas que façam a gestão de assinaturas eletrônicas e/ou digital; e

xxiv. despesas com empresas que prestam serviços de controle e verificação de lastros, incluindo o pagamento e/ou reembolso de consultas eventualmente realizados a serviços de proteção de crédito.

8.2. Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo, inclusive aquelas de que trata o artigo 96, §4º da Resolução CVM nº 175, correm por conta da Administradora e/ou da Gestora, conforme o caso, que a tiver contratado, sem prejuízo do disposto no §5º do mesmo artigo.

8.3. Considerando que todos os encargos previstos no item 8.1 serão suportados pelo Fundo ou pela Classe, conforme o caso, quaisquer valores adiantados pela Administradora e/ou Gestora ou por terceiros autorizados pela Administradora e/ou Gestora para cobrir tais encargos tornar-se-ão automaticamente créditos destes contra o Fundo ou contra a Classe, conforme o caso, os quais deverão ser

prontamente reembolsados pelo Fundo ou pela Classe, conforme o caso, mediante apresentação da respectiva nota fiscal à Administradora e/ou à Gestora, sempre e assim que houver disponibilidade de caixa.

8.3.1. Uma vez que o Fundo é constituído com classe única de Cotas, o presente Regulamento não dispõe acerca do rateio de despesas comuns entre as classes ou a contingências que possam recair sobre o Fundo. Todos os encargos e contingências do Fundo serão debitados do patrimônio da Classe.

9. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

9.1. As informações periódicas e eventuais do Fundo, incluindo informações sobre o Fundo, a Classe e os ativos integrantes da Carteira, serão divulgadas e estarão disponíveis aos Cotistas nos sites da Administradora e da Gestora.

9.2. A divulgação de informações deve ser abrangente, equitativa e simultânea para todos os Cotistas, observado o disposto na Resolução CVM nº 175.

9.3. A Administradora é obrigada a divulgar qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo, da Classe ou aos ativos integrantes da Carteira, assim que dele tiver conhecimento, observado que é responsabilidade dos demais prestadores de serviços da Classe informar imediatamente a Administradora sobre os fatos relevantes de que venham a ter conhecimento.

9.4. A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade das Cotas, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e (iii) o comportamento da Carteira, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Sênior, das Cotas Subordinadas Mezanino e das Cotas Subordinadas Junior.

9.5. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no artigo 27, do Anexo Normativo II, da Resolução CVM nº 175.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O Fundo e suas Classes terão escrituração contábil própria.

10.2. O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em novembro de cada ano, quando devem ser levantadas as demonstrações contábeis do Fundo e de suas Classe, todas relativas ao mesmo período findo.

10.3. A elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis devem observar as regras específicas editadas pela CVM, nos termos da Instrução CVM 489.

10.4. As demonstrações contábeis do Fundo e da Classe deverão ser auditadas por Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis promulgadas pela CVM.

10.5. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

São Paulo, 26 de novembro 2024.

ANEXO DESCRITIVO DA CLASSE ÚNICA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VJP CONSIGNADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA

1. DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO, CATEGORIA E CLASSIFICAÇÃO ANBIMA

1.1. Este Anexo da Classe de Cotas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS VJP CONSIGNADO – RESPONSABILIDADE LIMITADA** é constituída sob o regime fechado e será regida pelo presente Anexo e, em relação a seus aspectos gerais, pelo Regulamento.

1.2. A Classe terá prazo de duração indeterminado.

1.3. A Classe será liquidada quando houver o resgate de todas as suas Subclasses, observado o disposto neste Anexo e seu Regulamento.

1.4. A Classe pertence à categoria FIDC, e observará a Resolução CVM nº 175, este Anexo e seu Regulamento, além das demais disposições legais e normativas que lhe forem aplicáveis.

2. SUBCLASSES E RESPONSABILIDADE LIMITADA

2.1. A Classe será composta por 3 (três) Subclasses, conforme estabelecido e detalhado no Capítulo 8 deste Anexo, sendo elas: (i) Cotas Sênior; (ii) Cotas Subordinadas Mezanino; e (iii) Cotas Subordinadas Júnior.

2.2. A Classe poderá emitir múltiplas séries de Cotas Sênior e de Cotas Subordinadas Mezanino. As séries de Cotas Sênior não se subordinam entre si para fins de amortização e resgate.

2.3. A responsabilidade dos Cotistas é limitada ao valor por eles subscrito na Classe.

3. PÚBLICO-ALVO

3.1. A Classe destina-se exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30, que estejam aptos a investir nesta modalidade de fundo de investimento, observado, contudo, que, na hipótese de determinada(s) classe(s) de Cotas vir(em) a ser ofertada(s) publicamente por meio do rito de registro automático de distribuição previsto no artigo 27, Inciso I, da Resolução CVM nº 160 será admitida, para os fins da oferta em questão, a

participação exclusiva de investidores classificados como profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30.

3.2. Investidores não residentes poderão adquirir Cotas da Classe, desde que estejam devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada, e da Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.

3.3. A posição consolidada dos investimentos realizados por meio da Classe com a posição das carteiras próprias e carteiras administradas dos investidores da Classe, inclusive para fins de verificação dos limites estabelecidos nas normas aplicáveis a tais investidores, como, por exemplo, a Resolução CMN nº 4.994 e a Resolução CMN nº 4.993, não é de responsabilidade da Administradora, do Custodiante, do Escriturador, do Controlador ou da Gestora.

4. ORIGEM DOS DIREITOS DE CRÉDITO E POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

4.1. A Classe é uma comunhão de recursos destinada, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito.

4.2. Os Direitos de Crédito serão adquiridos pela Classe sempre de acordo com a Política de Investimentos e desde que cumprindo integralmente os Critérios de Elegibilidade e os demais critérios de composição de Carteira estabelecidos neste Anexo e na regulamentação aplicável.

4.3. Os Direitos de Crédito serão originados no âmbito de operações de crédito emergentes de relações já constituídas e de montante já conhecido à época da respectiva cessão à Classe, originados pela Entidade Consignatária e consistentes de empréstimos conferidos pela Cedente aos Devedores, cujos pagamentos são operacionalizados por meio de Consignação de Proventos nas respectivas folhas de pagamento, representados por Documentos Representativos do Crédito.

4.4. Os Direitos de Crédito poderão ser adquiridos diretamente das Cedentes pela Classe, por meio da celebração do Contrato de Cessão e/ou Termo de Cessão, conforme aplicável.

4.5. A política de concessão de crédito aos Devedores, desenvolvida e monitorada pela Entidade Consignatária consta do Suplemento IV ao presente Anexo.

4.6. Na etapa de cobrança extraordinária, nos termos do Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança atuará como agente de cobrança extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, cujos procedimentos operacionais observarão a política de cobrança.

4.7. O Agente de Cobrança poderá subcontratar a Entidade Consignatária para que esta atue como Agente de Cobrança, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cobrança.

4.7.1. Na subcontratação da Entidade Consignatária para atuar como Agente de Cobrança prevista no item 4.7 acima, serão aplicáveis todas as obrigações, responsabilidades e deveres previstos no Regulamento e no Contrato de Cobrança à Entidade Consignatária.

4.7.2. A subcontratação da Entidade Consignatária para atuar como Agente de Cobrança não implicará qualquer espécie de coobrigação ou responsabilidade pelo adimplemento dos Direitos de Crédito pela Entidade Consignatária, salvo as hipóteses expressamente previstas neste Anexo ou no Contrato de Cobrança, conforme aplicável, sendo que a Entidade Consignatária poderá atuar como agente de cobrança no polo ativo de qualquer cobrança judicial contra os Devedores inadimplentes, nos termos do Contrato de Cobrança.

4.8. Depois de tomadas todas as providências pelo Agente de Cobrança para a recuperação das parcelas não pagas pelos Devedores que tenham se desligado do Ente Público Conveniado, são adotadas as providências legais para o registro destas operações como prejuízo, sendo realizadas as devidas provisões referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos.

4.9. Pela prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança será remunerado conforme o previsto no Contrato de Cobrança e no Regulamento.

4.9.1. A subcontratação da Entidade Consignatária, na forma do item 4.7 acima, não implicará em qualquer acréscimo na remuneração devida ao Agente de Cobrança pelo Fundo, conforme previsto no Contrato de Cobrança e no Regulamento, devendo o Agente de Cobrança e a Entidade Consignatária ajustarem entre si, no âmbito da subcontratação, a respectiva remuneração de cada um.

4.10. Desde que com a anuência da Gestora, o Agente de Cobrança terá a faculdade de contratar terceiros, às suas expensas, para prestarem os serviços de cobrança judicial e extrajudicial contra os Devedores inadimplentes no pagamento de Direitos de Crédito.

4.11. Na hipótese de o Agente de Cobrança, por erro operacional, receber diretamente quaisquer pagamentos relativos aos Direitos de Crédito, deverá transferi-los à Conta da Classe, de forma tempestiva no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo recebimento.

5. OBJETIVO

5.1. É objetivo da Classe proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, através da aplicação preponderante dos recursos da Classe na aquisição junto à Cedente de Direitos de Crédito Elegíveis, concedidos pela Cedente a Devedores, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Anexo.

5.1.1. A Entidade Consignatária mantém convênio com Entes Públicos Conveniados para que os empréstimos aos Devedores sejam objeto de Consignação.

5.1.2. As Cotas Sênior buscarão atingir o *Benchmark* das Cotas Sênior. Atingido o *Benchmark* das Cotas Sênior, os resultados excedentes da Classe serão atribuídos às Cotas Subordinadas Mezanino em circulação. Os resultados da Classe que excederem ao *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino serão atribuídos às Cotas Subordinadas Júnior, as quais não possuem *benchmark* de rentabilidade pré-definido.

5.2. O *Benchmark* não representa, nem deve ser considerado promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas por parte da Classe, da Administradora, da Gestora e/ou do Custodiante.

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

6.1. **Direitos de Crédito**

6.1.1. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pela Classe são oriundos de empréstimos consignados, originados pela Entidade Consignatária e concedidos pela Cedente, representado por CCB, devidamente formalizada nos termos da legislação e regulamentação aplicável, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Anexo.

6.1.2. A Entidade Consignatária mantém Convênios com os Entes Públicos Conveniados para que os empréstimos concedidos aos Devedores representados pelas CCBs sejam consignados para desconto em folha de pagamento do Devedor.

6.1.3. Os Direitos de Crédito serão sempre adquiridos pela Classe, nos termos de cada Contrato de Cessão, mediante a celebração, por via eletrônica, de Termo de Cessão com a respectiva Cedente, no qual serão definidos os Direitos de Crédito cedidos à Classe e o preço de cessão correspondente.

6.1.4. Os Direitos de Crédito Elegíveis e os Ativos Financeiros devem ser registrados em Entidade Registradora, custodiados (quando não forem passíveis de registro) ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo BACEN, inclusive o sistema administrado pela B3, ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do

Fundo em cotas de fundos de investimento financeiro e fundos de aplicação em cotas de fundos de investimento.

6.1.5. Os Direitos de Crédito deverão contar com Documentos Representativos do Crédito que evidenciem sua existência e validade e serão, conforme o caso, registrados em Entidade Registradora em cada Data de Aquisição e Pagamento.

6.1.6. Os valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito deverão ser realizados na Conta da Classe ou, observado o disposto nos Documentos Representativos do Crédito, em Contas Fiduciárias.

6.1.7. Sem prejuízo de suas responsabilidades nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, a Administradora, a Gestora, o Custodiante e/ou suas Partes Relacionadas, não são responsáveis pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos Direitos de Crédito, nem tampouco pela solvência dos Devedores.

6.2. **Ativos Financeiros**

6.2.1. A parcela do Patrimônio Líquido da Classe que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos seguintes Ativos Financeiros, a exclusivo critério da Gestora:

i. títulos públicos federais;

ii. ativos financeiros de renda fixa emitidas por instituições financeiras com rating em escala local, igual ou superior a AA.br por agências internacionais de rating;

iii. operações compromissadas lastreadas nos ativos referidos nos subitens "i" e "ii"; e

iv. desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo, cotas de fundos de investimento classificados como "Renda Fixa" ou "Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciados DI" (conforme definidos na regulamentação aplicável), com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos subitens "i" e "ii" acima e que sejam administrados por instituição autorizada pela CVM, incluindo fundos geridos e/ou administrados pela Administradora, pelo Custodiante e/ou pela Gestora.

6.2.2. A Classe, com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez, poderá realizar operações em que a Administradora, ou fundos de investimento por ela administrados e/ou carteiras por ela geridas, atuem como contraparte do Fundo.

6.2.3. Caberá exclusivamente à Gestora alocar os recursos e as disponibilidades de caixa da Classe em Ativos Financeiros.

6.2.4. A Gestora envidará seus melhores esforços para adquirir Direitos de Crédito e Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à Carteira classificação de investimento de "longo prazo", para fins de tributação do Cotista. Entretanto, não há garantia de que a Classe terá o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo, de forma que a Administradora e Gestora não assumem qualquer compromisso nesse sentido.

6.2.5. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome da Classe, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela B3 ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

6.3. **Limites de Concentração**

6.3.1. Em até 180 (cento e oitenta) dias da Data da 1ª Integralização, a Classe deverá possuir parcela superior a 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido representada por Direitos de Crédito Elegíveis, podendo a CVM, a seu exclusivo critério, prorrogar tal prazo por igual período, desde que a Administradora e a Gestora apresentem motivos que justifiquem a prorrogação. A Classe poderá alocar até 100% (cem por cento) do seu Patrimônio Líquido, desde que observada a constituição da Reserva de Caixa, em Direitos de Crédito Elegíveis oriundos de empréstimos concedidos aos Devedores pela Cedente.

6.3.2. A Gestora envidará seus melhores esforços para que a Carteira da Classe possua, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu Patrimônio Líquido composto por Direitos de Crédito Elegíveis.

6.3.3. Observados os limites constantes das Condições de Cessão, a Classe poderá adquirir Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, que excedam 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido, desde que observadas as exigências abaixo:

i. Nas classes destinadas a Investidores Qualificados, quando:

a. o Devedor ou coobrigado:

a.1. tenha registro de companhia aberta;

a.2. seja instituição financeira ou equiparada; ou

a.3. seja entidade que tenha suas demonstrações contábeis relativas ao exercício social imediatamente anterior à data de aquisição do Direito de Crédito elaboradas

em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a regulamentação editada pela CVM, e auditadas por auditor independente registrado na CVM;

ii. Nas Classes que tenham como Cotistas:

a. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico e seus respectivos administradores e controladores pessoas naturais; ou

b. Investidores Profissionais.

6.3.4. Após decorridos os 180 (cento e oitenta) dias da Data da 1ª Integralização, os limites da Política de Investimento, diversificação e composição da carteira da Classe prevista neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

6.4. **Outras disposições relativas à Política de Investimentos**

6.4.1. A Classe poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira e, por consequência, o patrimônio da Classe, estão sujeitos a diversos riscos, conforme descritos no Capítulo 20. O investidor, antes de investir nas Cotas, deve ler cuidadosamente os fatores de risco discriminados neste Anexo.

6.4.2. A Classe poderá realizar Operações com Derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar o risco associado ao descasamento das taxas pré-fixadas dos Direitos de Crédito e as taxas pós fixadas das metas de rentabilidade das Cotas Seniores e das Cotas Subordinadas Mezanino, exclusivamente por meio de operações de swap, desde que não gere exposição superior a uma vez o Patrimônio Líquido da Classe Única e que a contraparte de tais operações sejam instituições financeiras, com rating em escala local igual ou superior a AA.br, classificado por agências internacionais de rating, desde que não resulte em exposição ao risco de capital, conforme definida na Resolução CVM nº 175, troca de indexador a que os ativos estão indexados e o índice de referência de cada Subclasse.

6.4.3. É vedada qualquer forma de antecipação de recursos pela Classe aos Devedores para posterior reembolso pela Classe.

6.4.4. A Classe poderá conceder descontos, a exclusivo critério da Gestora aos Devedores que queiram realizar o pré-pagamento dos respectivos Direitos de Crédito.

6.4.5. É vedada a aplicação de recursos na aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros no exterior.

6.4.6. Todos os resultados auferidos pela Classe serão incorporados ao seu patrimônio.

6.4.7. Além das vedações previstas na regulamentação vigente aplicável ao Fundo e/ou aos seus Cotistas, neste Anexo e/ou no Regulamento, é vedado à Classe:

a. realizar qualquer forma de antecipação de recursos à Cedente para posterior reembolso pela Classe, seja pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante;
b. realizar operações denominadas *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia com o mesmo ativo, em que a quantidade negociada tenha sido liquidada total ou parcialmente, independentemente de a Classe possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo;
c. aplicar em cotas de fundos de investimento que invistam na Classe;
d. aplicar os recursos em carteiras administradas por pessoas físicas, bem como em fundos de investimento ou fundos de investimento em cotas cujas carteiras sejam administradas por pessoas físicas;
e. aplicar em fundos de investimento ou fundos de investimento em cotas que não possuam procedimentos de avaliação e de mensuração de risco da carteira de investimentos;
f. aplicar em títulos e valores mobiliários que não possuem liquidação exclusivamente financeira;
g. adquirir ativos objeto da política de investimento própria de fundos de investimento em direitos creditórios que admitam a aquisição de direitos creditórios não-padronizados;
h. realizar, direta ou indiretamente, operações indexadas à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou Taxa Básica Financeira (TBF);
i. aplicar em moedas de privatização, títulos da dívida agrária e títulos de emissão de Estados e Municípios, objetos de emissão ou refinanciamento pelo Tesouro Nacional;
j. realizar operações que exponham a Classe a ativos financeiros de renda variável ou atrelados à variação cambial ou de cupom cambial de qualquer moeda estrangeira, inclusive, manter posições líquidas vendidas nesses instrumentos;
k. criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira, exceto se decorrente de decisão judicial ou se no âmbito das operações com derivativos permitidas neste Regulamento; e
l. emitir qualquer Classe de Cotas ou Subclasse em desacordo com este Anexo e/ou Regulamento.

6.4.8. As aplicações na Classe não contam com garantia: (i) da Administradora, da Gestora, do Custodiante e/ou de suas Partes Relacionadas; (ii) de qualquer mecanismo de seguro; ou (iii) do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

6.4.9. A Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais as matérias relevantes

obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal política orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confiram aos seus titulares o direito de voto. A versão integral da política de voto da Gestora encontra-se disposta no site da Gestora.

7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE, CONDIÇÕES DE CESSÃO OU AQUISIÇÃO

7.1. **Critérios de Elegibilidade**

7.1.1. A Classe somente poderá adquirir os Direitos de Crédito que atendam cumulativamente, previamente à Data de Aquisição e Pagamento, aos seguintes Critérios de Elegibilidade, conforme aplicável:

I. sejam representados em moeda corrente nacional;

II. a natureza ou característica essencial dos Direitos de Crédito deverá permitir o seu registro contábil e o registro na Entidade Registradora, ou, de forma subsidiária, a sua custódia pelo Custodiante e ou, de acordo com os procedimentos operacionais e contábeis praticados pelo Custodiante;

III. não estejam vencidos, no momento de sua cessão para a Classe;

IV. não sejam devidos por Devedores que, na data de aquisição dos Direitos de Crédito pela Classe, sejam devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos;

V. as parcelas dos Direitos de Crédito a serem cedidos à Classe devem ter valor nominal mínimo de R$ 30,00 (trinta reais);

VI. o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito a serem cedidos à Classe deve ser de, no máximo, 96 (noventa e seis) meses; e

VII. os Direitos de Crédito a serem cedidos para a Classe devem abranger todas as parcelas vincendas e consecutivas de uma CCB.

7.1.2. A totalidade dos Documentos Representativos do Crédito será disponibilizada eletronicamente pela Entidade Consignatária ao Custodiante e/ou a Gestora ou terceiro por este indicado, na Data da Aquisição do respectivo Direito de Crédito, devendo as respectivas vias físicas, se houver, bem como os Documentos do Devedor, ser enviadas em até 10 (dez) dias corridos contados da solicitação do Custodiante e/ou a Gestora neste sentido.

7.1.3. Na hipótese de qualquer Direito de Crédito integrante da carteira da Classe deixar de observar qualquer dos Critérios de Elegibilidade após sua cessão à Classe, não haverá coobrigação e nem direito de regresso por parte da Cedente salvo em

caso de comprovada má-fé, culpa ou dolo, verificada por meio de sentença judicial condenatória transitada em julgado.

7.1.4. A Cedente e a Entidade Consignatária serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos de Crédito que comporão a Carteira, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte da Gestora, do Custodiante, do Controlador, do Agente de Conta Fiduciária e/ou da Administradora qualquer responsabilidade a esse respeito, observadas e mantidas, contudo, as responsabilidades do Custodiante previstas na regulamentação vigente, no Acordo operacional, no Contrato de Cessão e nos demais documentos relacionados à Classe.

7.1.5. A cessão dos Direitos de Crédito será irrevogável e irretratável, com a transferência, para a Classe, em caráter definitivo, sem coobrigação e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, ressalvado o disposto nos itens acima.

7.1.6. A Gestora será a instituição responsável por verificar e validar previamente à Data de Aquisição e Pagamento, os Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pela Classe.

7.1.7. Para fins da verificação e validação dos Critérios de Elegibilidade, será considerado o Patrimônio Líquido da Classe do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição e Pagamento.

7.1.8. Caso ao longo do prazo de pagamento do Direito de Crédito seja necessário, a critério da Gestora, pode-se repactuar o Direito de Crédito estendendo o prazo de vencimento do Direito de Crédito, desde que sejam observados os critérios de elegibilidade, política de investimentos, condições de cessão ou aquisição e, sem o pagamento de ágio pela repactuação.

7.1.9. Na hipótese de o Direito de Crédito elegível perder quaisquer dos respectivos Critérios de Elegibilidade após sua aquisição pela Classe, não haverá direito de regresso contra o Custodiante, a Administradora e a Gestora.

7.1.10. No processo de verificação e de validação dos Critérios de Elegibilidade, é permitida à Gestora a adoção de sistemas específicos, inclusive por meio eletrônico, desde que tais sistemas satisfaçam os objetivos das normas vigentes e os procedimentos sejam passíveis de verificação.

7.1.11. A assinatura dos Devedores no cadastro pode ser efetuada por meio digital, nos termos da Lei nº 14.063 de 23 de setembro de 2020, conforme alterada, ou, no caso de sistemas eletrônicos, suprida por outros mecanismos, desde que os

procedimentos adotados permitam confirmar com precisão a identificação dos respectivos Devedores, nos termos do Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

7.2. **Condições de Cessão ou Aquisição**

7.2.1. A Classe somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam integralmente a todas as Condições de Cessão abaixo relacionadas, a serem validadas pela Gestora exclusivamente com base em declarações prestadas pela Entidade Consignatária, no âmbito da cessão dos Direitos de Crédito à Classe, por meio do qual a Entidade Consignatária assumirá a responsabilidade de apresentar à Classe Direitos de Crédito que atendam integralmente a todas as Condições de Cessão. São elas:

I. os Direitos de Crédito devem estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;

II. decorram de empréstimos originados pela Entidade Consignatária, cedidos pela Cedente, e emergentes de relações já constituídas e de montante já conhecido à época da cessão e cujas parcelas tenham valor nominal prefixado e sejam amortizadas mensalmente, representadas pelos Documentos Representativos do Crédito;

III. decorram de empréstimos celebrados com Devedores que não apresentem, na data de aquisição pela Classe, pendências de processamento ou registro rejeitados no âmbito dos sistemas de processamento de cada um dos Entes Públicos Conveniados;

IV. tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Devedores, devidamente autorizado pelo respectivo Devedor e já se encontre com averbação junto aos Entes Públicos Conveniados formalizada;

V. com base na respectiva legislação aplicável, somente poderão ser cedidos Direitos de Crédito cuja autorização para Consignação em folha de pagamento possa ser cancelada pelo Devedor somente mediante aquiescência da Entidade Consignatária ou seu sucessor;

VI. os Direitos de Crédito a serem cedidos devem ser oriundos de CCB que, no momento da aquisição pela Classe, não seja objeto de questionamentos ou discussões judiciais de que sejam partes o Devedor, de um lado, e Cedente, de outro lado;

VII. os Direitos de Crédito devem ter Devedores com idade entre 21 (vinte e um) anos e 73 (setenta e três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive;

VIII. a idade de cada Devedor ao final do pagamento de todas as parcelas da CCB não pode ultrapassar 80 (oitenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias;

IX. no momento da cessão, a Entidade Consignatária deverá declarar e garantir que realizou o registro dos respectivos contratos para fins de operacionalização da Consignação em folha de pagamento do respectivo Devedor, o que deverá ter sido devidamente autorizado pelo Devedor, nos termos previstos no Contrato de Cessão;

X. os Direitos de Crédito oferecidos em cessão à Classe não poderão estar vencidos e o respectivo empréstimo não poderá ter parcela vencida e não paga no momento da cessão;

XI. a data de vencimento da primeira parcela vincenda não poderá ultrapassar 80 (oitenta) dias contados da data da cessão à Classe;

XII. o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito, ou o prazo de vencimento da última parcela do Direito de Crédito cedido à Classe, não poderá ser posterior à data máxima de resgate da série de Cotas Sênior em circulação;

XIII. os Direitos de Crédito deverão ser adquiridos observando a Taxa Mínima de Cessão;

XIV. observada a Condição de Cessão disposta no subitem VII acima, o limite máximo de concentração por idade do Devedor, prazo máximo do empréstimo e percentual máximo do patrimônio líquido da Classe, considerada *pro forma* a cessão pretendida, deverá observar o disposto na tabela abaixo:

#	Idade do Devedor na data de início do empréstimo	Prazo máximo do empréstimo	Limite financeiro máximo por Devedor	% máximo do patrimônio líquido da Classe
1	De 21 anos até 69 anos, 11 meses e 29 dias	Até 96 meses	Até R$ 200.000,00 para o SIAPE. Até R$ 150.000,00 para Entes Públicos Estaduais.	100,00%
2	De 70 anos até 72 anos, 11 meses e 29 dias	Até 96 meses	Até R$ 100.000,00	20,00%
3	De 73 anos até 73 anos, 11 meses e 29 dias	Até 72 meses	Até R$ 50.000,00	5,00%

XV. sem prejuízo do disposto no subitem VII acima, considerada *pro forma* a cessão pretendida, a totalidade dos Direitos de Crédito devidos por Devedores enquadrados nas linhas 2 e 3 do quadro acima não poderá superar o percentual de 20,00% (vinte inteiros por cento) do patrimônio líquido da Classe;

XVI. na data da cessão pretendida, e considerada *pro forma* a cessão pretendida, o limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado deverá respeitar os percentuais da tabela abaixo:

Ente Público Conveniado	**Limite máximo em relação ao Patrimônio Líquido da Classe[1]**
Estados Elegíveis[2]	50%[3]
SIAPE	100%

1. O limite de concentração máximo exposto na tabela do subitem XVII acima será calculado e verificado pela Gestora a cada R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) efetivamente integralizados, sem que seja considerado o montante subscrito, com base no Patrimônio Líquido da Classe.

2. O limite máximo de concentração nos "Estados Elegíveis", incluindo o "Estado de São Paulo", é de 50% (cinquenta por cento), devendo ser considerados os limites máximos de concentração individual por ente estadual, conforme abaixo.

3. O limite máximo de concentração individual do "Estado de São Paulo" é de 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido da Classe. O limite máximo de concentração individual dos demais "Estados Elegíveis" é de 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Classe.

7.2.2. Para os fins da verificação dos Direitos de Crédito, a Entidade Consignatária deverá manter disponível para a Gestora a documentação e as informações que deem suporte à validação dos Direitos de Crédito em relação às Condições de Cessão. A Gestora poderá, a qualquer tempo, solicitar à Entidade Consignatária a apresentação dos documentos acima referidos, que lhe serão disponibilizados pela Entidade Consignatária em até 5 (cinco) Dias Úteis.

7.2.3. Caso a Gestora verifique quaisquer inconsistências durante o processo de verificação dos Direitos de Crédito, deverá comunicar por escrito tal fato à Entidade Consignatária, com cópia ao Custodiante, para que regularizem a validação dos

Direitos de Crédito em relação às Condições de Cessão, inclusive mediante o estabelecimento de novas rotinas e procedimentos.

7.2.4. Exclusivamente na hipótese de um ou mais Entes Públicos Conveniados determinarem que as CCBs pelos Devedores a eles afiliados devem contar com cobertura por apólice de seguro prestamista, que garanta o pagamento ao credor, em caso de morte do Devedor, das parcelas das CCBs vincendas a contar da data do óbito, a Entidade Consignatária deverá providenciar para que os Direitos de Crédito cedidos à Classe sejam vinculados à referida apólice de seguro prestamista em até 30 (trinta) dias corridos contados da data da cessão.

7.2.5. O Ágio na aquisição de cada Direito de Crédito está limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor presente do saldo devedor de cada CCB adquirida.

8. COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CLASSE, CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DAS COTAS

8.1. O patrimônio da Classe é representado por 3 (três) Subclasses de Cotas, quais sejam, as Cotas Sênior, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior, admitindo-se a emissão de novas séries de Cotas Sênior e Cotas Subordinadas Mezanino, com prazos diferenciados para amortização, observadas as disposições deste Capítulo e dos respectivos Suplementos.

8.1.1. As Cotas terão a forma nominal e escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas mantida pela Administradora.

8.1.2. As Cotas poderão ser objeto de resgate antecipado apenas na hipótese de ocorrência de Evento de Liquidação, observado o disposto neste Anexo.

8.1.3. Após o término do Período de Investimento, quando o Patrimônio Líquido da Classe passar a ser inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a Gestora estará autorizada a efetuar todos os atos necessários para realizar a completa cessão dos Direitos de Crédito da Carteira Classe, observada a amortização proporcional das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas.

8.2. **Características das Cotas Sênior**

8.2.1. As Cotas Sênior possuem as seguintes características e vantagens e atribuem os seguintes direitos e obrigações aos seus titulares:

I. prioridade de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Classe em relação às Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior, observado o disposto neste Anexo;

II. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas e Assembleias Especiais de Cotistas, sendo que a cada Cota Sênior corresponderá 1 (um) voto;

III. seu valor unitário será calculado e divulgado na abertura de todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos neste Anexo; e

IV. possuem rentabilidade-alvo, o *Benchmark* das Cotas Sênior, determinado no respectivo Suplemento.

8.2.2. Cada um dos Benchmarks Sênior tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido da Classe deve ser prioritariamente alocada para as Cotas Sênior da respectiva Série, e não representa e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos titulares das Cotas Sênior. Portanto, os titulares das Cotas Sênior somente receberão rendimentos se os resultados da Carteira assim permitirem.

8.2.3. A emissão e distribuição de novas séries de Cotas Sênior, bem como as suas características, observados os limites do presente Regulamento, serão aprovadas por deliberação dos Cotistas reunidos em assembleia geral.

8.3. **Características das Cotas Subordinadas Mezanino**

8.3.1. As Cotas Subordinadas Mezanino possuem as seguintes características e vantagens e atribuem os seguintes direitos e obrigações aos seus titulares:

I. subordinam-se às Cotas Sênior para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Classe, mas para os mesmos efeitos não se subordinam às Cotas Subordinadas Júnior;

II. têm prioridade de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Classe em relação às Cotas Subordinadas Júnior, observado o disposto neste Anexo;

III. conferem direito de voto com relação a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas e Assembleias Especiais de Cotistas, sendo que a cada Cota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto;

IV. seu valor unitário será calculado e divulgado na abertura de todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos neste Anexo; e

V. possuem rentabilidade-alvo, o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino, determinado no respectivo Suplemento.

8.3.2. Cada um dos *Benchmarks* Mezanino tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido da Classe deve ser prioritariamente alocada para as Cotas Subordinadas Mezanino da respectiva Série, e não representa e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos titulares das Cotas Subordinadas Mezanino. Portanto, os titulares das Cotas Subordinadas Mezanino somente receberão rendimentos se os resultados da Carteira assim permitirem.

8.4. **Características das Cotas Subordinadas Júnior**

8.4.1. As Cotas Subordinadas Júnior possuem as seguintes características e vantagens, atribuindo os seguintes direitos e obrigações aos seus titulares:

I. subordinam-se às Cotas Sênior e às Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Classe, observado o disposto neste Anexo;

II. conferem o direito de voto em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais de Cotistas e Assembleias Especiais de Cotistas, sendo que a cada Cota Subordinada Júnior corresponderá 1 (um) voto;

III. seu valor unitário será calculado na abertura de todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos neste Anexo;

IV. não serão passíveis de transferência ou negociação em mercado secundário; e

V. não possuem rentabilidade-alvo.

8.4.2. As Cotas Subordinadas Júnior serão detidas pela(s) Entidade(s) Consignatária(s) e/ou suas Afiliadas e/ou Partes Relacionadas (Grupo Econômico da Entidade Consignatária e Grupo JCR) e não poderão ser objeto de garantia, devendo ser mantidas sem quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza.

8.4.2.1. No máximo, 13% (treze inteiros por cento) do Patrimônio Líquido da Classe deverá ser representado por Cotas Subordinadas Júnior subscritas e mantidas exclusivamente pela(s) empresas do Grupo JCR, suas Afiliadas e/ou Partes Relacionadas e, no mínimo, 2% (dois inteiros por cento) pelo Grupo Econômico da Entidade(s) Consignatária(s), totalizando 15% (quinze inteiros por cento) do Patrimônio Líquido da Classe. Fica vedada a alienação, a cessão e/ou a transferência de Cotas Subordinadas Júnior pela(s) empresas do Grupo JCR ou pelo Grupo Econômico das Entidades(s) Consignatária(s) a terceiros que não suas próprias Afiliadas ou Partes Relacionadas, salvo aprovação expressa da Gestora.

8.4.3. As Cotas Subordinadas Júnior, para fins de enquadramento da Razão de Garantia, serão emitidas e ofertadas, sempre que possível, via colocação privada, podendo ter suas cotas registradas em nome do cotista na B3, com dispensa de registro na CVM, de acordo com a Resolução CVM nº 160, ou, em caso de impossibilidade, de acordo com o rito de registro automático previsto na Resolução CVM nº 160, em qualquer hipótese, por ato unilateral da Administradora, mediante solicitação da Gestora e sem a necessidade de aprovação em Assembleia Especial de Cotistas, sempre que tais emissões e ofertas públicas sejam necessárias para atendimento à Razão de Garantia, sendo as referidas ofertas aprovadas mediante a celebração exclusivamente pela Administradora de instrumento particular, ficando a Administradora autorizada ainda a praticar todos os demais atos e celebrar todos os demais documentos necessários para tal finalidade.

8.5. **Emissão, Subscrição e Integralização das Cotas**

8.5.1. A condição de Cotista caracteriza-se pelo cadastro do Cotista junto à Gestora e lançamento da solicitação de deposito de Cotas pelo Cotista no ambiente B3 e aceite do depósito pela Administradora. Na hipótese de as Cotas estarem depositadas na B3, a propriedade se dará adicionalmente pelo extrato emitido pela B3.

8.5.2. No ato de subscrição de Cotas, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e o investidor: (i) assinará o respectivo Boletim de Subscrição, que será verificado pela Administradora; (ii) comprometer-se-á a integralizar as Cotas subscritas, conforme o previsto no respectivo Boletim de Subscrição ou ordem de investimento, respeitadas as demais condições previstas neste Anexo e no respectivo Suplemento ou Apêndice, se houver; (iii) receberá exemplar atualizado deste Anexo; (iv) deverá declarar sua condição de Investidor Qualificado, nos termos da regulamentação aplicável; (v) deverá declarar, por meio da assinatura do Termo de Adesão, que está ciente (a) das disposições contidas neste Anexo, (b) dos riscos inerentes ao investimento na Classe, conforme descritos neste Anexo, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido; e (vi) poderá indicar um representante, que será responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora e/ou pelo Custodiante relativas à Classe nos termos deste Anexo, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico.

8.5.3. As Cotas do Fundo terão o valor unitário de emissão definido nos respectivos Suplementos.

8.5.4. Na subscrição e integralização das Cotas em data diversa da Data de Emissão ou da Data da 1ª Integralização de Cotas de cada classe será utilizado o valor unitário da Cota de mesma classe na abertura do dia a ser especificado na chamada de capital, ou, caso esta não preveja dia específico, será considerado o valor unitário da Cota do último Dia Útil para o atendimento da chamada de capital, calculado

conforme o disposto nos itens 9.6, 9.6.1, 9.7 e 9.8, além de cada Suplemento de Cotas.

8.5.5. A integralização das Cotas deverá ser feita exclusivamente em moeda corrente nacional, com exceção das Cotas Subordinadas Júnior, as quais poderão ser integralizadas, amortizadas e resgatadas em Direitos de Crédito, total ou parcialmente, neste caso desde que se enquadrem na política de investimento da Classe e com a anuência da Gestora, ocasião em que serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, ficando desde já definido que a integralização das Cotas Subordinadas Júnior deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

8.5.6. As chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora poderão ser feitas de forma desproporcional entre os Cotistas, mediante critério exclusivo da Gestora, desde que observada a Razão de Garantia e o disposto abaixo.

8.5.6.1. Caso a Administradora venha a realizar chamadas de capital de forma desproporcional, os Cotistas deverão ter suas participações no Fundo proporcionalmente equalizadas ("Equalização") com as participações dos Cotistas que aportaram mais recursos. Assim, os Cotistas estarão sujeitos a uma ou mais chamadas de capital adicionais, direcionadas exclusivamente aos Cotistas que não realizaram os referidos aportes ("Chamada de Ajuste"). A Chamada de Ajuste poderá ser realizada uma ou mais vezes, em diferentes momentos, a critério da Gestora, sendo certo que apenas os Cotistas que não tenham realizados os respectivos aportes terão seu capital chamado à integralização até que o processo de Equalização seja finalizado. A Gestora será responsável pelo cálculo da Equalização, devendo enviar à Administradora a memória de cálculo e demais informações para validação e implementação.

8.5.6.2. Para os fins do disposto acima, identificada pela Gestora a necessidade do aporte de recursos no Fundo, a Gestora comunicará à Administradora, que, enviará a cada Cotista correio eletrônico solicitando que, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis do envio da carta, o Cotista integralize o valor correspondente ao percentual das Cotas subscritas determinado pela Gestora.

8.5.6.3. A Gestora deverá comunicar à Administradora sobre a necessidade de chamadas de capital para fins do disposto acima, com no mínimo 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para envio das notificações aos cotistas.

8.5.7. As Cotas Sênior somente poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito no caso de liquidação da Classe e desde que a Classe não tenha caixa disponível, observando-se, ainda, o que for deliberado na Assembleia Geral de Cotistas ou Assembleia Especial de Cotistas, conforme o caso.

8.5.8. É admitida a subscrição por um mesmo investidor de todas as Cotas emitidas, não havendo, portanto, requisitos de dispersão das Cotas.

8.5.9. Caberá a cada Cotista informar ao distribuidor, a alteração de seus dados cadastrais.

8.5.10. A Administradora disponibilizará aos Cotistas plataforma eletrônica cujo acesso será via *website* da Administradora, por meio da qual o Cotista poderá verificar e comprovar a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

8.5.11. Não haverá direito de preferência para os Cotistas na aquisição de eventuais novas Cotas que venham a ser emitidas pelo Fundo.

8.6. **Distribuição das Cotas**

8.6.1. As Cotas serão distribuídas de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos Suplementos, cabendo a colocação ao Coordenador Líder.

8.6.2. As Cotas serão distribuídas de acordo com os formatos aceitos pela legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive via oferta sujeita ao rito de registro automático na CVM, e deverão ser subscritas e integralizadas de acordo com o disposto neste Regulamento e na regulamentação aplicável.

8.6.3. Quando distribuídas sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM nº 160, as Cotas poderão estar sujeitas a restrições de negociação, conforme dispõe o artigo 86 da Resolução CVM nº 160, observado, em relação às Cotas Subordinadas Júnior.

8.7. **Negociação das Cotas**

8.7.1. Ressalvado o disposto no subitem IV do item 8.4.1 acima, as Cotas poderão ser depositadas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e para negociação no Módulo Fundos 21, ambos administrados e operacionalizados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente e as cotas custodiadas eletronicamente por meio da B3.

8.8. **Razões de Garantia**

8.8.1. O Fundo deverá observar a Razão de Garantia, a qual será apurada diariamente.

8.8.1.1. Na hipótese de inobservância da Razão de Garantia mencionada no item 8.8.1 acima, serão adotados os seguintes procedimentos:

I. a Administradora imediatamente suspenderá a aquisição de novos Direitos de Crédito Elegíveis;

II. a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência à Entidade Consignatária e aos Cotistas Subordinados Júnior, com cópia para a Gestora, mediante o envio de correspondência ou de correio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizarem aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão, subscrição e integralização de novas Cotas Subordinadas Júnior, as quais poderão ser subscritas em dinheiro ou nos moldes do previsto no Capítulo 8 deste Regulamento; e

III. os titulares de Cotas Subordinadas Júnior poderão, a seu critério, subscrever, dentro do prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que forem notificados pela Administradora do desenquadramento da Razão de Garantia, tantas Cotas Subordinadas Júnior quantas forem necessárias para restabelecer a Razão de Garantia que houver sido violada, podendo inclusive excedê-la, observado que tal subscrição será uma faculdade de cada titular de Cotas Subordinadas Júnior.

8.8.2. Para fins do previsto neste Capítulo, a Administradora será responsável pelo controle da Razão de Garantia.

8.9. **Classificação de Risco das Cotas**

8.9.1. Nos termos da Resolução CVM nº 175, tendo em vista o público-alvo do Fundo e da Classe, as Cotas poderão ser objeto de classificação de risco (*rating*) a ser realizada pelas Agências de Classificação de Risco, a qual será trimestralmente atualizada.

9. ATRIBUIÇÃO DE RESULTADO ÀS COTAS

9.1. Para efeito da determinação do valor dos ativos e do Patrimônio Líquido da Classe, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

9.2. Observado o disposto na Instrução CVM nº 489, os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, conforme a metodologia de avaliação descrita no manual de precificação do Custodiante, disponível em https://www.singulare.com.br/compliance/

9.3. As provisões e as perdas com os Direitos de Crédito detidos pela Classe serão efetuadas e reconhecidas pelo Custodiante, de acordo com a Instrução CVM nº 489, sendo que (i) as perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão (a) suportadas única e exclusivamente pela Classe e (b) reconhecidas no resultado do período; e (ii) a provisão para devedores duvidosos atingirá os demais créditos do mesmo Devedor, ocorrendo o chamado "efeito vagão".

9.4. O provisionamento decorrente do descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos de Crédito e demais ativos componentes da carteira do Fundo ou do óbito de Devedores, conforme o caso, será inicialmente atribuído (i) às Cotas Subordinadas Júnior, até o limite equivalente à somatória do respectivo valor total, e, posteriormente, (ii) às Cotas Subordinadas Mezanino, até o limite equivalente à somatória do respectivo valor total. Uma vez excedidos tais valores, tal provisionamento será atribuído às Cotas Sênior.

9.5. Todos os recursos que a Classe vier a receber, a qualquer tempo, a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias, serão incorporados ao seu patrimônio líquido.

9.6. A primeira valoração das Cotas Sênior de cada Série ocorrerá a partir do primeiro Dia Útil subsequente à respectiva Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior, e a última, na data de resgate da última Cota Sênior em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior da respectiva Série, o valor unitário das Cotas Sênior de cada Série será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Anexo, resgate.

9.6.1. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Sênior, desde que o patrimônio líquido da Classe o permita, buscará atingir o *Benchmark* das Cotas Sênior. O valor unitário das Cotas Sênior para fins de cálculo do seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Anexo, resgate, será o menor dos seguintes valores: (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido da Classe pelo número de Cotas Sênior em circulação na respectiva data de cálculo; ou (ii) o Valor de Referência das Cotas Sênior, dividido pelo número de Cotas Sênior.

9.7. A primeira valoração das Cotas Subordinadas Mezanino de cada emissão ocorrerá a partir do primeiro Dia Útil subsequente à respectiva Data da 1ª Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino, e a última, na data de resgate da última Cotas Subordinadas Mezanino em circulação. A partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino da respectiva emissão, o valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino de cada emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Anexo, resgate.

9.7.1. O cálculo do valor a ser atribuído às Cotas Subordinadas Mezanino, desde que o patrimônio líquido da Classe o permita, buscará atingir o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino. O valor unitário das Cotas Subordinadas Mezanino para fins de cálculo do seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Anexo, resgate, será o menor dos seguintes valores: (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido da Classe pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino em

circulação na respectiva data de cálculo; ou (ii) o Valor de Referência das Cotas Subordinadas Mezanino, dividido pelo número de Cotas Subordinadas Mezanino.

9.8. A partir do primeiro Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas Subordinadas Júnior, o valor de cada Cota Subordinada Júnior será equivalente ao maior entre zero e o valor do patrimônio líquido (i) subtraído (a) do somatório do valor atualizado das Cotas Sênior em circulação e (b) do somatório do valor atualizado das Cotas Subordinadas Mezanino em circulação; e (ii) dividido pelo número de Cotas Subordinadas Júnior em circulação.

9.9. Os critérios de determinação do valor das Cotas, definidos nos itens 9.6, 9.6.1, 9.7, 9.7.1 e 9.8 têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de tais classes de Cotas durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do patrimônio líquido da Classe que deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Cotas de tais classes na hipótese de amortização de suas Cotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, da Gestora, do Coordenador Líder, do Custodiante, do Controlador, da Cedente, da Entidade Consignatária ou dos Devedores.

9.10. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas Mezanino não farão jus, quando da amortização de suas Cotas Sênior ou Cotas Subordinadas Mezanino, a uma remuneração superior ao valor de tais Cotas Sênior ou Cotas Subordinadas Mezanino, na respectiva Data de Amortização, o que representa o limite máximo de remuneração possível para tais classes de Cotas.

ESTE REGULAMENTO O PRESENTE ANEXO E SEUS APÊNDICES NÃO CONSTITUEM PROMESSAS DE RENDIMENTOS. AS COTAS AUFERIRÃO RENDIMENTOS SOMENTE SE OS RESULTADOS DA CARTEIRA DA CLASSE ASSIM O PERMITIREM.

10. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS COTAS

10.1.1. As Cotas Sênior e as Cotas Subordinadas Mezanino serão amortizadas conforme as regras descritas nos respectivos Suplementos, observada a ordem de alocação de recursos abaixo descrita e as demais condições estabelecidas neste Regulamento e nos respectivos Suplementos.

10.1.2. Após o encerramento do Período de Investimento, observada a ordem de alocação de recursos definida conforme abaixo e as demais condições estabelecidas neste Regulamento e em cada Suplemento, as Cotas de Subclasse Seniores e as Cotas de Subclasse Subordinadas serão amortizadas, em regime de caixa, mediante pagamento aos Cotistas de disponibilidades do Fundo, deduzida o pagamento dos

encargos e despesas correntes do Fundo e da constituição e manutenção da Reserva de Caixa.

10.1.3. Salvo nas condições previstas neste Anexo e no pagamento de juros devidos aos Cotistas titulares das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas Mezanino, conforme previstos nos respectivos Suplementos, não serão realizadas amortizações de Cotas dentro do respectivo Período de Investimento, de modo que os recursos recebidos pelo Fundo em decorrência de liquidação dos Direitos de Crédito durante o Período de Investimento não serão utilizados para amortização de Cotas ou retidos para futura amortização, podendo ser aplicados ou reinvestidos em novos Direitos de Crédito, observada a ordem de alocação de recursos.

10.1.4. Para fins de amortização e resgate das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas Mezanino, deve ser utilizado o valor de abertura, ou a última Cota conhecida, do dia do pagamento da amortização e do resgate. Para fins de amortização das Cotas Subordinadas Júnior, deverá ser utilizado o valor de abertura do dia da amortização, observando-se os itens 9.6, 9.6.1, 9.7 e 9.8, além do respectivo Suplemento.

11. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

11.1. Diariamente, a partir da Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior, e até a liquidação da Classe, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora, mediante solicitação da Gestora, obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade da Classe, a alocar os recursos nos termos dos itens abaixo:

I. recebimentos decorrentes da integralização das Cotas e dos ativos integrantes da carteira da Classe, durante o Período de Investimento, na seguinte ordem:

1) pagamento dos encargos e despesas correntes da Classe;
2) constituição e manutenção da Reserva de Caixa;
3) caso aplicável, pagamento de resgate de Cotas aos Cotistas dissidentes, nos termos do Capítulo 13;
4) pagamento dos rendimentos das Cotas Sênior, observados o *Benchmark* das Cotas Sênior e os termos e as condições estabelecidas neste Anexo e no Suplemento das Cotas Sênior; e
5) pagamento dos rendimentos das Cotas Subordinadas Mezanino, observados o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino e os termos e as condições estabelecidas neste Anexo e no Suplemento das Cotas Subordinadas Mezanino; e
6) pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis e dos Ativos Financeiros, em moeda corrente nacional, em observância à Política de Investimento descrita neste Anexo.

II. recebimentos decorrentes dos ativos integrantes da Carteira e integralização de Cotas, se aplicável, após encerrado o Período de Investimento, na seguinte ordem:

1) pagamento dos encargos e despesas correntes da Classe;
2) constituição e manutenção da Reserva de Caixa;
3) caso aplicável, pagamento de resgate de Cotas aos Cotistas dissidentes, nos termos do Capítulo 13;
4) pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Sênior, observados os termos e as condições estabelecidas neste Anexo e no Suplemento das Cotas Sênior, observada a amortização proporcional das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas;
5) pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições estabelecidas neste Anexo e no Suplemento das Cotas Subordinadas Mezanino, observada a amortização proporcional das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas;
6) pagamento de amortização de principal e rendimentos das Cotas Subordinadas Júnior, observados os termos e as condições estabelecidas neste Anexo, observada a amortização proporcional das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas; e
7) pagamento do preço de aquisição dos Ativos Financeiros, em observância à política de investimento descrita neste Anexo.

11.2. Na hipótese de liquidação antecipada da Classe, os recursos decorrentes da integralização das Cotas, do recebimento dos Direitos de Crédito, e do recebimento dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira serão alocados na seguinte ordem:

1) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros cuja aquisição já tenha ocorrido previamente à data de decretação da liquidação, conforme aplicável;
2) no pagamento dos encargos, custos e despesas correntes da Classe;
3) no pagamento de amortização integral das Cotas Sênior, observados os termos e as condições estabelecidas neste Anexo e no Suplemento das Cotas Sênior;
4) no pagamento de amortização integral das Cotas Subordinadas Mezanino, observados os termos e as condições estabelecidas neste Anexo e no Suplemento das Cotas Subordinadas Mezanino; e
5) no pagamento de amortização integral das Cotas Subordinadas Júnior, observados os termos e as condições estabelecidas neste Anexo.

11.3. Enquanto existirem Cotas Sênior e Cotas Subordinadas Mezanino em circulação, a Classe obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia.

11.4. Observado o disposto no item 8.8.1, as Cotas Subordinadas somente poderão ser amortizadas caso a Classe atenda a todas as regras, índices e parâmetros previstos neste Anexo, especialmente a Razão de Garantia Cotas Sênior.

Após o fim do Período de Investimento, caso seja verificado Excesso de Garantia, as Cotas Subordinadas Júnior poderão ser amortizadas, em caráter extraordinário, mediante solicitação da Gestora, até o limite do Excesso de Garantia, ainda que tal amortização extraordinária ocorra antes do resgate integral das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas Mezanino, desde que: (i) seja observada a ordem de alocação de recursos definida neste Anexo; (ii) não existam obrigações da Classe vencidas e não pagas; (iii) não estejam em curso quaisquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; (iv) existam suficientes Ativos Financeiros e/ou recursos disponíveis; (v) considerada *pro forma* a amortização pretendida, a Razão de Garantia permaneça atendida. Para tanto, a Administradora deverá receber um comunicado por escrito da totalidade dos titulares de Cotas Subordinadas Júnior informando o valor a ser amortizado, e a Administradora terá um prazo de até 3 (três) Dias Úteis para efetuar o pagamento, e desde que aprovado pela Gestora.

11.5. Em caso de amortização extraordinária da Cota Subordinada Júnior, realizada em até 6 (seis) meses após o fim do Período de Investimento, o Fundo deverá manter, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Cotas Subordinadas Júnior.

11.6. Qualquer amortização de Cotas de uma mesma Subclasse deverá englobar todos os respectivos titulares, de forma proporcional e em igualdade de condições, não havendo entre eles qualquer relação de subordinação.

11.7. Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração das Cotas ou liquidação da Classe.

11.8. Por ocasião do resgate de Cotas de que trata o item 11.7 acima, a Administradora observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Anexo, especialmente o disposto neste Capítulo.

11.9. A Classe não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, feriados de âmbito nacional ou em dias não considerados como Dias Úteis. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia que seja Feriado Nacional, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente.

12. ASSEMBLEIA ESPECIAL DE COTISTAS

12.1. Em acréscimo às matérias previstas no item 7.1 do Regulamento, compete à Assembleia Especial de Cotistas deliberar sobre:

Matéria	**Quórum de Aprovação**	
	Primeira Convocação	Segunda Convocação

(i) deliberar sobre as demonstrações contábeis da Classe;	Maioria das Cotas Presentes	Maioria das Cotas Presentes
(ii) deliberar sobre a substituição da Gestora	75% (setenta e cinco por cento) das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	70% (setenta por cento) das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(iii) deliberar sobre substituição da Administradora e dos demais Prestadores de Serviços;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(iv) deliberar sobre a alteração dos quóruns de aprovação previstos neste item 12.1;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(v) deliberar sobre elevação da Taxa de Administração e/ou Taxa de Gestão, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(vi) deliberar sobre incorporação, fusão, cisão total ou parcial, transformação ou liquidação da Classe;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado

(vii) em relação a determinada Série de Cotas Sênior, deliberar sobre a alteração do prazo de duração, do *Benchmark* das Cotas Sênior, bem como de quaisquer outras características, conforme definido no respectivo Suplemento;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(viii) em relação a determinada emissão de Cotas Mezanino, deliberar sobre a alteração do prazo de duração, do *Benchmark* das Cotas Mezanino, bem como de quaisquer outras características das Cotas Mezanino, conforme definido no respectivo Suplemento;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(ix) alterações das características, vantagens, direitos e obrigações das Cotas;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(x) alterar critérios e procedimentos para Amortização e/ou resgate de Cotas mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado

(xi) aprovar emissão de novas Cotas de Classe;	Maioria das Cotas Presentes	Maioria das Cotas Presentes
(xii) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos na Classe pelos Cotistas;	Maioria das Cotas Presentes	Maioria das Cotas Presentes
(xiii) alterações na Política de Investimentos;	Maioria das Cotas da Classe em circulação	Maioria das Cotas Presentes
(xiv) alterações nos Critérios de Elegibilidade e/ou condições de cessão;	Maioria das Cotas da Classe em circulação	Maioria das Cotas Presentes
(xv) alteração dos Eventos de Avaliação, dos Eventos de Liquidação e/ou das consequências deles decorrentes em função do previsto neste Regulamento;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(xvi) plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo da Classe, nos termos da Resolução CVM nº 175;	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(xvii)alteração da Razão de Garantia	Maioria das Cotas de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado	Maioria das Cotas presentes de cada uma das subclasses emitidas, mediante votação em separado
(xviii) pedido de declaração judicial	Maioria das Cotas Presentes	Maioria das Cotas Presentes

de insolvência da Classe;		
(xix) resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento;	Maioria das Cotas Sênior e Mezanino presentes	Maioria das Cotas Sênior e Mezanino presentes
(xx) resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada da Classe.	Maioria das Cotas Sênior e Mezanino presentes	Maioria das Cotas Sênior e Mezanino presentes

12.1.1. Caso a matéria em deliberação possa resultar em uma redução da Razão de Garantia para qualquer Subclasse de cotas, somente os cotistas de titulares de cotas que não se subordinem à subclasse em subordinação podem votar.

12.2. **Convocação e Instalação**

12.2.1. Aplicam-se à convocação e instalação da Assembleia Especial de Cotistas as regras previstas no Capítulo 7 do Regulamento aplicáveis à Assembleia Geral de Cotistas.

12.3. **Quóruns de Deliberação**

12.3.1. Aplicam-se às deliberações da Assembleia Especial de Cotistas as regras previstas no Capítulo 7 do Regulamento aplicáveis à Assembleia Geral de Cotistas, respeitadas as especificidades adiante.

12.3.2. As matérias objeto de deliberação pela Assembleia Especial de Cotistas serão aprovadas, em primeira convocação, pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes, salvo se sujeitas a quóruns qualificados constantes deste Anexo e/ou do Regulamento, em especial no item 12.1 acima.

13. EVENTOS DE AVALIAÇÃO, EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

13.1. **Eventos de Avaliação**

13.1.1. As seguintes hipóteses são consideradas Eventos de Avaliação:

I. inobservância pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Agente de Conta Fiduciária, pelo Agente de Cobrança, Controlador e/ou pela Gestora de seus deveres e obrigações previstos neste Anexo e/ou no Regulamento, bem como suas atribuições específicas nos outros contratos existentes referentes ao funcionamento da Classe, verificada pela Administradora, pelo Custodiante e/ou pela Gestora ou por qualquer dos Cotistas, desde que, uma vez notificados para sanar ou justificar o descumprimento, a Administradora, o Custodiante e/ou a Gestora, conforme o caso, não o sanem no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;

II. não pagamento dos valores de amortização e/ou dos resgates das Cotas nas datas e hipóteses previstas neste Anexo e/ou no respectivo Suplemento, inclusive em virtude de caso fortuito ou força maior;

III. realização de pagamentos de amortização das Cotas em desacordo com o disposto em seu respectivo Suplemento, salvo se a inconsistência for sanada em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

IV. caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos deste Anexo;

V. a ocorrência de vícios nos Documentos Representativos do Crédito após a aquisição dos Direitos de Crédito pela Classe, desde que: (a) referidos Direitos de Crédito sobre os quais recai o vício representar 5% (cinco por cento) ou mais do Patrimônio Líquido da Classe; e (b) tais irregularidades não sejam sanadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da comunicação do Custodiante;

VI. aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito em desacordo com as Condições de Cessão ou os Critérios de Elegibilidade na respectiva Data de Aquisição;

VII. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30, represente percentual superior a 18% (dezoito por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

VIII. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60, represente percentual superior a 15% (quinze por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

IX. Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90, represente percentual superior a 12% (doze por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

X. Índice de Perda Líquida represente percentual superior a 5% (cinco por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

XI. caso, em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) não consecutivas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o Índice de Resolução de Cessão seja superior a 6% (seis por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

XII. caso, em 2 (duas) ocasiões consecutivas ou 3 (três) não consecutivas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o Índice de Arrecadação das Contas Fiduciárias seja inferior a 92,50% (noventa e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento), e/ou caso

XIII. caso, em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) não consecutivas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o Índice de Pré-Pagamento seja superior a 7% (sete por cento);

XIV. renúncia da Administradora, da Gestora ou do Custodiante, sem que tenham sido tomadas tempestivamente as providências previstas no 6.5 do Regulamento;

XV. caso a Entidade Consignatária seja, por qualquer motivo, desligada de qualquer Convênio, conforme constatada pela Gestora e informado à Administradora;

XVI. caso a Parcela Consignada dos Proventos não seja depositada pelos Entes Públicos Conveniados nas Contas Fiduciárias por 2 (dois) meses consecutivos;

XVII. caso a Cedente, Entidade Consignatária ou Afiliadas, a ser informado pela Cedente ou Entidade Consignatária à Administradora e à Gestora: (a) iniciem qualquer procedimento de falência, insolvência, renegociação ampla de dívidas, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, decretação de intervenção e/ou liquidação extrajudicial, ou benefício legal similar, em qualquer jurisdição, a qualquer tempo; (b) tenham qualquer petição ou pedido relacionado aos eventos e circunstâncias descritos no subitem (a) acima ajuizados contra si, ou qualquer dos procedimentos lá descritos tenham sido iniciados; (c) tenham proposto plano de recuperação extrajudicial ou similar, independente de confirmação do juízo competente; (d) por qualquer ato ou omissão, indiquem seu consentimento, aprovação ou anuência a qualquer cessão, petição, solicitação ou procedimento ou ordem de dispensa ou indicação de liquidante ou administrador judicial para toda ou parte substancial de seus bens ou propriedades; (e) tenham cessado ou descontinuado suas operações; (f) sofram intervenção de qualquer órgão da administração pública; ou (g) tenham atividades excluídas dos seus objetos sociais e/ou ocorra mudança de controlador;

XVIII. caso ocorra a cassação da autorização para funcionamento da Entidade Consignatária, a ser informado à Administradora e à Gestora pela Cedente;

XIX. caso a Entidade Consignatária e respectivos controladores (pessoas físicas e jurídicas), acionistas, diretores e/ou membros do conselho, a ser informado à Administradora e à Entidade Consignatária pela Cedente, venham a ter contra si sentença judicial condenatória transitada em julgado em relação a (i) crimes contra o patrimônio, (ii) crimes contra a fé pública, (iii) crimes contra o sistema financeiro nacional, (iv) crimes contra o mercado de capitais, (v) crimes previstos na legislação sobre a responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei Anticorrupção), (vi) atos de improbidade administrativa, (vii) crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (lavagem de dinheiro), (viii) crimes contra a economia popular, (ix) crimes contra as relações de consumo e (x) crimes previstos na legislação falimentar;

XX. constatação, pela Administradora e/ou pela Gestora, de que a Cedente cedeu, ou tentou ceder à Classe, Direitos de Crédito onerados ou gravados;

XXI. caso a Administradora e/ou a Gestora identifiquem, a qualquer momento, falhas ou inconsistências materiais no processo de arrecadação na Conta Fiduciária;

XXII. caso ocorra uma alteração relevante, na avaliação da Gestora, na diretoria ou na composição societária da Entidade Consignatária;

XXIII. caso seja constatado o descumprimento pela Cedente e/ou pela Entidade Consignatária de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Anexo, no Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Cobrança, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 8 (oito) Dias Úteis contado do recebimento, pela Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora ou pelo Custodiante, informando-a da ocorrência do respectivo evento;

XXIV. não constituição da Reserva de Caixa ou caso os limites estabelecidos para a Reserva de Caixa não sejam atendidos pelo prazo de 10 (dez) Dias Úteis consecutivos;

XXV. ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Anexo para o cálculo do valor das Cotas Sênior, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;

XXVI. criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional da Classe e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Cotas Sênior;

XXVII. resilição, extinção ou término, por qualquer motivo, do Contrato de Cessão, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito e/ou Contrato de Contas Fiduciárias;

XXVIII. caso haja alteração da política de concessão de créditos das Cedentes em relação ao que se encontra no Suplemento IV, que afete negativamente a Classe a critério do Gestor;

XXIX. caso ocorra uma variação positiva do CDI, no período dos últimos 12 (doze) meses, em percentual igual ou superior a 7 (sete) pontos percentuais;

XXX. se até o 9º (nono) mês após a primeira integralização de Cotas da Classe, o Patrimônio Líquido da Classe não atingir o valor mínimo de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), conforme apurado pelo Gestora;

XXXI. caso não seja possível o Fundo adquirir Direitos de Crédito admitidos por sua Política de Investimentos durante 1 (um) mês dentro do Período de Investimentos;

XXXII. caso o percentual de Cotas Subordinadas Júnior que sejam subscritas pela Entidade Consignatária, suas Afiliadas e/ou Partes Relacionadas seja inferior à 2% (dois inteiros por cento) do Patrimônio Líquido da Classe, observada a Razão de Garantia;

XXXIII. caso o percentual de Cotas Subordinadas Júnior que sejam subscritas pelas empresas do Grupo JCR, suas Afiliadas e/ou Partes Relacionadas seja inferior à 13% (treze inteiros por cento) do Patrimônio Líquido da Classe, observada a Razão de Garantia; e

XXXIV.caso ocorra intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (ou outro órgão) na Entidade Consignatária.

13.1.2. Os índices relacionados no item 13.1.1 acima serão calculados na Data de Verificação, observado que a Gestora será responsável por calcular os índices previstos no item 13.1.1 acima.

13.1.3. Na hipótese de ocorrência de Eventos de Avaliação, haverá a interrupção imediata da aquisição de novos Direitos de Crédito e da realização de amortização de Cotas Subordinadas Junior.

13.1.4. Haverá suspensão automática de aquisição de Direitos de Crédito de qualquer Ente Público conveniado que deixe de fazer repasses por 2 (dois) meses consecutivos.

13.1.5. Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembleia Especial de Cotistas, para avaliar o grau de comprometimento das atividades da Classe em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Especial de Cotistas deliberar: (i) pela continuidade das atividades da Classe, mediante a retomada de aquisição de Direitos de Crédito pela Classe e dos pagamentos de amortização de Cotas Subordinadas Júnior; e/ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Especial de Cotistas constitui um Evento de Liquidação, hipótese em que deverão ser deliberadas as matérias referidas no item 13.3 e adotados os procedimentos previstos no item 13.3.2.

13.1.6. No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito e, se aplicável, de amortização da Cota Subordinada Júnior, deverão ser imediatamente interrompidos, até que: (i) seja proferida decisão final em Assembleia Especial de Cotistas, convocada especificamente para este fim, nos termos do item 13.1.2, autorizando a retomada dos procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito, amortização e resgate das Cotas Subordinadas Júniores; e/ou (ii) seja sanado em Assembleia o Evento de Avaliação.

13.1.7. Ainda que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Especial de Cotistas e/ou Assembleia Geral , esta será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela caracterização de Evento de Liquidação.

13.1.8. Na hipótese de não instalação da Assembleia Especial de Cotistas por falta de quórum, a Administradora dará início aos procedimentos referentes à liquidação da Classe, com o consequente resgate das Cotas, nos termos do item 13.3 e seguintes, abaixo.

13.2. **Eventos de Liquidação**

13.2.1. As seguintes hipóteses são consideradas Eventos de Liquidação:

I. caso seja deliberado em Assembleia Especial de Cotistas que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

II. na hipótese de renúncia do Custodiante, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Anexo e/ou no Regulamento;

III. renúncia da Administradora, Controlador, Agente de Contas Fiduciárias ou Gestora sem sua devida substituição, nos termos estabelecidos neste Anexo e/ou no Regulamento;

IV. por determinação da CVM, em caso de violação de normas legais ou regulamentares;

V. sempre que assim decidido pelos Cotistas em assembleia especialmente convocada para tal fim;

VI. pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, regime de administração especial temporária – RAET, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, da Administradora, Controlador, ou da Gestora ou pelo Agente da Conta Fiduciária, sem a sua efetiva substituição nos termos deste Regulamento;

VII. se a Classe mantiver patrimônio líquido médio inferior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), pelo período de 90 (noventa) dias consecutivos e não for incorporado a outra classe de Cotas;

VIII. se o patrimônio líquido da Classe se tornar igual ou inferior à soma de todas as Cotas Sênior;

IX. caso, por inexistência de recursos líquidos, a Classe não possa fazer frente aos Encargos do Fundo nas respectivas datas de vencimento;

X. caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F30, represente percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

XI. caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F60, represente percentual superior a 22% (vinte e dois por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

XII. caso o Índice de Atraso, referente à faixa de atraso F90, represente percentual superior a 18% (dezoito por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

XIII. caso o Índice de Perda Líquida represente percentual superior a 10% (dez por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora;

XIV. caso, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) não consecutivas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o Índice de Resolução de Cessão seja superior a 8% (oito por cento), conforme informado pela Gestora à Administradora; e/ou

XV. caso, em 3 (três) Datas de Verificação consecutivas ou 4 (quatro) não consecutivas, dentro de um período de 12 (doze) meses, o Índice de Pré-Pagamento seja superior a 15% (quinze por cento).

13.2.2. Os índices relacionados nos subitens XII a XVIII do item 13.2.1 serão calculados na Data de Verificação pelo Gestor, a quem caberá analisá-los para fins da verificação ou não de um Evento de Liquidação.

13.3. **Procedimentos de Liquidação Antecipada**

13.3.1. Verificado quaisquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada da presente Classe, definidos nos itens a seguir.

13.3.2. Na hipótese prevista no item 13.3.1, a Administradora deverá: (i) interromper os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito e, se aplicável, de Amortização das Cotas; e (ii) convocar imediatamente uma Assembleia Especial de Cotistas, a fim de que os Cotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada da Classe, que os Cotistas dissidentes solicitem o resgate de suas respectivas Cotas, nos termos deste Anexo, observado o disposto no artigo 55 do Anexo II à Resolução CVM nº 175.

13.3.3. A Assembleia Especial de Cotistas nos termos do item 13.3.2 acima deverá deliberar no mínimo sobre: (i) o plano de liquidação elaborado pelos prestadores de serviços essenciais, em conjunto, de acordo com os procedimentos previstos no regulamento; e (ii) o tratamento a ser conferido aos direitos e obrigações dos cotistas que não puderam ser contatados quando da convocação da Assembleia Especial de Cotistas.

13.3.4. Caso seja decretada a liquidação antecipada da presente Classe a Administradora deverá promover a divisão do Patrimônio Líquido entre os Cotistas, na proporção de suas Cotas, no prazo eventualmente definido na Assembleia Especial de Cotistas nos termos do item 13.3.3 acima.

13.3.5. Até o pagamento integral das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas Mezanino, ficará suspensa a amortização das Cotas Subordinadas Júnior, que somente serão amortizadas após o resgate das Cotas Sênior e das Cotas Subordinadas Mezanino, observados os limites, requisitos e condições previstas neste Anexo.

13.3.6. O Auditor Independente deve emitir parecer sobre a demonstração da movimentação do Patrimônio Líquido, compreendendo o período entre a data das

últimas demonstrações contábeis auditadas e a data da efetiva liquidação, manifestando-se sobre as movimentações ocorridas no período.

13.3.7. Deve constar das notas explicativas às demonstrações contábeis, análise quanto a terem os valores dos resgates sido ou não efetuados em condições equitativas e de acordo com a regulamentação pertinente, bem como quanto à existência ou não de débitos, créditos, ativos ou passivos não contabilizados.

13.3.8. Caso a Assembleia Especial de Cotistas referida no item 13.3.3 não seja instalada em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer Cotistas, a Administradora convocará nova Assembleia Especial de Cotistas por meio, ao menos, de publicação em seu website; após o que, caso novamente não seja instalada em segunda convocação a referida Assembleia Especial de Cotistas, a Administradora poderá adotar os procedimentos descritos no item 13.3.4.

13.3.9. Caso a carteira de Direitos de Crédito possua provento a receber, é admitida, durante o prazo previsto no eventualmente definido na Assembleia Especial de Cotistas, a critério da Gestora (i) a transferência dos proventos aos Cotistas, observada a participação de cada Cotista; ou (ii) a negociação dos proventos pelo valor de mercado.

13.3.10. Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Cotas, a Administradora poderá convocar Assembleia Especial de Cotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Cotas em Direitos de Crédito e/ou Ativos Financeiros, nos termos e condições constantes da legislação em vigor, que deverá observar a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo 11 acima e os procedimentos neste item 13.3.

13.3.11. Caso a Classe não detenha, na data de liquidação antecipada da Classe, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido às Cotas, as Cotas poderão ser resgatadas mediante a entrega dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Cotistas.

13.3.12. A Administradora se obriga a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total da Classe.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

14.1. Caso a Administradora verifique que o Patrimônio Líquido está negativo, a Administradora deve:

i. imediatamente: (a) não realizar amortização de Cotas; (b) não realizar novas subscrições de Cotas; e (c) comunicar a existência do Patrimônio Líquido

negativo à Gestora; e (d) divulgar fato relevante, nos termos do artigo 64 da Resolução CVM nº 175; e

ii. em até 20 (vinte) dias: (a) elaborar um plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo, em conjunto com a Gestora, do qual conste, no mínimo: (1) análise das causas e circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido negativo; (2) balancete; e (3) proposta de resolução para o Patrimônio Líquido negativo, que, a critério dos prestadores de serviços essenciais, pode contemplar as possibilidades previstas no item 14.5 abaixo, assim como a possibilidade de tomada de empréstimo pela classe, exclusivamente para cobrir o patrimônio líquido negativo; e (b) convocar assembleia de cotistas, para deliberar acerca do plano de resolução do patrimônio líquido negativo de que trata a alínea "a" acima, em até 2 (dois) Dias Úteis após concluída a elaboração do plano, encaminhando o plano junto à convocação.

14.2. Caso após a adoção das medidas previstas no subitem (i) do item 14.1 acima, a Administradora e a Gestora, em conjunto, avaliem, de modo fundamentado, que a ocorrência do Patrimônio Líquido Negativo não representa risco à solvência das Cotas, a adoção das medidas referidas no subitem (ii) do item 14.1 acima, se torna facultativa.

14.3. Caso anteriormente à convocação da Assembleia Especial de Cotistas de que trata a alínea (b) do subitem (ii) do item 14.1 acima, a Administradora verifique que o Patrimônio Líquido deixou de estar negativo, a Gestora e a Administradora ficam dispensados de prosseguir com os procedimentos previstos neste Capítulo, devendo a Administradora divulgar novo fato relevante, no qual devem constar o Patrimônio Líquido atualizado e, ainda que resumidamente, as causas e circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido negativo.

14.4. Caso posteriormente à convocação da Assembleia Especial de Cotistas de que trata a alínea (b) do subitem (ii) do item 14.3 acima, e anteriormente à sua realização, a Administradora verifique que o Patrimônio Líquido deixou de estar negativo, a Assembleia Especial de Cotistas deve ser realizada para que a Gestora apresente aos cotistas o Patrimônio Líquido atualizado e as causas e circunstâncias que resultaram no Patrimônio Líquido negativo, não se aplicando o disposto no item 14.5 abaixo.

14.5. Em caso de não aprovação do plano de resolução do Patrimônio Líquido negativo em Assembleia Especial de Cotistas, os Cotistas devem deliberar sobre as seguintes possibilidades:

i. cobrir o Patrimônio Líquido negativo, mediante aporte de recursos, próprios ou de terceiros, em montante e prazo condizentes com as obrigações, hipótese que afasta a proibição disposta na alínea (b) do subitem (i) do item 14.1 acima;

ii. cindir, fundir ou incorporar a presente Classe a outro fundo ou classe que tenha apresentado proposta já analisada pela Administradora e pela Gestora;

iii. liquidar a presente Classe, desde que não remanesçam obrigações a serem honradas pelo seu patrimônio; ou

iv. determinar que a Administradora entre com pedido de declaração judicial de insolvência da presente Classe.

14.6. A Gestora deve comparecer à Assembleia Especial de Cotistas de que trata o presente Capítulo, na qualidade de responsável pela gestão da Carteira, observado que a ausência da Gestora não impõe à Administradora qualquer óbice quanto a sua realização.

14.7. Na Assembleia Especial de Cotistas de que trata o presente Capítulo, é permitida a manifestação dos credores, nessa qualidade, desde que prevista na ata da convocação ou autorizada pela mesa ou pelos cotistas presentes.

14.8. Caso a Assembleia Especial de Cotistas não seja instalada por falta de quórum ou os cotistas não deliberem em favor de qualquer possibilidade prevista no item 14.5 acima, a Administradora deve ingressar com pedido de declaração judicial de insolvência da presente Classe.

14.9. A CVM pode pedir a declaração judicial de insolvência da presente Classe, quando identificar situação na qual seu Patrimônio Líquido negativo represente risco para o funcionamento eficiente do mercado de valores mobiliários ou para a integridade do sistema financeiro.

14.10. Tão logo tenha ciência de qualquer pedido de declaração judicial de insolvência da presente Classe, a Administradora deve divulgar fato relevante, nos termos do artigo 64 da Resolução CVM nº 175.

14.11. Tão logo tenha ciência da declaração judicial de insolvência, a Administradora deve adotar as seguintes medidas:

i. divulgar fato relevante, nos termos do artigo 64 da Resolução CVM nº 175; e

ii. efetuar o cancelamento do registro de funcionamento da presente Classe na CVM.

14.12. Caso a Administradora não adote a medida disposta no subitem ii do item 14.11 acima, de modo tempestivo, a Superintendência da CVM competente deve efetuar o cancelamento do registro, informando tal cancelamento à Administradora e publicando comunicado na página da CVM na rede mundial de computadores.

14.13. O cancelamento do registro da presente Classe não mitiga as responsabilidades decorrentes das eventuais infrações cometidas antes do cancelamento.

15. PRESTADORES DE SERVIÇO

15.1. **Administração**

15.1.1. A administração fiduciária da Classe caberá à Administradora, conforme atribuições previstas no Regulamento do Fundo.

15.2. **Gestão**

15.2.1. A Gestão da Classe caberá à Gestora, conforme atribuições previstas no Regulamento do Fundo.

15.3. **Controladoria, Custódia e Escrituração**

15.3.1. Os serviços de controladoria e custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros, bem como de escrituração das Cotas e a guarda física dos Documentos Representativos do Crédito, serão prestados pelo Custodiante.

15.3.2. São atribuições do Custodiante, observado o disposto neste Anexo, no Acordo Operacional e na regulamentação aplicável:

i. realizar a liquidação física ou eletrônica e financeira dos Direitos de Crédito, evidenciados pelo Contrato de Cessão, respectivos Termos de Cessão, e demais Documentos Representativos do Crédito comprobatórios da operação;

ii. cobrar e receber, em nome da Classe, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos diretamente, conforme o caso, em: (i) Conta da Classe; ou (ii) Contas Fiduciárias;

iii. realizar a guarda dos Documentos Representativos do Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da Carteira, podendo contratar terceiros para tanto;

iv. diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos de Crédito, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para o Auditor Independente, Agências Classificadoras de Risco, se contratadas, e órgãos reguladores;

v. em até 1 (um) Dia Útil anteriormente a cada transação de transferência de recursos das Contas Fiduciárias para contas de livre movimentação da Cedente, com

base no arquivo fornecido pelos Entes Públicos Conveniados, realizar a conciliação entre os Direitos de Crédito devidos à Classe e os pagamentos realizados pelos Entes Públicos Conveniados em relação a cada um dos Devedores, no período, de forma a determinar os valores a serem pagos à Classe a partir dos recursos depositados nas Contas Fiduciárias.

15.3.3. Para os fins do subitem v do item 15.3.2 acima, o Custodiante pode utilizar informações oriundas da Entidade Registradora, ocasião em que deverá verificar se tais informações são consistentes e adequadas à verificação.

15.4. **Verificação do Lastro**

15.4.1. A Gestora poderá contratar terceiros para efetuar a verificação do lastro dos Direitos de Crédito, inclusive a Entidade Registradora, o Custodiante ou a consultoria especializada, se houver, desde que o agente contratado não seja sua Parte Relacionada.

15.4.2. Desta forma, em consonância com o item 15.4.1 acima, a verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pela Gestora ou por terceiro por ela contratado.

15.4.3. Em vista da significativa quantidade de Direitos de Crédito cedidos à Classe e da expressiva diversificação de Devedores dos Direitos de Crédito, a Gestora, ou empresa por ele contratada, efetuará trimestralmente a verificação por amostragem do lastro dos Direitos de Crédito objeto de aquisição pela Classe, na forma do disposto no Suplemento VI.

15.4.4. Ao realizar a verificação referida no item 15.4.3 acima, a Gestora ou empresa por ela contratada apurará a existência dos Documentos Representativos do Crédito.

15.4.5. Os Direitos de Crédito Inadimplidos num dado trimestre serão objeto de verificação individualizada e integral pelo Custodiante ou terceiro por ele contratado, não se aplicando, portanto, a metodologia prevista no item 15.4.3 acima. Não haverá substituição de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, sem prejuízo das hipóteses de recompra.

15.5. **Entidade Registradora**

15.5.1. A Administradora deverá contratará a Entidade Registradora, devidamente autorizada pelo BACEN, para fins de registro dos Direitos de Crédito, conforme aplicável.

15.5.2. A Entidade Registradora não pode ser Parte Relacionada à Gestora e/ou suas Partes Relacionadas.

15.5.3. Caso os Direitos de Crédito não sejam passíveis de registro em Entidade Registradora, a Administradora deve providenciar a contratação do serviço de custódia para a Carteira de Direitos de Crédito.

15.5.4. Caso o Direito de Crédito esteja registrado em mercado organizado de balcão autorizado pela CVM ou depositado em depositário central autorizado pela CVM ou pelo BACEN, fica dispensada a custódia dos Direitos de Crédito nos termos do item acima.

15.6. **Cobrança Judicial e Extrajudicial**

15.6.1. O Agente de Cobrança foi contratado para cobrar extrajudicialmente e judicialmente, em nome na Classe, os Direitos de Crédito Inadimplidos, observado o disposto no Contrato de Cobrança e no Suplemento V.

15.6.2. A contratação da Entidade Consignatária, para os fins do disposto no item 15.6.1 acima, não implicará qualquer espécie de coobrigação ou responsabilidade pelo adimplemento dos Direitos de Crédito pela Entidade Consignatária, salvo as hipóteses expressamente previstas neste Anexo, no Regulamento e/ou no Contrato de Cessão, conforme aplicável, sendo que a Entidade Consignatária poderá atuar como agente de cobrança no polo ativo de qualquer cobrança judicial contra os Devedores inadimplentes, nos termos do Contrato de Cobrança.

15.6.3. Depois de tomadas todas as providências pelo Agente de Cobrança para a recuperação das parcelas não pagas pelos Devedores que tenham se desligado do Ente Público Conveniado, são adotadas as providências legais para o registro destas operações como prejuízo, sendo realizadas as devidas provisões referentes a tais Direitos de Crédito Inadimplidos.

15.6.4. Caso aplicável, o Agente de Cobrança poderá, às suas expensas, desde que ouvido a Gestora, subcontratar parte da atividade de cobrança judicial a terceiros, sempre observadas os termos deste Anexo e as especificidades do Direito de Crédito.

15.6.5. Na hipótese de o Agente de Cobrança, por erro operacional, receber diretamente quaisquer pagamentos relativos aos Direitos de Crédito, deverá transferi-los à Conta da Classe, de forma tempestiva no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do respectivo recebimento.

15.7. **Formalização dos Direitos de Crédito**

15.7.1. A Gestora, em nome da Classe, poderá contratar Agente de Formalização para atuar na formalização dos Direitos de Crédito.

15.8. **Consultoria Especializada**

15.8.1. A Gestora, em nome da Classe, poderá contratar consultoria especializada.

15.9. **Responsabilidade dos Prestadores de Serviços**

15.9.1. Nos termos do artigo 1.368-D, inciso II, do Código Civil, fica limitada a responsabilidade dos prestadores de serviços da Classe, incluindo da Administradora, da Gestora, do Custodiante, entre outros, perante a Classe e entre si, ao cumprimento dos deveres particulares de cada um, sem solidariedade entre si e/ou com a Classe, observado o disposto nos respectivos contratos de prestação de serviços.

16. TAXAS E REMUNERAÇÕES

16.1. Será devido pelo Fundo à Administradora, a título de Taxa de Administração, pela prestação dos serviços de administração, tesouraria, controle e processamento dos ativos financeiros e custódia o percentual anual fixo 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido da Classe, observada uma remuneração mínima mensal de R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais) nos primeiros 6 (seis) meses (inclusive) após a primeira integralização, de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) entre o 7º (sétimo) (inclusive) e o 12º (décimo segundo) (inclusive) mês após a primeira integralização e R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a partir do 13º (décimo terceiro) (inclusive) mês após a primeira integralização ("Taxa de Administração Específica").

16.2. Será devido à Gestora o percentual de 1,00% a.a. (um inteiro por cento ao ano), incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) ("Taxa de Gestão").

16.3. Será devida à Gestora, ou prestador de serviço por ela contratado, pela prestação dos serviços de verificação de lastro amostral, que evidencia o lastro dos Direitos de Crédito adquiridos, remuneração em valor equivalente a 0,02% a.a. (dois centésimos por cento ao ano) sobre os Direitos de Crédito, respeitado o mínimo mensal de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

16.4. Os valores mínimos previstos neste Capítulo serão atualizados anualmente, pela variação positiva acumulada do IPCA, contados a partir da data de início do funcionamento do Fundo e/ou da Classe ou do início da prestação de serviço, conforme o caso.

16.5. Na hipótese de extinção do IPCA, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC

– Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

16.6. A Taxa de Administração Específica e a Taxa de Gestão serão calculadas e provisionadas todo Dia Útil à razão de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos) com base no valor do Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior.

16.7. A Taxa de Administração Específica, a Taxa de Gestão e a Taxa de Custódia serão pagas mensalmente à Administradora, à Gestora e ao Custodiante, respectivamente, por período vencido, no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas do Fundo.

16.8. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais e convocação de Assembleias Gerais de Cotistas, tampouco as despesas com a contratação de auditoria especializada, assessoria legal à Classe e despesas com viagens, estadias e transporte relacionadas aos serviços prestados à Classe.

16.9. A Administradora e a Gestora podem estabelecer que parcelas de Taxa de Administração ou Taxa de Gestão, respectivamente, sejam pagas diretamente aos prestadores de serviços contratados, observado que o somatório dessas parcelas não pode exceder o montante total da Taxa de Administração ou Taxa de Gestão, conforme o caso.

16.10. Pela prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Agente de Cobrança fará jus ao recebimento da seguinte remuneração mensal, calculada com base no Patrimônio Líquido do Fundo no 1º (primeiro) Dia Útil do mês do pagamento, e paga até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, conforme abaixo

16.11. Será devida ao Agente de Cobrança pela prestação dos seus serviços uma remuneração mensal de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

16.12. Tendo em vista que não há distribuidores das Cotas que prestem serviços de forma contínua à Classe, o presente Anexo não prevê uma taxa máxima de distribuição, nos termos do Ofício-Circular Conjunto nº1/2023/CVM/SIN/SSE. A remuneração dos distribuidores que venham a ser contratados e remunerados pontualmente, a cada emissão de Cotas, será prevista nos documentos da respectiva Oferta, conforme a Resolução CVM nº 160.

16.13. Não serão cobradas das Cotistas taxas de ingresso, de saída ou de performance da Classe.

17. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS INTERESSES DA CLASSE

17.1. Caso a Classe não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros de titularidade da Classe e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas da Classe, a maioria dos titulares das Cotas, reunidos em Assembleia Especial de Cotistas, poderá aprovar o aporte de recursos da Classe, por meio da integralização de novas Cotas, a ser realizada por todos os titulares das Cotas para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

17.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo, inclusive para salvaguarda de direitos e prerrogativas da Classe e/ou com a cobrança judicial e/ou extrajudicial de Direitos de Crédito Inadimplidos, serão de inteira responsabilidade da Classe, não estando a Administradora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

17.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem da Classe, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas reunidos na Assembleia Especial de Cotistas. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Cotistas deverão definir na referida Assembleia Especial de Cotistas o cronograma de integralização das novas Cotas, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Especial de Cotistas, sendo vedada qualquer forma de compensação pelos Cotistas.

17.4. Na hipótese do item 17.1 acima, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover, na proporção de seus respectivos créditos, os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que a Classe venha a ser eventualmente condenado.

17.5. A Administradora, a Gestora e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pela Classe e pelos titulares das Cotas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma prevista acima.

17.6. Todos os valores aportados pelos Cotistas à Classe, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que a Classe receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação pelos Cotistas.

18. DA RESOLUÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

18.1. Haverá a resolução da cessão de um Direito de Crédito ou de um conjunto de Diretos de Crédito, conforme o caso, adquiridos pelo Fundo, independentemente de qualquer aviso ou notificação à Entidade Consignatária, com o retorno de tais Direitos de Crédito ao *status quo ante* no que concerne àqueles vincendos e vencidos e não pagos, conforme previsto no Contrato de Cessão, nos seguintes casos:

i. caso recaia sobre referido Direito de Crédito cedido à Classe quaisquer ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à sua cessão à Classe, ou caso o referido Direito de Crédito venha a ser reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito, previamente à sua cessão à Classe;

ii. caso os Valores dos Proventos consignados em folha de pagamento pelo respectivo Ente Público Conveniado relativos a tais Direitos de Crédito sejam transferidos pelo Ente Público Conveniado de outra forma que não mediante depósito nas Contas Fiduciárias;

iii. caso seja verificada qualquer incorreção e inconsistência materiais ou falsidade na constituição dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, que, apesar de não invalidar o Direito de Crédito ou o instrumento que o constituiu, dificulte ou impossibilite a sua cobrança judicial ou extrajudicial;

iv. caso não seja realizada a entrega dos Documentos Representativos do Crédito e Documentos do Devedor pela Entidade Consignatária, na forma e prazos previstos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;

v. caso seja verificado, a qualquer tempo, que qualquer das Condições de Cessão ou Critérios de Elegibilidade não foram observados, na data de cessão, em relação a qualquer dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo;

vi. caso qualquer das declarações prestadas pela Entidade Consignatária no Contrato de Cessão ou em um Termo de Cessão se comprove inverídica, incompleta e/ou incorreta;

vii. caso o Devedor exerça seu direito de desistência no prazo e condições previstas no Código de Defesa do Consumidor, conforme aplicável;

viii. caso o Devedor revogue o respectivo Recibo/Autorização de Inclusão de Consignação para que o respectivo Ente Público Conveniado realize a Consignação; e/ou

ix. caso o Devedor venha a óbito em até 6 (seis) meses contados da data de cessão do Direito de Crédito para a Classe.

18.2. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos listados nos subitens acima, a deverá seguir as disposições do Contrato de Cessão, ficando obrigada a, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados (i) da data da verificação pela Entidade Consignatária da ocorrência de qualquer um dos eventos listados, neste caso independentemente de qualquer notificação prévia nesse sentido, e/ou (ii) da data que a Administradora, a Gestora ou o Custodiante notificarem a Entidade Consignatária sobre o fato que deu ensejo à resolução da cessão, o que ocorrer primeiro, restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, o valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no valor presente do título na data da restituição integral dos valores devidos por ocasião da resolução da cessão, ajustado pela mesma taxa aplicada quando de sua aquisição pelo Fundo.

18.3. O Contrato de Cessão deverá prever o tratamento a ser dado no caso de ocorrência do evento de resolução da cessão de Direito de Crédito referido no subitem vii do item 18.1 acima.

19. DA RESERVA DE CAIXA

19.1. A Administradora, mediante solicitação da Gestora, constituirá, desde o momento inicial de subscrição de Cotas Sênior, uma Reserva de Caixa no montante equivalente a 3 (três) meses de despesas da Classe, apurado em cada data de pagamento.

19.2. Os recursos da Reserva de Caixa integrarão o patrimônio da Classe e constituirão uma provisão para o pagamento de despesas ordinárias da Classe.

19.3. Os recursos da Reserva de Caixa serão alocados exclusivamente para aquisição de Ativos Financeiros.

20. FATORES DE RISCO

20.1. A Carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, aos riscos abaixo relacionados. Antes de adquirir Cotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo. Não há quaisquer garantias de que o capital efetivamente integralizado será remunerado conforme expectativa dos Cotistas. Ao investir nas Cotas, o investidor declara ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido.

I. **Risco de crédito**: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos Devedores ou por demais contrapartes das operações da Classe, inclusive com relação aos Ativos Financeiros, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do Devedor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a Carteira.

II. **Risco de liquidez**: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes da carteira da Classe. A Classe deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos de Crédito. Não existe, no Brasil, contudo, mercado ativo para compra e venda de Direitos de Crédito. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo, como nas hipóteses de liquidação previstas no Regulamento e/ou Anexo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda de patrimônio à Classe. Em virtude de tais riscos, a Gestora poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os Direitos de Crédito pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para a Classe, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a Gestora a aceitar descontos nos seus preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações aos Cotistas, nos valores e nos prazos previstos no Regulamento, no Anexo ou nos Suplementos.

III. **Risco de derivativos**: o Regulamento autoriza a alocação de recursos do patrimônio líquido da Classe em operações em mercado de derivativos, na forma deste Anexo. Nos investimentos feitos pela Classe em derivativos, existe o risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade da Classe, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos Cotistas e colocar em risco o patrimônio da Classe.

IV. **Risco de descontinuidade**: A Classe poderá ser liquidado antecipadamente (i) nas hipóteses do Anexo; (ii) no caso de pré-pagamento da totalidade dos Direitos de Crédito pelos Devedores; ou (iii) em razão da ocorrência dos Eventos de

Liquidação. Deste modo, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pela Classe, não sendo devida pela Classe, pela Administradora, pelo Coordenador Líder, pela Gestora, pelo Custodiante, pelo Controlador, pela Cedente, pela Entidade Consignatária, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

V. Risco de Vedações/Restrições à Negociação das Cotas: A Classe é constituída sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Cotas somente serão resgatadas em virtude da liquidação da Classe ou no final do prazo de duração da respectiva série de Cotas Sênior e de Cotas Subordinadas Mezanino. Uma vez que o prazo de duração da Classe é indeterminado, o Cotista titular das Cotas não terá liquidez em seu investimento na Classe, exceto (a) por ocasião das amortizações e dos resgates, nos termos deste Anexo e do respectivo Suplemento, caso o Suplemento venha a prever resgates ou amortizações; (b) por meio da alienação de suas Cotas no mercado secundário, observado possíveis restrições à negociação de tais cotas em razão do perfil do investidor adquirente e/ou da modalidade de oferta pública de distribuição das Cotas do Fundo, notadamente aquelas previstas na Resolução CVM nº 160; ou (c) na liquidação antecipada da Classe.

VI. Risco decorrente da amortização das Cotas sob regime de caixa: conforme o disposto no Anexo e nos Suplementos a ele anexos, as Cotas poderão ser amortizadas sempre que a Administradora verificar a existência de caixa excedente na Classe a qualquer título, de acordo com os critérios, prazos de carência e procedimentos previstos no Anexo e nos mencionados Suplementos. Por conta disto, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pela Classe, não sendo devida pela Classe, pela Administradora, pela Gestora, pela Cedente, pela Entidade Consignatária, pelo Custodiante, pelo Custodiante ou pelo Agente de Cobrança, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

VII. Risco de mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Classe, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

VIII. Risco de concentração: o risco associado às aplicações da Classe é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações da Classe em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Devedor, maior será a vulnerabilidade do Fundo em relação ao risco de crédito desse emissor ou Devedor.

IX. Risco de concentração em poucos originadores de Direitos de Crédito: os Direitos de Crédito a serem cedidos à Classe são originados exclusivamente pela Cedente. A aquisição de Direitos de Crédito originados exclusivamente pela Entidade Consignatária pode comprometer a continuidade da Classe, em função da não continuidade da concessão de empréstimos pela Entidade Consignatária e pela Cedente aos Devedores e da capacidade destas de originar Direitos de Crédito Elegíveis.

X. Risco de Insuficiência dos Critérios de Elegibilidade: Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos de Crédito passíveis de aquisição pela Classe. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência dos Direitos de Crédito que compõem a Carteira depende integralmente, mas não somente, da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

XI. Risco de descasamento: os Direitos de Crédito componentes da Carteira são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pela Classe para as Cotas Sênior e para as Cotas Subordinadas Mezanino têm como parâmetro a taxa do CDI, conforme previsto no Anexo. Se os indicadores se elevarem substancialmente, os recursos da Classe poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as Cotas Sênior e para as Cotas Subordinadas Mezanino.

XII. Risco de perda decorrente do ágio na compra dos créditos: os Direitos de Crédito terão seu Valor Contábil calculado pelo respectivo custo de aquisição, com base na Taxa de Cessão praticada no momento de cada cessão de Direitos de Crédito, deduzido das provisões aplicáveis. Caso os Direitos de Crédito sejam adquiridos com ágio, o Valor Contábil será sempre inferior ao que é devido pelo Devedor à Classe na hipótese de pré-pagamento dos Direitos de Crédito, tendo em vista que a Taxa de Cessão poderá ser inferior à taxa praticada no âmbito das CCBs, utilizadas para fins de cálculo do valor presente dos Direitos de Crédito, na data do seu pré-pagamento ou por ocasião do óbito do Devedor. Como consequência, na hipótese de pré-pagamento dos Direitos de Crédito ou óbito do Devedor, a Classe poderá incorrer em prejuízo.

XIII. Risco de desenquadramento da Razão de Garantia por redução do patrimônio líquido: a Classe deverá obedecer a Razão de Garantia, assim entendida como a relação mínima entre o patrimônio líquido da Classe e o valor das Cotas Sênior, conforme definido no Anexo. Isto quer dizer que uma parcela mínima do patrimônio da Classe deve ser representada por Cotas Subordinadas, as quais serão as primeiras impactadas caso a Classe sofra perdas. Por diversos motivos, tais como a inadimplência dos Devedores ou problemas de recebimento de recursos pela Classe, o patrimônio da Classe poderá ser reduzido e, por consequência, o valor das Cotas Subordinadas poderá ser afetado negativamente. Na hipótese de inobservância

da Razão de Garantia por conta da redução do valor das Cotas Subordinadas, os Cotistas titulares de Cotas Subordinadas Júnior serão comunicados pela Administradora para que aportem valores adicionais na Classe, visando ao restabelecimento da Razão de Garantia. Caso as Cotas Subordinadas Júnior tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Sênior e as passarão a arcar com eventuais prejuízos da Classe, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus titulares.

XIV. Risco relacionado ao regime de amortização das Cotas: conforme previsto no Anexo, as Cotas serão amortizadas em regime de caixa, após encerrado o Período de Investimento. Qualquer amortização de Cotas dependerá da disponibilidade de recursos líquidos na Classe para tal finalidade, sendo certo que as datas de amortização de Cotas poderão ser substancialmente diferentes daquelas esperadas pelos Cotistas, de modo que tal diferença poderá ensejar, inclusive, a redução do horizonte de investimento dos Cotistas.

XV. Risco de aquisição de Direitos de Crédito devidos por Devedor inadimplente perante a Cedente: é possível que um mesmo Devedor celebre diversos CCBs com a(s) Cedente(s). O Anexo permite a cessão ao Fundo de Direitos de Crédito devidos por um Devedor que esteja inadimplente quanto a uma ou mais parcelas de outra CCB, que não seja representativo de Direito de Crédito oferecido para cessão à Classe. Nessa hipótese, a Classe poderá adquirir um Direito de Crédito cujo Devedor já está inadimplente perante a Cedente no momento da cessão.

XVI. Risco relacionado à emissão de novas Cotas Subordinadas Júnior: o Fundo poderá, a qualquer tempo, emitir novas Cotas Subordinadas Júnior, independentemente de aprovação dos Cotistas das respectivas Cotas Subordinadas Júnior, observado o disposto no Regulamento e/ou Anexo e os procedimentos exigidos pela regulamentação vigente. Na hipótese de emissão de novas Cotas Subordinadas Júnior, não será assegurado direito de preferência para os respectivos Cotistas, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Cotas que já estejam em circulação na ocasião.

XVII. Risco relacionado a fatores macroeconômicos: a Classe também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, os quais poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a Carteira e (b) inadimplência dos emissores dos Ativos Financeiros e/ou Devedores. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regastes.

XVIII. Riscos associados aos Devedores: os Direitos de Crédito a serem cedidos à Classe serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Devedor. A capacidade de pagamento do Devedor poderá ser afetada se houver a redução do valor correspondente à margem consignável em decorrência: (i) da realização de deduções, por força, por exemplo, de decisão judicial (v.g., pagamento de pensão alimentícia), prioritárias em relação às CCBs eira para fins de desconto de Proventos em folha de pagamento; e (ii) da redução da remuneração disponível do Devedor, o que poderá ensejar o inadimplemento das CCBs e, por conseguinte, reduzir a rentabilidade da Classe. Ainda, a morte do Devedor interrompe o desconto de Proventos em folha automático das parcelas devidas da CCBs. Ainda, o recebimento da indenização de eventual seguro prestamista do Devedor, pode não ocorrer, ou não ocorrer nos prazos esperados, por conta (i) de discussões sobre cobertura e outras relacionadas à regulação do seguro; (ii) de eventual não formalização ou cancelamento do seguro prestamista; (iii) de não vinculação pela Cedente dos Direitos de Crédito à apólice de seguro prestamista; e (iv) de insuficiência do valor da indenização para quitar o saldo devedor da CCB, o que pode afetar a rentabilidade da Classe.

XIX. Risco de fungibilidade: a estrutura da Classe, em linha com o previsto na CCB não prevê o recebimento de valores decorrentes do pagamento ordinário dos Direitos de Crédito cedidos à Classe por qualquer forma que não mediante depósitos nas Contas Fiduciárias, de titularidade da(s) Cedente(s), realizados diretamente pelos Entes Públicos Conveniados ou, nas hipóteses de pré-pagamento, pelos Devedores. Eventual liquidação antecipada do Direito de Crédito pode ser feita exclusivamente perante a respectiva Cedente, como única credora e cobradora ali identificada. Visto isso, enquanto os recursos decorrentes do pagamento ordinário ou antecipado dos Direitos de Crédito, depositados diretamente nas Contas Fiduciárias, por erro operacional ou não, não forem transferidos à Conta da Classe, nos prazos e na forma do Anexo, ou ainda no caso de recebimento pela Cedente de Direitos de Créditos Inadimplidos, enquanto os recursos não forem transferidos ao Fundo, o Fundo estará exposto ao risco de crédito da Cedente e, caso haja qualquer evento de crédito da Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência, insolvência, regime especial de fiscalização ou evento equivalente, ou outros procedimentos de proteção de credores, que, inclusive, levem as Contas Fiduciárias a serem bloqueadas por decisão judicial, a Classe poderá não receber os valores que lhe são devidos, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência, insolvência, regime especial de fiscalização ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo a Cedente, os valores de tempos em tempos depositados nas Contas Fiduciárias poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Cotistas.

XX. Risco operacional dos Entes Públicos Conveniados: os empréstimos contraídos pelos Devedores são pagos por meio de desconto de Proventos em folha realizado pelo Ente Público Conveniado ao qual o Devedor é vinculado. É possível a

ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Devedores. Nesta hipótese, a Carteira pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente, e inclusive poderá ter dificuldade em receber a qualquer tempo, os recursos decorrentes dos Direitos de Crédito.

XXI. Risco operacional de sistemas: o desconto de Proventos em folha de pagamento/benefícios das parcelas da CCB e o repasse à Cedente dos Direitos de Crédito são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a Cedente, a Administradora ou a Gestora controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Devedores ou seu repasse à Classe. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio da Classe podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

XXII. Riscos operacionais: a Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Agente de Conta Fiduciária, o Agente de Cobrança, bem como os demais prestadores de serviço estão sujeitos a falhas operacionais. Tais falhas operacionais poderão levar ao não cumprimento das obrigações para com a Classe por parte dos referidos prestadores de serviço e, por conseguinte, acarretar eventuais perdas patrimoniais à Classe e aos Cotistas.

XXIII. Risco decorrente da não obrigatoriedade de inscrição dos Direitos de Crédito na Central de Cessões de Crédito (C3): a Diretoria Colegiada do BACEN, em sessão realizada em 19 de janeiro de 2012 autorizou, sem restrições, com base no inciso II do Artigo 5º e no Artigo 6º da Resolução nº 2.882, de 30 de agosto de 2001, o funcionamento do sistema Central de Cessões de Crédito (C3), a partir do dia 30 do mesmo mês. O sistema, operado pela Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, objetiva registrar parcelas de operações de crédito para efeito de cessões interbancárias, providenciando a transferência definitiva do ativo negociado simultaneamente à liquidação financeira definitiva, evitando cessões de um mesmo crédito em duplicidade. Considerando que a Cedente não se encontra sujeita ao controle, à fiscalização e à regulamentação expedida pelo BACEN, não há obrigação legal ou regulamentar de que a Cedente registre os Direitos de Crédito na Central de Cessões de Crédito (C3), de modo que as cessões dos recebíveis à Classe não poderão ser verificadas por meio do referido sistema.

XXIV. Risco operacional de cobrança: com a devida formalização de sua cessão à Classe, nos termos do Contrato de Cessão, a titularidade dos Direitos de Crédito é da Classe, conforme o caso e, portanto, a Classe, conforme o caso, por meio do Custodiante, detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Não obstante a responsabilidade do Custodiante pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, a Entidade Consignatária foi contratada para atuar como Agente de Cobrança do Fundo, dispondo de poderes para cobrar os Devedores inadimplentes judicialmente ou extrajudicialmente. Além disso, tendo em vista a possibilidade de

ausência de notificação dos Devedores e dos Entes Públicos Conveniados a respeito da cessão dos Direitos de Crédito à Classe, os pagamentos ordinários ou antecipados a eles relativos permanecem sendo realizados perante a Entidade Consignatária, nas respectivas Contas Fiduciárias, na forma descrita neste Regulamento e operacionalizada conforme Contrato de Cobrança, Contrato de Contas Fiduciárias e demais documentos relacionados (ainda a esse respeito, vide "Risco relacionado à ausência de notificação aos Devedores e aos Entes Públicos Conveniados", abaixo). Embora haja mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que a Entidade Consignatária desempenhará tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência com que o legítimo proprietário dos Direitos de Crédito a desempenharia. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos poderá acarretar perdas para a Classe e seus Cotistas.

XXV. Riscos e custos de cobrança: Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da Carteira e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Cotistas são de inteira e exclusiva responsabilidade da Classe, sempre observado o que seja deliberado pelos Cotistas em assembleia geral, conforme o caso. Caso o Fundo não disponha de recursos suficientes, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e/ou quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, seja em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos. O ingresso em juízo submete, ainda, a Classe à discricionariedade e ao convencimento dos julgadores das ações. Nestas hipóteses, a Assembleia Geral de Cotistas ou a Assembleia Especial de Cotistas, conforme o caso, também poderá deliberar por maioria das Cotas emitidas, sobre a emissão de novas Cotas para aporte pelos Cotistas, de recursos para que a Classe possa arcar com os compromissos assumidos. Assim, ao aplicar na Classe o Cotista está sujeito ao risco de perda de parte ou da totalidade de seu patrimônio investido, podendo ser, inclusive, chamado a aportar recursos adicionais.

XXVI. Risco atrelado à movimentação das Contas Fiduciárias por mais de um custodiante: os valores decorrentes dos pagamentos de Direitos de Crédito, cedidos à Classe ou não, são depositados pelos Entes Públicos Conveniados nas Contas Fiduciárias e ali são mantidos em custódia para liberação após o cumprimento de requisitos previstos no Contrato de Contas Fiduciárias. Ainda que os valores transferidos às Contas Fiduciárias também sejam oriundos do pagamento de Direitos de Crédito de titularidade da(s) Entidade(s) Consignatária(s) bem como de Direitos de Crédito cedidos a outros fundos de investimento, a operacionalização das Contas Fiduciárias perante todos os titulares de Direitos de Crédito cujo pagamento é realizado nas Contas Fiduciárias será realizada mediante comando feito por cada custodiante dos respectivos fundos, inclusive o Custodiante, de acordo com as regras dos Contratos de Contas Fiduciárias, na hipótese de os fundos participantes das Contas Fiduciárias possuírem custodiantes distintos, sendo que a movimentação somente ocorrerá mediante recebimento dos comandos de todos os custodiantes

envolvidos. Falhas na realização dos comandos ou inconsistências entre os comandos de cada custodiante em relação ao montante a ser transferido às contas dos respectivos fundos podem postergar e gerar dificuldades, ainda que de maneira temporária, à transferência dos recursos das Contas Fiduciárias para a Conta da Classe, o que poderá prejudicar a liquidez da Classe e impactar a distribuição de recursos aos Cotistas. Além disso, caso haja necessidade de substituição de algum dos custodiantes, incluindo o Custodiante da Classe, por qualquer motivo que seja, inclusive renúncia, poderá ser constatada dificuldade para substituí-lo devido: (i) à dificuldade para encontrar prestador de serviços tão qualificado quanto o anterior e/ou devidamente habilitado e licenciado para a prestação desse serviço; ou (ii) à dificuldade para chegar a um consenso, entre todos os titulares de Direitos de Crédito cujo pagamento se dá nas Contas Fiduciárias, em relação a um novo prestador de serviços. Ainda, mesmo que o Custodiante seja substituído como prestador de serviços da Classe, este poderá ter que continuar a depender dos serviços e da atuação de outros custodiantes para a operacionalização das Contas Fiduciárias. Tais dificuldades podem postergar e gerar dificuldades, ainda que de maneira temporária, à transferência dos recursos das Contas Fiduciárias para a Conta da Classe, o que poderá prejudicar a liquidez da Classe e impactar a distribuição de recursos aos Cotistas.

XXVII. Risco operacional relacionado ao Agente de Conta Fiduciária: caso haja necessidade de substituição do Agente de Conta Fiduciária, por qualquer motivo que seja, inclusive renúncia, a Administradora poderá encontrar dificuldade para substituí-lo devido: (i) à dificuldade para encontrar prestador de serviços tão qualificado quanto o anterior e/ou devidamente habilitado e licenciado para a prestação desse serviço; ou (ii) à dificuldade para chegar a um consenso, entre todos os titulares de Direitos de Crédito cujo pagamento se dá nas Contas Fiduciárias, em relação a um novo prestador de serviços. Tais dificuldades na substituição do Agente de Conta Fiduciária e ajustes na operacionalização das Contas Fiduciárias podem postergar e gerar dificuldades, ainda que de maneira temporária, à transferência dos recursos das Contas Fiduciárias para a Conta da Classe, o que poderá prejudicar a liquidez do Classe e impactar a distribuição de recursos aos Cotistas.

XXVIII. Risco do Convênio: o desconto de Proventos em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Devedores é viabilizado por convênios ou outros instrumentos similares de contratação celebrados entre a Entidade Consignatária e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniadas. As partes devem observar certas regras para manutenção do respectivo convênio, ou instrumento similar de contratação, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do respectivo convênio, ou instrumento similar de contratação, a sistemática de cobrança dos Direitos de Crédito (desconto de Proventos em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até

mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para a Classe, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos Direitos de Crédito. Adicionalmente, a manutenção dos referidos convênios ou instrumentos similares de contratação é condição para aquisição de novos Direitos de Crédito pela Classe, de forma que a Classe poderá ficar impossibilitado de adquirir novos Direitos de Crédito.

XXIX. Risco de liquidação antecipada da Classe: Observado o disposto neste Anexo, a Classe poderá ser liquidada antecipadamente, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação, Evento de Liquidação, ou se assim deliberado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Especial de Cotistas. Por este motivo, os Cotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pela Classe, não sendo devida pela Classe, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato. Adicionalmente, ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada da Classe, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Cotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em Carteira.

XXX. Risco do originador e de originação: os Direitos de Crédito serão originados exclusivamente pela Entidade Consignatária, o que pode comprometer a continuidade do Classe, em caso de não constância da concessão de empréstimos aos Devedores ou da incapacidade da Entidade Consignatária em originar Direitos de Crédito Elegíveis, inclusive devido à redução da margem consignável pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Entidade Consignatária e os Entes Públicos Conveniados poderão vir a não renovar o convênio ou instrumento similar de contratação que operacionaliza a consignação e o desconto de Proventos em folha de pagamento dos valores concedidos a título de empréstimo aos Devedores, o que impactará a capacidade de originação de Direitos de Crédito, ainda que não afete o estoque de Direitos de Crédito integrantes da Carteira. Portanto, o investimento na Classe está sujeito ao risco de não originação, no futuro, dos Direitos de Crédito pela Entidade Consignatária contra os Devedores. Caso isto ocorra, a originação dos Direitos de Crédito pela Entidade Consignatária pode ser negativamente afetada ou até mesmo impossibilitada, o que poderá gerar a liquidação antecipada da Classe. Ademais, a Classe poderá adquirir Direitos de Crédito que tenham sido originados com observância de processos de originação e/ou políticas de concessão de crédito desenvolvida e monitorada pela Entidade Consignatária, nos termos do Capítulo 6 do Anexo. No entanto, não é possível assegurar que a observância de tais diretrizes garantirá a qualidade dos Direitos de Crédito e/ou a solvência dos respectivos devedores, ou que as diretrizes e parâmetros estabelecidos no Capítulo 6 do Anexo serão corretamente interpretados e aplicados quando da realização dos investimentos na Classe. Adicionalmente, caso a Entidade Consignatária deixe de existir, ou sobre ela seja decretada insolvência, intervenção, liquidação extrajudicial,

regime especial de fiscalização ou evento equivalente, a Classe será impactada também pelo fato de que as Contas Fiduciárias nas quais são depositados os repasses realizados pelos Entes Públicos Conveniados foram abertas sob a titularidade da Cedente. Nesta hipótese, a Classe poderá experimentar perdas relacionadas principalmente à demora na regularização da titularidade dos Direitos de Crédito junto aos Entes Públicos Conveniados.

XXXI. Riscos do mercado secundário: a Classe é constituída sob a forma de condomínio fechado. Assim, não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do prazo de duração das Cotas ou liquidação da Classe, razão pela qual se, por qualquer motivo, o investidor resolver desfazer-se de suas Cotas, terá de aliená-las no mercado secundário de cotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, apresenta baixa liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionar a alienação das Cotas por um preço que represente perda patrimonial ao investidor.

XXXII. Risco de Flutuação dos Ativos Financeiros: O valor dos Ativos Financeiros que integram a Carteira pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio da Classe pode ser afetado. Não há garantia de que a queda nos preços dos ativos integrantes da Carteira não irá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. Os ativos integrantes da Carteira serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (mark-to-market), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da Carteira, resultando em aumento ou redução do valor das Cotas.

XXXIII. Risco da cobrança judicial e extrajudicial: em se verificando o não pagamento dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que a Classe recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais à Classe.

XXXIV. Risco de resgate das Cotas em Direitos de Crédito: conforme o previsto no Anexo, as Cotas Subordinadas Júnior poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito. Adicionalmente, caso seja assim decidido em Assembleia Especial de Cotistas, as Cotas das demais classes também poderão ser resgatadas em Direitos de Crédito por ocasião da liquidação antecipada da Classe. Nessa hipótese, os Cotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos de Crédito recebidos da Classe ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira.

XXXV. Risco de irregularidades nos Documentos Representativos do Crédito: o Custodiante, ou terceiro por ele contratado, realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito. Considerando que tal verificação é realizada tão somente após a cessão dos Direitos de Crédito à Classe, a Carteira poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pela Classe das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. O Custodiante poderá contratar empresa especializada, de comprovada competência e idoneidade, para realizar a guarda física, manutenção, armazenamento, organização e digitalização dos Documentos Representativos do Crédito, a qual estará sob inteira responsabilidade do Custodiante, permanecendo a empresa como fiel depositária dos Documentos Representativos do Crédito, não havendo, portanto, qualquer superposição de funções entre o Custodiante e eventual terceiro contratado por este. Neste caso, a empresa especializada contratada terá a obrigação de permitir ao Custodiante ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos de Crédito cedidos à Classe, pelo fato de o terceiro contratado estar localizado em endereço distinto do endereço do Custodiante.

XXXVI. Risco de entrega dos Documentos Representativos dos Créditos e Documentos do Devedor: a Cedente, nos termos do Contrato de Cessão, obriga-se a transferir ao Custodiante, ou terceiro por ele indicado, conforme o Contrato de Depósito, a totalidade dos Documentos Representativos dos Créditos e Documentos do Devedor, no prazo lá previsto, contados do ingresso do Direito de Crédito na Classe. Na hipótese do não cumprimento da obrigação acima, a cessão dos Direitos de Crédito cujos Documentos Representativos dos Créditos ou Documentos do Devedor não tiverem sido entregues será resilida de pleno direito, observado o disposto no Contrato de Cessão. Desta forma, é possível que nem todos os Direitos de Crédito ofertados e aprovados permaneçam na Carteira após o respectivo ingresso do Direito de Crédito na Classe.

XXXVII. Risco de extravio ou destruição dos Documentos Representativos dos Créditos ou dos Documentos do Devedor: O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Representativos do Crédito de titularidade da Classe e dos Documentos do Devedor. O descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pela Classe das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito. Na hipótese de seu extravio ou destruição, a Classe poderá ter dificuldades para comprovar, perante os Devedores e/ou ao judiciário, a existência dos Direitos de Crédito aos quais se referem. O Custodiante não é responsável por eventuais prejuízos incorridos pela Classe em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito decorrentes do extravio ou destruição dos referidos Documentos Representativos do Crédito, exceto em caso de dolo ou culpa.

XXXVIII. Risco de Utilização do Sistema de Assinatura Eletrônica: as CCBs e demais Documentos Representativos do Crédito podem ser assinados através do Sistema de Assinatura Eletrônica, que não conta com a utilização da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) instituída pelo Governo Federal por meio da edição da Medida Provisória 2.200-2/01. A validade da formalização das CCBs e demais Documentos Representativos do Crédito por meio do Sistema de Assinatura Eletrônica pode ser questionada judicialmente, e não há garantia de que as CCBs e demais Documentos Representativos do Crédito serão aceitos como títulos executivos extrajudiciais pelo Poder Judiciário. Neste caso, os Direitos de Crédito deverão ser objeto de cobrança por meio de ação monitória ou ação de conhecimento, cujo rito é significativamente mais lento que uma ação de execução, e cujo sucesso dependerá da capacidade de a Classe produzir provas suficientes da existência de seu crédito e do valor devido.

XXXIX. Risco de Efeitos da Política Econômica do Governo Federal: a Classe, os Direitos de Crédito, a Cedente, a Entidade Consignatária quando aplicável, e os Devedores estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial e, consequentemente, na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados da Cedente e Devedores, os setores econômicos específicos em que atuam, os Direitos de Crédito da Classe, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

XL. Falhas ou Interrupção no Sistema de Assinatura Eletrônica: os Documentos Representativos do Crédito assinados por meio do Sistema de Assinatura Eletrônica ficarão disponíveis virtualmente no sistema da empresa que opera o referido sistema. Caso o Sistema de Assinatura Eletrônica sofra falhas, fique temporariamente indisponível, ou seja, descontinuado, incluindo, sem limitação, por motivos operacionais, sistêmicos, relacionados à tecnologia da informação, ou força maior, as CCBs e demais Documentos Representativos do Crédito armazenados no Sistema de Assinatura Eletrônica poderão não estar disponíveis para a Classe, o que poderá afetar a capacidade de a Classe realizar a cobrança dos Direitos de Crédito por meio de ação de execução. Neste caso, os Direitos de Crédito deverão ser objeto de cobrança por ação monitória ou ação de conhecimento, cujo rito é significativamente mais lento que uma ação de execução, e cujo sucesso dependerá da capacidade de a Classe produzir provas suficientes da existência de seu crédito e do valor devido.

XLI. Risco relacionado à morte dos Devedores e liquidação antecipada pelos Devedores da CCB: os Devedores podem, a qualquer tempo, vir a óbito ou proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas na CCB, o que poderá: (i) alterar o cronograma esperado de recebimento de recursos estruturado pela Classe; e (ii) resultar no acúmulo de recursos em um período no qual estes recursos não eram esperados, bem como na ausência de recebimento ou no recebimento em quantia inferior de recursos e/ou em datas posteriores às previstas inicialmente, o que poderá prejudicar o atendimento, pela Classe, de seus objetivos definidos no Regulamento e no Anexo e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento. Ainda a esse respeito, vide "Risco de fungibilidade", acima.

XLII. Risco relacionado a desconto parcial de parcela dos Direitos de Crédito cedidos à Classe: Nos termos do Convênio e da CCBs é possível que haja o desconto parcial de parcela dos CCBs cujos Direitos de Crédito foram cedidos à Classe, pelo respectivo Ente Público Conveniado. Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente expressamente se obriga a pagar à Classe em moeda corrente nacional, montante equivalente à diferença do valor ordinário da parcela e o montante efetivamente descontado na folha de Proventos do respectivo Devedor. Nessa hipótese, a Classe estará sujeito ao risco de crédito da Cedente. Caso a Cedente não efetue os pagamentos devidos, por qualquer motivo, a Classe e os cotistas poderão sofrer prejuízos.

XLIII. Risco relacionado à ausência de notificação aos Devedores e aos Entes Públicos Conveniados: a cessão dos Direitos de Crédito à Classe não será notificada previamente aos Devedores ou aos Entes Públicos Conveniados, e não está prevista expressamente nas CCBs. Nesse sentido, enquanto não for devidamente notificada, a cessão dos Direitos de Crédito À Classe carecerá de eficácia perante o respectivo Devedor, em linha com o artigo 290 do Código Civil Brasileiro. Nesse sentido, na hipótese de os Devedores efetuarem quaisquer pagamentos de Direitos de Crédito diretamente à Cedente, conforme o caso, a Classe não terá direito de demandar diretamente ao Devedor que efetue novamente o pagamento, cabendo à Classe tão somente um direito de ação para cobrança da Cedente dos valores indevidamente recebidos. Ao Custodiante não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da Cedente dos créditos recebidos diretamente dos Devedores, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e a Classe, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Devedores, os Direitos de Crédito relativos aos Devedores não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade da Classe.

XLIV. Risco relacionado à ausência de autorização expressa para a cessão no âmbito dos convênios celebrados com os Entes Públicos Conveniados: a cessão dos Direitos de Crédito à Classe não será notificada previamente aos Devedores ou aos Entes Públicos Conveniados, conforme fator de risco acima. Os

convênios ou outros instrumentos similares de contratação estabelecidos entre a Cedente e os Entes Públicos Conveniados dependem da celebração de contratos administrativos entre a Cedente e cada um dos Entes Públicos Conveniados. Não há, nos referidos contratos administrativos ou nas normas mencionadas, autorização expressa para a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Caso haja qualquer evento de crédito da Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência, insolvência, regime especial de fiscalização ou evento equivalente, ou outros procedimentos de proteção de credores, a Classe poderá: (i) encontrar dificuldades para ter deferido o pleito de repasse dos valores das Contas Fiduciárias para a Conta da Classe; e (ii) não ser capaz de receber os recursos objeto de Consignação de Proventos em folha de pagamentos diretamente dos Entes Públicos Conveniados para a Conta da Classe, caso estes mantenham a Consignação de Proventos na folha de pagamento dos Devedores, o que poderá acarretar em prejuízo para a Classe e, consequentemente, para seus Cotistas.

XLV. Risco de ausência de informação de cancelamento da CCBs por parte da Cedente: em caso de cancelamento da CCB pelo Devedor, em linha com as regras e prazos previstos pelo Código de Defesa do Consumidor, o Devedor será obrigado a efetuar a liquidação antecipada de tal CCB, imediatamente após sua comunicação ao credor sobre o cancelamento. Caso a Cedente em questão não informe a Classe sobre tal cancelamento, a Classe pode não identificar a obrigação de liquidação antecipada e, assim, realizar cobrança inadequada dos respectivos Direitos de Crédito, o que pode trazer prejuízos à Classe, afetando, dessa forma, a sua rentabilidade e patrimônio da Classe. Nessas ocasiões, deverão ser seguidos os procedimentos previstos no Contrato de Cessão.

XLVI. Risco decorrente da resolução da cessão de Direitos de Crédito: na hipótese de resolução da cessão de Direitos de Crédito, inclusive no caso de cancelamento da CCB pelo Devedor, em linha com as regras e prazos previstos pelo Código de Defesa do Consumidor, conforme previsto no Contrato de Cessão, ficará a Cedente em questão obrigada a indenizar a Classe ou receber restituição do valor do(s) Direito(s) de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida, em moeda corrente nacional, calculado com base no valor presente do título na data da restituição integral dos valores devidos por ocasião da resolução da cessão, ajustado pela mesma taxa aplicada quando de sua aquisição pela Classe até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão. Caso a Cedente não cumpra com suas obrigações em relação à resolução da cessão, a Classe poderá sofrer prejuízos.

XLVII. Risco de questionamento judicial: os empréstimos podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere à sua formalização quanto às taxas aplicadas e à forma de cobrança concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas na Código de Defesa do Consumidor, tais como o questionamento de eventual abuso nas taxas de juros praticadas pela Cedente, bem como eventual vício dos Documentos Representativos dos Créditos que impeça a efetiva exigibilidade do

crédito (ausência de assinaturas ou falta de comprovação da regular formalização do instrumento, ilegitimidade de representação, entre outros). Nestes casos, o empréstimo poderá ser modificado ou cancelado em virtude de decisão judicial, o que poderá acarretar perdas para a Classe e, consequentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

XLVIII. Os Documentos Representativos do Crédito não necessariamente são títulos executivos extrajudiciais: A cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, por via não executiva, normalmente é mais demorada do que uma ação executiva. A cobrança por via ordinária e/ou monitória impõe ao credor a obrigação de obter, em caráter definitivo, um título executivo reconhecendo a existência do crédito e seu inadimplemento, para que tenha início a fase de execução de sentença. A demora na cobrança pelas vias ordinárias acarreta o risco de os Devedores, devedores dos Direitos de Crédito Inadimplidos, não mais possuírem patrimônio suficiente para honrar suas obrigações à época em que processo de cobrança for concluído.

XLIX. Risco de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória: a Classe poderá estar sujeito a riscos, exógenos ao controle da Administradora, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para a Classe. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito à Classe poderá ser interrompido, podendo, desta forma, comprometer a continuidade da Classe e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

L. Riscos relativos a decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à Cedente, aos seus controladores e diretores: a Cedente, seus controladores e diretores são atualmente ou podem vir a ser partes em diversos procedimentos administrativos e ações judiciais, em âmbito cível, trabalhista, fiscal e criminal. Além disso, a Cedente, bem como seus controladores e diretores, podem estar sujeitos a ações ou reclamações relacionadas a, dentre outros aspectos, suas atividades e/ou aos Direitos de Crédito. Eventuais processos judiciais e/ou procedimentos administrativos, atuais ou futuros, de que quaisquer da Cedente, bem como seus controladores e diretores, sejam partes, cujos resultados ou decisões possam ser a eles desfavoráveis e/ou não estar adequadamente provisionados, podem impactar adversamente a reputação, as atividades e resultados da Cedente e, consequentemente, a originação de novos Direitos de Crédito Elegíveis pela Cedente para cessão ao Fundo.

LI. Inexistência de garantia de rentabilidade: A Administradora, o Custodiante e a Gestora não garantem nem se responsabilizam pela rentabilidade da Classe. Caso os ativos da Classe, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Cotas, a rentabilidade das Cotas poderá

ser reduzida, inexistente ou, ainda, negativa. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou à Classe, não representam garantia de rentabilidade futura.

LII. Risco de não obtenção do tratamento tributário mais benéfico: a Gestora envidará seus melhores esforços para que seja aplicado à Classe e aos Cotistas o tratamento tributário aplicável aos fundos de longo prazo. No entanto, em razão de eventos que estão fora do controle da Gestora, incluindo, sem limitação, as hipóteses de liquidação antecipada da Classe previstas no Regulamento, é possível que a Classe e os Cotistas não gozem do tratamento tributário mais benéfico atribuído a fundos de longo prazo. Tal situação poderá acarretar um impacto adverso na rentabilidade líquida decorrente do investimento nas Cotas.

LIII. Risco de conflito de interesses: a Entidade Consignatária atuará como Agente de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do Contrato de Cobrança. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades e sociedades não relacionadas ao cedente dos direitos de crédito. Portanto, não há como garantir que a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, pela Entidade Consignatária terá igual ou melhor qualidade que a cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos realizada por agentes cobradores de Direitos de Crédito Inadimplidos diferentes da Entidade Consignatária.

LIV. Risco de chamada de recursos para pagamento de despesas com a defesa dos direitos dos Cotistas: caso a Classe não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, os Cotistas reunidos em Assembleia Especial de Cotistas poderão aprovar aporte de recursos À Classe para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que a Classe venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de os Cotistas não aprovarem referido aporte de recursos, considerando que a Administradora, o Custodiante, a Cedente, a Gestora, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas da Classe, o patrimônio da Classe poderá ser afetado negativamente.

LV. Risco de invalidade ou ineficácia da cessão: a cessão de Direitos de Crédito para a Classe pode ser invalidada ou tornada ineficaz, impactando negativamente o patrimônio líquido da Classe, caso seja realizada em (a) fraude

contra credores, inclusive da massa, se no momento da cessão a Cedente estiver insolvente ou se ela passar ao estado de insolvência; (b) fraude de execução, caso (1) quando da cessão, a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (2) sobre os Direitos de Crédito cedidos à Classe pendesse demanda judicial fundada em direito real; e (c) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo por débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Não obstante, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não realizarão a verificação das hipóteses acima em cada cessão de Direito de Crédito e não poderão ser responsabilizadas em caso de invalidação ou ineficácia da cessão de um Direito de Crédito à Classe.

LVI. Risco de ausência de registro do Contrato de Cessão e dos respectivos termos de cessão: para que o Contrato de Cessão e/ou seus respectivos Termos de Cessão possuam efeitos perante terceiros, eles devem, necessariamente, ser registrados em CRTD do domicílio da Cedente e do Fundo, de acordo com a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (Lei de Registros Públicos). Tendo em vista o volume de operações de cessão de Direitos de Crédito, o Contrato de Cessão e os Termos de Cessão poderão não ser levados a registro nos termos e prazos da Lei de Registros Públicos. A não realização de registro ou o registro tardio do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão em CRTD do domicílio das partes contratantes poderá gerar obstáculos à Classe em processos de cobrança ou recuperação dos Direitos de Crédito em determinadas situações, como, por exemplo, nos casos de dupla cessão, constrição judicial e falência ou liquidação extrajudicial da Cedente. Ademais, as obrigações da Cedente ou o eventual início de qualquer procedimento de falência, insolvência, renegociação ampla de dívidas, dissolução, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou procedimento de natureza similar, em qualquer jurisdição, a qualquer tempo, poderão eventualmente atingir os Direitos de Crédito cuja cessão à Classe ainda não tenha sido registrada nos CRTD competentes, por não caracterizarem uma cessão perfeita e acabada, o que poderá trazer perdas à Classe, caso terceiros, com base em tais circunstâncias, sejam capazes de impugnar ou questionar a cessão dos Direitos de Crédito à Classe. Adicionalmente, terceiros que, antes da celebração e/ou registro do respectivo Contrato de cessão, na forma prevista em lei, tenham formalizado qualquer aquisição, cessão, transferência ou oneração dos Direitos de Crédito pagos pela Classe poderão ser considerados terceiros de boa-fé e poderão ter preferência sobre os respectivos créditos. Eventuais questionamentos à eficácia da cessão dos Direitos de Crédito poderão acarretar perdas à Classe e aos Cotistas.

LVII. Risco de conciliação de recursos recebidos extra cobrança: Existe a possibilidade de chegada de recursos em contas de cobrança da Classe por outros meios de pagamento que não a cobrança bancária. Atrasos nessa conciliação em razão de dificuldades de identificação dos recursos pode afetar adversamente o Patrimônio Líquido causando prejuízo à Classe e aos Cotistas.

LVIII. Risco de governança: Caso a Classe venha a emitir novas Cotas, seja mediante deliberação em Assembleia Geral e/ou por ato unilateral da Administradora, nas hipóteses previstas no Anexo, a proporção da participação então detida pelos Cotistas no Fundo poderá ser alterada de modo que os novos Cotistas podem modificar a relação de poderes para aprovação de alterações a este Regulamento ou Anexo e demais matérias de competência da Assembleia Geral de Cotistas ou Assembleia Especial de Cotistas.

LIX. Ausência de garantia: As aplicações realizadas na Classe não contam com garantia da Cedente, da Entidade Consignatária, da Administrador, da Gestora, do Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, de modo que é possível a perda total do capital investido pelos Cotistas ou mesmo a necessidade de os Cotistas realizarem aportes adicionais de recursos para a cobertura de eventuais prejuízos.

LX. Controle e Previsibilidade: as deliberações a serem tomadas nas Assembleias Gerais de Cotistas ou Assembleias Especiais de Cotistas são aprovadas com base nos quóruns estabelecidos no Regulamento ou no Anexo, conforme o caso. O Cotista minoritário, ainda que manifeste voto desfavorável, será obrigado a acatar decisões da maioria, formada, ocasionalmente, por prestadores de serviço da Classe que venham a adquirir Cotas, direta ou indiretamente, não havendo mecanismos de resgate de Cotas no caso de dissidência em Assembleias Gerais de Cotistas, exceto na hipótese prevista no Anexo. Além disso, em razão da existência de quórum mínimo de instalação das Assembleias Gerais de Cotistas ou Assembleias Especiais de Cotistas em primeira convocação, e da inexistência de quórum mínimo de instalação das Assembleias Gerais de Cotistas ou Assembleias Especiais de Cotistas em segunda convocação, a operacionalização de convocação e realização das Assembleias Gerais de Cotistas ou Assembleias Especiais de Cotistas poderá ser afetada negativamente em razão da grande pulverização das Cotas, o que levará a eventual impacto negativo para os Cotistas.

LXI. Risco de integralização diferida: as integralizações das Cotas poderão se dar em momento posterior ao momento da tomada de decisão de investir na Classe, pelo valor da integralização calculado no momento da disponibilização dos recursos à Classe, e não no momento da tomada de decisão, conforme previsto no Regulamento e/ou no Anexo. Nesses casos, o investidor poderá ter dificuldade em aplicar os recursos que serão destinados à integralização das Cotas em investimento que possua rentabilidade semelhante àquela da Classe. Além disso, é possível que a conjuntura do momento da tomada de decisão pelo investidor seja alterada em comparação com aquela do momento da integralização das Cotas.

LXII. Risco de desenquadramento em relação à norma prudencial: conforme previsto no Anexo, poderá haver a liquidação da Classe em situações predeterminadas, sendo que, em tais hipóteses, há a possibilidade de o produto da liquidação ser dado em pagamento aos Cotistas, na forma aprovada em Assembleias

Especiais de Cotistas. Nessa hipótese, os Cotistas sujeitos às regras e limites prudenciais poderão estar sujeitos a desenquadramentos passivos de acordo com os respectivos normativos.

LXIII. Risco relacionado à possível limitação dos juros incidentes sobre os Direitos de Crédito: o Poder Judiciário brasileiro tem proferido decisões no sentido de que, quando há cessão de crédito para fundos de investimento em direitos creditórios, os juros cobrados por tais fundos de investimento em direitos creditórios estariam sujeitos à Lei da Usura, a qual veda a estipulação de juros superiores ao dobro da taxa legal em contratos celebrados por instituições não financeiras. Especificamente com relação aos contratos de mútuo, conforme as referidas decisões, aplicar-se-ia o Artigo 591 do Código Civil Brasileiro, que veda a cobrança de juros acima da taxa legal definida no Artigo 406 do Código Civil Brasileiro. A legislação atualmente em vigor não define expressamente qual a "taxa legal" a que se referem a Lei da Usura e o Código Civil Brasileiro, podendo a mesma ser entendida como 12% (doze por cento) ao ano ou como a Taxa Selic. Assim, a cobrança de juros incidentes sobre os Direitos de Crédito acima da "taxa legal" diretamente pela Classe, na qualidade de cessionário dos Direitos de Crédito, poderia ser questionada com base no argumento de que a Classe não é instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, conforme decisões judiciais recentes. Caso se entenda que a cobrança dos Direitos de Crédito pela Classe, na qualidade de cessionário, está de fato sujeita às disposições da Lei da Usura e do Artigo 591 do Código Civil Brasileiro, a cobrança de juros compensatórios incidentes sobre os Direitos de Crédito pela Classe estaria limitada a 12% (doze por cento) ao ano ou à Taxa Selic, podendo ocasionar impacto adverso econômico à Classe.

Ademais, de acordo com a Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça, "é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor a taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP". Dessa forma, ainda que haja precedentes no sentido de excetuar a taxa do CDI da aplicabilidade da Súmula acima referida, caso os Direitos de Crédito adquiridos pela Classe contemplem a cobrança de juros atrelados à taxa do CDI, ou outra taxa de juros divulgada pela B3 ou pela ANBIMA, a cobrança de tais juros poderia ser questionada com base na referida súmula, caso em que o juízo competente deverá estipular novo critério de remuneração para tais Direitos de Crédito que, por sua vez, pode ser inferior à taxa de juros originalmente pactuada.

LXIV. Risco relacionado à formalização e extinção dos convênios celebrados entre a Entidade Consignatária e os Entes Públicos Conveniados: a Entidade Consignatária e os Entes Públicos Conveniados celebram contratos administrativos para possibilitar a operacionalização dos descontos de Proventos em folhas de pagamento, conforme previsto nas normas específicas, observada a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme alterada. Tais contratos podem ser extintos (i) por mecanismos contratuais - por exemplo, pela rescisão ou por denúncia contratual, de acordo com cada contrato; ou (ii) por razões próprias ao direito público. Sendo assim, caso os contratos administrativos celebrados entre a Cedente

e os Entes Públicos Conveniados sejam extintos, na forma do ajuste e da legislação de regência, o desconto de Proventos em folha de pagamento poderá ser suspenso ou cancelado, conforme o caso, em relação aos contratos celebrados no âmbito do contrato administrativo suspenso ou extinto, e a originação de novos Direitos de Crédito Elegíveis, pela Entidade Consignatária, ficará impossibilitada, respeitados, sempre, o direito adquirido e situações consolidadas.

LXV. Risco de intervenção ou liquidação judicial da Administradora e/ou do Custodiante: A Classe está sujeito ao risco dos efeitos de decretação de intervenção ou de liquidação judicial da Administradora e/ou do Custodiante, nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

LXVI. Risco relacionado à disseminação de doenças transmissíveis: A disseminação de doenças transmissíveis pelo mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e uma pressão recessiva na economia global e brasileira. O surto de doenças transmissíveis, como o da Covid-19, em uma escala internacional, pode afetar a confiança do investidor e resultar em uma volatilidade esporádica no mercado de capitais global, o que pode ter um efeito recessivo na economia global e brasileira e afetar adversamente o interesse de investidores na aquisição ou manutenção de Cotas. Adicionalmente, referidos surtos podem resultar em restrições a viagens, utilização de transportes públicos e dispensas prolongadas das áreas de trabalho, o que pode ter um efeito adverso na economia global e, mais especificamente, na economia brasileira. Ainda, os institutos de caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão, se adotados pelos agentes econômicos e reconhecidos por decisões judiciais, arbitrais e/ou administrativas, terão o objetivo de eliminar ou modificar os efeitos do inadimplemento ou as condições originais de determinados negócios jurídicos, com frustação da expectativa das contrapartes em receber os valores, bens ou serviços a que fizerem jus, em prazo, preço e condições originalmente contratados. Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira resultante desses eventos, ou dos seus desdobramentos, podem afetar adversamente os negócios e os resultados operacionais da Cedente, bem como a condição financeira dos Devedores. Com relação à Cedente, a disseminação de doenças transmissíveis, como o surto de Covid-19, pode afetar diretamente suas operações. Por exemplo, a necessidade de realização de quarentena pode restringir as atividades econômicas das regiões afetadas no Brasil, implicando na redução do volume de negócios da Cedente, dispensas temporárias de colaboradores das suas instalações, além de interrupções nos seus negócios, o que pode afetar adversamente a concessão de empréstimos consignados e a originação de novos Direitos de Crédito. Eventos que impactem negativamente a originação de novos Direitos de Crédito, tais como os descritos acima, podem prejudicar a continuidade da Classe. No que diz respeito aos Devedores, o efeito adverso na economia global e brasileira ocasionado pelo surto de doenças transmissíveis, como o da Covid-19, pode afetar a capacidade financeira e solvência dos Devedores, sendo possível, também, que tais Devedores venham a alegar a ocorrência de caso fortuito, força maior e teoria da imprevisão, ou eventos

com efeito similar, com o objetivo de suspender, eliminar, prorrogar ou modificar suas prestações, ou mitigar os efeitos de mora e inadimplemento, inclusive a cobrança de encargos contratuais. Como consequência, é possível que haja o aumento da inadimplência dos Direitos de Crédito cedidos à Classe, afetando negativamente os resultados da Classe e/ou provocando perdas patrimoniais, ou então o envolvimento da Classe, como credor dos Direitos de Crédito, em renegociações e/ou processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos que possam resultar em alterações no conteúdo, prazo ou exigibilidade das prestações contratadas em relação aos Direitos de Crédito, em comparação com o prazo, o preço e as condições originalmente contratados, ou mesmo a extinção destas prestações, com impacto significativo e adverso na estratégia da Classe e, consequentemente, no investimento dos Cotistas. Por fim, com o objetivo de combater os efeitos negativos na economia trazidos pelo surto de doenças transmissíveis, tais como a Covid-19, é possível que o Governo Brasileiro e o mercado implementem medidas de estímulo, tais como prorrogação no pagamento dos Direitos de Crédito, podendo ocasionar adversamente os pagamentos de tais Direitos de Crédito e, portanto, a rentabilidade da Classe.

LXVII. Alterações tributárias e mudanças na legislação tributária (risco tributário): As regras tributárias aplicáveis à Classe podem vir a ser modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, bem como em virtude de novo entendimento acerca da legislação vigente, sujeitando a Classe ou seus Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Adicionalmente, existe a possibilidade de que a Secretaria da Receita Federal tenha interpretação diferente da Administradora quanto ao não enquadramento da Classe como pessoa jurídica para fins de tributação ou quanto à incidência de tributos em determinadas operações realizadas pela Classe. Nessas hipóteses, a Classe passaria a sofrer a incidência de Imposto de Renda, PIS, COFINS, Contribuição Social nas mesmas condições das demais pessoas jurídicas, com reflexos na redução do rendimento a ser pago aos Cotistas ou teria que passar a recolher os tributos aplicáveis sobre determinadas operações que anteriormente entendia serem isentas, podendo inclusive ser obrigado a recolher, com multa e juros, os tributos incidentes em operações já concluídas. Ambos os casos podem impactar adversamente o rendimento a ser pago aos Cotistas ou mesmo o valor das Cotas. Por fim, há a possibilidade de a Classe não conseguir atingir ou manter as características descritas na Lei nº 11.033/04, quais sejam: (i) ter, no mínimo, 50 (cinquenta) Cotistas; (ii) não ter Cotista que seja titular de Cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das Cotas emitidas pela Classe ou cujas Cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pela Classe; e (iii) as Cotas da Classe deverão ser admitidas à negociação exclusivamente em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado. Desta forma, caso isso ocorra, não haverá isenção tributária para os rendimentos que venham a ser pagos aos Cotistas que sejam pessoas físicas.

LXVIII. Possibilidade de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória: A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos, exógenos ao

controle da Administradora ou dos demais prestadores de serviços da Classe, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para a Classe. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito à Classe poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade da Classe e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os Direitos de Crédito já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

LXIX. Riscos de alteração da legislação aplicável aos FIDCs e seus Cotistas: A legislação aplicável aos FIDCs, seus Cotistas e aos investimentos efetuados, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais, leis que regulamentem investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil e normas promulgadas pelo BACEN e pela CVM, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das respectivas Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de remessa de recursos do e para o exterior. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar nos resultados da Classe. Dentre as alterações na legislação aplicável, destaca-se o risco de alterações tributárias e mudanças na legislação tributária, referente ao risco de modificação na legislação tributária aplicável aos FIDCs, ou de interpretação diversa da atual, que poderão, por exemplo, acarretar a majoração de alíquotas aplicáveis a investimentos em FIDCs, perda de isenção tributária do investimento, caso aplicável, entre outras, de modo a impactar adversamente nos negócios da Classe, com reflexo negativo na remuneração dos Cotistas da Classe.

LXX. Risco de descaracterização do regime tributário aplicável à Classe: A Gestora buscou compor a Carteira com Ativos Financeiros e Direitos de Crédito, conforme aplicável, que sejam compatíveis com a classificação da Classe como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerando-se como tal um fundo de investimento que possui uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia de que conseguirão adquirir tais ativos e, portanto, não há garantia de que a Classe seja classificável como investimento de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Cotistas.

LXXI. Possibilidade de eventuais restrições de natureza legal ou regulatória: A Classe também poderá estar sujeita a outros riscos, exógenos ao controle da Administradora ou dos demais prestadores de serviços da Classe, advindos de eventuais restrições futuras de natureza legal e/ou regulatória que podem afetar a validade da constituição e/ou da cessão dos Direitos de Crédito para a Classe. Na hipótese de tais restrições ocorrerem, o fluxo de cessões de Direitos de Crédito à Classe poderá ser interrompido, podendo desta forma comprometer a continuidade da Classe e o horizonte de investimento dos Cotistas. Além disso, os

Direitos de Crédito já integrantes da Carteira podem ter sua validade questionada, podendo acarretar, desta forma, prejuízos aos Cotistas.

LXXII. Patrimônio Líquido negativo: Os investimentos da Classe estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe e para os Cotistas. Além disso, as estratégias de investimento adotadas pela Classe poderão fazer com que a Classe apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que a Classe satisfaça suas obrigações.

LXXIII. Demais riscos: A Classe também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora, do Coordenador Líder, do Custodiante e/ou da Entidade Consignatária, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Ativos Financeiros, mudanças impostas aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, alteração na política monetária e aplicações significativas.

A Classe também poderá estar sujeita a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável à Classe, os quais poderão causar prejuízos para a Classe e para os Cotistas.

ANEXO I - DEFINIÇÕES

Para o efeito do disposto no Regulamento, no Anexo e nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, considera-se:

1. Administradora: a **SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** sociedade com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 5º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ sob o nº 62.285.390/0001-40, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, nos termos do Ato Declaratório nº 1.498, de 28 de agosto de 1990;

2. Afiliadas: significa, em relação a uma pessoa jurídica, as pessoas que integrem seu grupo societário ou econômico, incluindo seus controladores, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, sociedades coligadas, outras sociedades sob controle comum, ou fundo de investimento exclusivo destas sociedades, bem como outras pessoas jurídicas que possuam administradores em comum e que operem sob a mesma razão social ou nome fantasia;

3. Agência(s) Classificadora(s) de Risco: a(s) agência(s) de classificação de risco devidamente autorizada(s) a operar pela CVM;

4. Agente de Cobrança: a **(i) NEO SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, na Rua Souza Dutra, nº 145, sala 1003, Estreito, CEP 88070-605, inscrita no CNPJ sob o nº 54.603.326/0001-32; ou **(ii)** as Entidades Consignatárias, quando responsáveis pela prestação dos serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, nos termos do Capítulo 4 do Anexo;

5. Agente de Conta Fiduciária: Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nºs 2041 e 2235, bloco A, Vila Olimpia, CEP 04543-011, inscrito sob o CNPJ 90.400.888/0001-42 , o qual poderá ser substituído uma ou mais vezes pela Administradora, por orientação do Gestor, por qualquer das seguintes empresas, sem necessidade de aprovação dos Cotistas em Assembleia Especial de Cotistas: **(i)** Itaú Unibanco S.A.; ou **(ii)** Banco Bradesco S.A. desde que os Entes Públicos Conveniados sejam previamente notificados e aceitem a alteração do domicílio bancário da Cedente para as Contas Fiduciárias;

6. Agente de Formalização: significa o prestador de serviços que poderá ser contratado pela Gestora, em nome da Classe, para realizar a formalização dos Direitos de Crédito;

7. Ágio: significa o sobrepreço entre o preço de aquisição de cessão, na aquisição dos Direitos de Crédito (CCB) e o saldo devedor do Direito de Crédito, representado pela CCB, medido em relação a este saldo devedor, conforme fórmula abaixo:

Ágio = (PA – SD)/SD

Onde: PA – Preço de Aquisição
SD – Saldo Devedor do direito de crédito (CCB)

8. ANBIMA: a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;

9. Anexo: O anexo único da classe única de Cotas do Fundo;

10. Assembleia Geral: significa a assembleia para a qual são convocados todos os Cotistas do Fundo, realizada nos termos do Capítulo 7 deste Regulamento;

11. Assembleia de Cotistas: significa a Assembleia Geral e a Assembleia Especial, em conjunto ou indistintamente;

12. Assembleia Especial ou Assembleia Especial de Cotistas: significa a assembleia para a qual são convocados somente os Cotistas de Classe ou Subclasse de Cotas, realizada nos termos do Capítulo 12 do Anexo;

13. Ativos Financeiros: os ativos detidos pela Classe que não sejam Direitos de Crédito e estejam entre aqueles mencionados nos subitens do item 6.2.1 do Anexo;

14. Auditor Independente: empresa autorizada pela CVM à prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo e da Classe a ser contratada pela Administradora, podendo ser substituída uma ou mais vezes por qualquer uma das seguintes empresas, a qualquer tempo e a critério da Administradora, sem necessidade de aprovação dos Cotistas em Assembleia Geral: (i) Ernst & Young Auditores Independentes S/S, (ii) PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes; (iii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; (iv) BDO RCS Auditores Independentes – Sociedade Simples; ou (v) KPMG Auditores Independentes;

15. B3: a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão;

16. BACEN: o Banco Central do Brasil;

17. *Benchmark* das Cotas Sênior: a meta de rentabilidade das Cotas Sênior prevista no Suplemento de cada Série;

18. *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino: a meta de rentabilidade das Cotas Subordinadas Mezanino prevista no Suplemento de cada Série

19. Boletim de Subscrição: significa o boletim de subscrição por meio do qual o investidor formalizará a subscrição de Cotas da Classe;

20. Bruno Ribeiro: Significa o Sr. Bruno Ribeiro Evangelista de Macedo, inscrito no CPF sob o nº 020.809.399-04, que faz parte do Grupo Econômico da Entidade Consignatária e poderá ser detentor de até 1% (um inteiro por cento) do Patrimônio Líquido da Classe Única representativa das Cotas Subordinadas Júnior;

21. Carteira: significa a carteira de investimentos da Classe, formada pelos Direitos de Crédito, Ativos Financeiros e Operações com Derivativos;

22. CAPAG: Capacidade de Pagamento dos Estados e Municípios, divulgada pelo portal do Tesouro Nacional, nos termos da Portaria ME nº 5.623, de 22 de junho de 2022;

23. Cédulas de Crédito Bancário ou CCB: cada cédula de crédito bancário regida pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada, emitida eletronicamente por um Devedor em favor da Cedente;

24. CDI: a taxa média referencial do Certificado de Depósito Interbancário de cada Dia Útil – "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br);

25. Cedente: a **VIA CAPITAL SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**, instituição financeira autorizada pelo BACEN, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, nº 1.563, sala 501, Bairro Funcionários, CEP 30150-902, inscrita no CNPJ sob o nº 48.632.754/0001-90 , na qualidade de única titular e cedente de Direitos de Crédito a serem adquiridos pela Classe;

26. Classe**:** significa a classe única de Cotas do Fundo, conforme o respectivo Anexo;

27. CMN: o Conselho Monetário Nacional;

28. CNPJ: o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

29. Código ANBIMA: o Código de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros da ANBIMA, bem como os documentos de regras e procedimentos aplicáveis;

30. Código Civil Brasileiro: a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;

31. Código de Defesa do Consumidor: a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, conforme alterada;

32. Condições de Cessão: as condições de cessão de Direitos de Crédito à Classe, nos termos do Capítulo 7.2 do Anexo;

33. Consignação (e suas variações): a forma ordinária de recebimento dos Direitos de Crédito devidos pelos Devedores, que consiste em consignação para desconto das parcelas vincendas dos empréstimos concedidos pelas Cedentes na renda mensal do Devedor realizada pelos Entes Públicos Conveniados, na forma da legislação aplicável e em conformidade com os procedimentos previstos no Convênio;

34. Conta da Classe: a conta corrente a ser aberta e mantida pela Classe junto à Administradora, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pela Classe, inclusive para pagamento das obrigações da Classe, observado que a Administradora poderá ser substituída, uma ou mais vezes, por qualquer das seguintes instituições financeiras, a qualquer tempo e a critério da Administradora, sem necessidade de aprovação dos Cotistas em Assembleia Geral: **(i)** Itaú Unibanco S.A.; **(ii)** Banco Bradesco S.A.; **(iii)** Banco Santander (Brasil) S.A.; **(iv)** Caixa Econômica Federal; ou **(v)** Banco do Brasil S.A.;

35. Contas Fiduciárias (e suas variações): as contas correntes vinculadas/fiduciárias de titularidade da Entidade Consignatária, mantidas no Agente de Conta Fiduciária, nas quais são depositados, inclusive, os repasses dos recursos provenientes dos Proventos objeto de Consignação na folha de pagamento/benefícios dos Devedores, realizados pelos Entes Públicos Conveniados, a serem liberados à Classe mediante o cumprimento de requisitos especificados e verificados pelo Custodiante, nos termos definidos no Contrato de Contas Fiduciárias;

36. Contrato de Cessão: o(s) contrato(s) celebrado(s) entre a Classe, e a(s) Cedente(s), por meio do qual são definidos os termos e condições em que os Direitos de Crédito serão cedidos à Classe pela(s) Cedente(s);

37. Contrato de Cobrança: o contrato que rege a atividade do Agente de Cobrança contratado;

38. Contrato de Contas Fiduciárias: o contrato celebrado cujos objetivos são adquirir direitos creditórios da mesma natureza dos Direitos de Crédito, originados

pela Entidade Consignatária e cedidos pela Cedente, que tem como objeto regular os termos e condições do funcionamento e movimentação das Contas Fiduciárias;

39. Contrato de Depósito: o contrato celebrado ou a ser celebrado entre o Custodiante e a empresa especializada em armazenamento de documentos físicos, para que a referida empresa preste os serviços de guarda física, manutenção, armazenamento, organização e digitalização dos Documentos Representativos do Crédito;

40. Controlador: a **SINGULARE CORRETORA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** acima qualificada;

41. Convênio: o convênio celebrado entre as Cedentes e os Entes Públicos Conveniados para viabilizar as Consignações e desconto em folha de pagamento dos Proventos, e a receber os respectivos valores;

42. Coordenador Líder: a instituição devidamente registrada na CVM como coordenador de ofertas públicas, nos termos da regulamentação aplicável, que seja responsável pela distribuição pública das Cotas na qualidade de coordenador líder;

43. Cotas: as Cotas Sênior e as Cotas Subordinadas, quando referidas em conjunto e indistintamente;

44. Cotas Sênior: as Cotas Sênior emitidas pela Classe, independentemente de Série;

45. Cotas Subordinadas: as Cotas Subordinadas Mezanino e as Cotas Subordinadas Júnior, quando referidas em conjunto e indistintamente;

46. Cotas Subordinadas Júnior: as Cotas que se subordinam às Cotas Sênior e as Cotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da carteira da Classe;

47. Cotas Subordinadas Mezanino: as Cotas que se subordinam às Cotas Sênior para efeito de amortização, resgate e distribuição dos resultados da Carteira da Classe;

48. Cotistas: os investidores que venham a adquirir Cotas;

49. Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos do Capítulo 7.1 do Anexo;

50. CRTD: o Cartório de Registro de Títulos e Documentos;

51. Custodiante: a **SINGULARE CORRETORA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** acima qualificada, devidamente autorizada pela CVM a prestar os serviços de custódia e escrituração de valores mobiliários para terceiros;

52. CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

53. Data da 1ª Integralização: significa a data da 1ª integralização das Cotas, em que os recursos são efetivamente colocados à disposição da Classe pelos Cotistas;

54. Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior: a data em que os recursos decorrentes da integralização de Cotas Sênior são colocados pelos investidores à disposição da Classe, nos termos do Anexo, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

55. Data da 1ª Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino: a data em que os recursos decorrentes da integralização de Cotas Subordinadas Mezanino são colocados pelos investidores à disposição da Classe, nos termos do Anexo, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

56. Data de Amortização: as datas de amortização das Cotas Sênior, conforme estabelecidas no Suplemento, conforme aplicável;

57. Data de Aquisição e Pagamento: significa cada uma das datas em que a Classe efetivamente adquirir Direitos de Crédito e efetuar o pagamento do respectivo Preço de Aquisição ao respectivo Devedor;

58. Data de Emissão: qualquer data em que a Classe realize uma emissão de Cotas, a qual deverá ser necessariamente um Dia Útil, sendo que a Classe entrará funcionamento na Data da 1ª Integralização;

59. Data de Verificação: o último Dia Útil de cada mês;

60. Devedores: são as pessoas físicas que tenham Proventos pagos em periodicidade mensal pelos Entes Públicos Conveniados, com as quais a Cedente celebrou operações de concessão de empréstimo, cujas parcelas devidas serão pagas mediante a Consignação na folha de pagamento dos Devedores de parcela dos seus Proventos recebidos junto aos Entes Públicos Conveniados;

61. Dia Útil: segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro na praça da sede da Administradora e/ou do Custodiante, ressalvados os casos de transações que devam ser realizadas no mercado organizado administrado pela B3, hipótese na qual "Dia Útil" significará qualquer dia, exceto sábado, domingo e feriado nacional;

62. Direitos de Crédito: os direitos de crédito performados oriundos de cada uma das parcelas de empréstimos concedidos aos Devedores, isto é, emergentes de relações já constituídas e de montante já conhecido à época da respectiva cessão à Classe, consistentes de empréstimos conferidos pela Cedente aos Devedores e originados pela Entidade Consignatária, cujos pagamentos são operacionalizados por meio de Consignação de Proventos nas respectivas folhas de pagamento, representados por Documentos Representativos do Crédito;

63. Direitos de Crédito Elegíveis: os Direitos de Crédito que atendam, cumulativamente, (i) às Condições de Cessão e (ii) aos Critérios de Elegibilidade;

64. Direitos de Crédito Inadimplidos: os Direitos de Crédito integrantes da carteira da Classe que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

65. Documentos do Devedor: significa a cópia do Documento de Identidade do Devedor, juntamente com a cópia do último contracheque e comprovante de residência, que deverão ser mantidos em guarda pelo Custodiante;

66. Documentos Representativos do Crédito: significa o Contrato de Cessão, os Termos de Cessão, Recibo/Autorização de Inclusão de Consignação e as Cédulas de Crédito Bancário;

67. Entes Públicos Conveniados: significam os governos das unidades federativas estaduais brasileiras que tenham celebrado convênio com a Entidade Consignatária e cuja Nota CAPAG, no momento da concessão do crédito, seja "A" ou "B" e desde que observados os limites de alocação e concentração previstos neste Regulamento. Para fins de esclarecimento, caso não seja possível apurar a nota CAPAG de um Ente Público Conveniado no momento da aquisição do Direito de Crédito Elegível, considerar-se-á a última nota CAPAG a ele atribuída; e a União Federal, por meio do SIAPE;

68. Entidade(s) Consignatária(s): a **PREVIK PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**, entidade fechada de previdência complementar, com sede na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, na Avenida Desembargador Vitor Lima, nº 260, Sala 908, Trindade, CEP 88040-400, inscrita no CNPJ sob o nº 32.409.227/0001-81; ou a **NEO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**., sociedade limitada com sede na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, na Rua Souza Dutra, nº 145, Ed. Centro Executivo Beira Mar Continental, sala 1.003, Estreito, CEP 88070-605, inscrita no CNPJ sob o nº 37.788.118/0001-36; ou a **ATLANTA SOCIEDADE DE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR LTDA.**, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade de Passos, estado de Minas Gerais, na Rua Barão dos Passos, nº 393, Centro, CEP 37900-048, inscrita no CNPJ sob o nº 04.772.908/0001-74;

69. Entidade Registradora: o prestador de serviços de registro de direitos creditórios devidamente autorizado para tanto pelo BACEN, contratado pela Administradora, em nome do Fundo ou da Classe;

70. Estados Elegíveis: São os estados da federação com CAPAG A ou B e aprovados pela Gestora;

71. Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo 13 do Anexo;

72. Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo 13 do Anexo;

73. Excesso de Garantia: situação na qual o Patrimônio Líquido Subordinado Júnior supera o percentual mínimo que as Cotas Subordinadas Júnior devem representar no Patrimônio Líquido da Classe;

74. Fundo: o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios VJP Consignado;

75. Gestora: a **VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.,** com sede na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre, n° 336, Sala 701, Leblon, CEP 22.431-002, inscrita no CNPJ sob o n° 11.077.576/0001-73, devidamente credenciada pela CVM para o exercício da atividade de administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, na categoria "Gestor de Recursos", nos termos do Ato Declaratório n° 10.796. de 30 de dezembro de 2009;

76. Grupo Econômico: significa o conjunto de entidades controladoras diretas ou indiretas, controladas, coligadas ou submetidas a controle comum, tendo "controle" o significado previsto no artigo 116 da Lei 6.404;

77. Grupo Econômico da Entidade Consignatária: Sociedades pertencentes ao Grupo Econômico das Entidades Consignatárias, em acréscimo ao Sr. Anderson Böger Roveda, inscrito no CPF 045.57.039-42, ao Revo Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ sob o nº 56.322.644/0001-50 e o Sr. Bruno Ribeiro, inscrito no CPF 020.809.399-04;

78. Grupo JCR: Sociedades pertencentes ao Grupo Econômico da JCR Administração e Participações S.A., inscrita sob o CNPJ nº 77.532.521/0001-14, em acréscimo ao Montese Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito sob o CNPJ nº 54.680.998/0001-41;

79. Índice de Arrecadação das Contas Fiduciárias: o índice de arrecadação das Contas Fiduciárias, a ser calculado pela Gestora no monitoramento do fluxo de créditos recebidos nas Contas Fiduciárias, que será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Arrecadação I_{CF} = \left(\frac{VR}{VAR}\right)$$

onde:

ArrecadaçãoI$_{CF}$: Índice de Arrecadação nas Contas Fiduciárias calculado na Data de Verificação.

VR: somatório dos valores efetivamente depositados nas Contas Fiduciárias pelos Entes Públicos Conveniados, apurado pelo Gestor, mediante o recebimento das informações pertinentes enviadas pelo Custodiante no 1º (primeiro) Dia Útil seguinte a cada Data de Verificação.

VAR: somatório dos valores a receber indicados nos arquivos fornecidos pelos Entes Públicos Conveniados, apurado pelo Gestor, mediante o recebimento das informações pertinentes enviadas pelo Custodiante no 1º (primeiro) Dia Útil seguinte a cada Data de Verificação.

80. Índice de Atraso: o índice de atraso de pagamento dos Direitos de Crédito a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo, que será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F;D} = \left(\frac{PNP_{F;D}}{PT_D}\right)$$

onde:

Atraso$_{F;D}$: Índice de Atraso calculado para determinada faixa F (abaixo definida) na Data de Verificação;

PNP$_{F;D}$: somatório do valor de face dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos apurado na Data de Verificação, conforme a respectiva faixa F;

PT$_D$: somatório do valor de face de todos os Direitos de Crédito adquiridos, em que a data de vencimento esteja dentro da respectiva faixa F; e

F: Faixa de dias de atraso, respeitado os seguintes conjuntos:

1) F30: período de 1 a 30 dias antes da Data de Verificação;
2) F60: período de 31 a 60 dias antes da Data de Verificação; e
3) F90: período de 61 a 90 dias antes da Data de Verificação.

81. Índice de Perda Líquida: o índice de perda acumulada dos Direitos de Crédito a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo, que será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \left(\frac{PA_D}{P_D}\right)$$

onde:

$Perda_D$: Índice de Perda Líquida calculado na Data de Verificação;

P_D: somatório do valor de face de todos os Direitos de Crédito adquiridos, cuja data de vencimento seja inferior à Data de Verificação; e

PA_D: somatório do valor de face dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos por 180 (cento e oitenta) dias ou mais na Data de Verificação.

82. Índice de Pré-Pagamento: O índice de pré-pagamento acumulado Direitos de Crédito a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira da Classe, que será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PPMTd = PPd/Pd$$

Onde:

PPMT D: Índice de Pré-Pagamento calculado na Data de Verificação;

P D: somatório do Valor Contábil dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira da Classe na Data de Verificação (total de Direitos de Crédito);

PP D: somatório dos valores pagos pelos Devedores a título de antecipação da quitação dos Direitos de Crédito, no mês da Data de Verificação.

83. Índice de Resolução de Cessão: o índice de resolução de cessão dos Direitos de Crédito a ser utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo, que será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Resolução_D = \left(\frac{CM_D}{PM_D}\right)$$

onde:

$Resolução_D$: Índice de Resolução de Cessão calculado em cada Data de Verificação;

CM_D: somatório dos valores recebidos pelo Fundo a título de resolução de cessão, no mês de cada Data de Verificação; e

PM_D: somatório do Valor Contábil dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo em cada Data de Verificação.

Para fins de cálculo do Índice de Resolução de Cessão, será contabilizado o valor integral do Direito de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida, não havendo a possibilidade de resolução parcial da cessão de Direitos de Crédito decorrentes de uma mesma CCB.

84. Instrução CVM nº 489: a Instrução nº 489 da CVM, de 14 de janeiro de 2011, conforme alterada;

85. Investidores Profissionais: os investidores que atendam aos requisitos descritos no Artigo 11 da Resolução CVM nº 30;

86. Investidores Qualificados: os investidores que atendam aos requisitos descritos no Artigo 12 da Resolução CVM nº 30;

87. IPCA: o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

88. Lei Anticorrupção: a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

89. Lei da Usura: o Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933, conforme alterado;

90. Medida Provisória 2.200-2/01: a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001;

91. Operações com Derivativos: significa as operações com derivativos que a Classe poderá realizar, em observância ao item 6.4.2;

92. Parcela Consignada dos Proventos: é a parcela dos proventos de cada um dos Devedores que será consignada pelos Entes Públicos Conveniados na folha de pagamento dos Devedores para pagamento das CCBs;

93. Partes Relacionadas: significa as partes integrantes de um mesmo Grupo Econômico;

94. Patrimônio Líquido Subordinado Júnior: o resultado do número de Cotas Subordinadas Júnior em circulação multiplicado pelo valor de cada Cota Subordinada Júnior, calculado nos termos do Anexo;

95. Período de Investimento: é o período no qual o Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito Elegíveis, que se inicia na Data da 1ª Integralização de Cotas e se encerra após 18 (dezoito meses);

96. Política de Investimento: a política de investimento da Classe, descrita no Capítulo 6 do Anexo;

97. Portal de Consignação: o portal do respectivo Ente Público Conveniado, por meio do qual a Cedente efetiva a Consignação de Proventos em folha de pagamento/benefícios da respectiva CCB de cada um dos Devedores;

98. Proventos: são os benefícios sob a forma de salário, aposentadoria, pensão, e quaisquer outros proventos e/ou benefícios, previstos na folha de pagamento mensal dos Entes Públicos Conveniados para serem pagos aos Devedores;

99. Razão de Garantia: a relação mínima entre o Patrimônio Líquido da Classe e o valor das Cotas Sênior. Isto quer dizer que a Classe deverá ter, no mínimo, 15% (quinze por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Cotas Subordinadas Júnior e 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Cotas Subordinadas Mezanino e, portanto, 75% (setenta e cinco por cento), no máximo, do seu Patrimônio Líquido por Cotas Sênior. Esta relação será apurada diariamente;

100. Recibo/Autorização de Inclusão de Consignação: é o instrumento anuído pelo Devedor por meio do qual autoriza o desconto em folha de pagamento de parte de seus Proventos para pagamento dos valores devidos no âmbito da CCB;

101. Reserva de Caixa: a reserva constituída para o pagamento de despesas ordinárias do Fundo;

102. Resolução CMN nº 4.993: a Resolução do CMN nº 4.993, de 24 de março de 2022;

103. Resolução CMN nº 4.994: a Resolução do CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022;

104. Resolução CVM nº 30: a resolução CVM nº 30, de 13 de julho de 2021, conforme alterada;

105. Resolução CVM nº 160: a Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022;

106. Resolução CVM nº 175: a Resolução da CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022;

107. SERASA: o SERASA S.A.;

108. Série: cada um dos subconjuntos de Cotas Sênior, observados os critérios de diferenciação presentes no Anexo;

109. SIAPE: o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 99.328, de 19 de junho de 1990, de abrangência nacional, cuja finalidade é integrar todas as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores federais ativos e inativos, e beneficiários de pensão do Poder Executivo Federal, por meio do qual as Consignações de Proventos em folha dos servidores federais são operacionalizadas;

110. Sistema de Assinatura Eletrônica: o sistema que permita a assinatura digital certificada de determinados documentos sem a utilização da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira de que trata a Medida Provisória 2.200-2/01, sendo tais contratos ou documentos criados, assinados, armazenados e acessados em ambiente virtual, de acordo com os termos e condições de uso previamente aceitos pelos usuários do sistema;

111. Suplemento: cada suplemento anexo ao Regulamento;

112. Taxa de Administração: significa a taxa que é devida à Administradora;

113. Taxa de Gestão: a remuneração devida à Gestora;

114. Taxa de Cessão: a taxa de cessão de cada um dos Direitos de Crédito para a Classe, a qual constará da documentação referente a cada cessão de Direitos de Crédito, devendo ser comunicada pela Gestora à Administradora;

115. Taxa Mínima de Cessão: a taxa mínima de cessão de cada um dos Direitos de Crédito Elegíveis para a Classe, equivalente ao maior entre (a) CDI acrescido de *spread* de 6,50% a.a. (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano), e (b) 1,70% a.m. (um inteiro e setenta centésimos por cento ao mês) para Devedores com Ente Público Conveniado Federal (SIAPE) ou (a) CDI acrescido de *spread* de 6,50% a.a. (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento ao ano) e (b) 1,85 % a.m. (um inteiro e oitenta e cinco centésimo inteiros por cento ao mês) para Devedores com Ente Público Conveniado Estadual (Estados);

116. Taxa Selic: a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, conforme definida na Resolução do BACEN nº 61, de 13 de janeiro de 2021, ou norma que venha a substitui-la;

117. Termo de Cessão: o termo celebrado entre a Classe e a Cedente, por meio do qual, respeitado os termos e condições do Contrato de Cessão, é formalizada a cessão de cada um dos Direitos de Crédito cedidos à Classe pela Cedente;

118. Valor Contábil: o valor pelo qual os Direitos de Crédito são registrados contabilmente pela Classe, calculado, na data de apuração, pelo respectivo custo de

aquisição, atualizado pela respectiva Taxa de Cessão e líquido de provisões relativas a eventual inadimplência;

119. Valor de Referência das Cotas Sênior: o valor das Cotas Sênior, atualizado pelo *Benchmark* das Cotas Sênior *pro rata* no período, deduzido dos valores de amortização e acrescido dos valores integralizados desde a Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior, atualizados pelo *Benchmark* das Cotas Sênior desde a respectiva data de amortização ou integralização, conforme o caso. O Valor de Referência das Cotas Seniores está limitado ao valor do patrimônio líquido da Classe; e

120. Valor de Referência das Cotas Subordinadas Mezanino: o valor de emissão das Cotas Subordinadas Mezanino, atualizado pelo *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino *pro rata* no período, deduzido dos valores de amortização e acrescido dos valores integralizados desde a data da 1ª integralização de Cotas Subordinadas Mezanino, atualizados pelo *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino desde a respectiva data de amortização ou integralização (limitado ao valor do patrimônio líquido da Classe).

SUPLEMENTO I - SUPLEMENTO DE EMISSÃO DE COTAS SÊNIOR

Emissão: [•]ª Emissão de Cotas Sênior da [•] Série.

Quantidade de Cotas: [•] ([•]) Cotas Sênior.

Montante total: R$ [•] ([•])

Regime de Colocação: As Cotas Sênior serão ofertadas sob o regime de melhores esforços de colocação.

Montante Mínimo da Oferta: R$ [•] ([•])

Valor Nominal Unitário: R$ [•] ([•])

Forma de Distribuição: As Cotas Sênior serão objeto de distribuição pública sob rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, exclusivamente para Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 12 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Oferta"). Será admitida distribuição parcial das Cotas Sênior objeto desta Oferta, sendo que a manutenção da Ofertas das Cotas Sênior está condicionada à subscrição no vencimento da oferta de, no mínimo, [•] ([•]) Cota, no valor unitário equivalente a R$ [•] ([•]), equivalente ao montante total de R$ [•] ([•]) ("Montante Mínimo da Oferta"). Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Cotas Sênior que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de colocação serão canceladas pela Administradora. Caso não seja atingido o Montante Mínimo da Oferta, a Oferta será cancelada sem necessidade de aprovação em Assembleia Especial de Cotistas. Caso haja integralização e a Oferta de Cotas seja cancelada, os valores referentes às Cotas Sênior já subscritas e integralizadas serão devolvidos aos respectivos cotistas ou investidores, conforme o caso, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações da Classe em investimentos temporários, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de integralização, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do cancelamento da Oferta de Cotas Sênior. As Cotas Sênior poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo e Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – Fundos21, administrados e operacionalizados pela B3.

Caso a Oferta não seja encerrada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do seu início, a instituição intermediária responsável pela colocação das Cotas Sênior deverá informar à CVM sobre os dados então disponíveis da Oferta, complementando-os semestralmente até o seu encerramento.

Forma de subscrição e integralização: A integralização das Cotas Sênior deverá ocorrer a prazo, conforme chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora, conforme orientação da Gestora, mediante notificação prévia à Administradora de [•] ([•]) Dias Úteis de cada data de integralização, observado que (i) a 1ª (primeira) integralização será realizada no ato da subscrição e (ii) a última data de integralização deverá ocorrer até o final do Período de Investimento. As Cotas Sênior que não forem integralizadas até o final do Período de Investimento deverão ser canceladas pela Administradora. Considerada *pro forma* a integralização pretendida, como condição para as integralizações de Cotas Sênior o Fundo deverá estar em conformidade com a Razão de Garantia.

Data de Emissão: [•]

Pagamento de rendimentos e amortização. Os rendimentos das Cotas Sênior da ([•]) Série, observados o *Benchmark* das Cotas Sênior da ([•]) Série, serão pagos mensalmente mediante exclusivo critério da Gestora em regime de melhores esforços, a partir do 6º (sexto) mês (inclusive) contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior da ([•]) Série, desde que o Patrimônio Líquido permita e a Classe tenha disponibilidades para tanto. Caso a Classe não tenha pago os rendimentos, estes serão incorporados ao valor de principal das Cotas Sênior da ([•]) Série. O valor de principal das Cotas Sênior da ([•]) Série será amortizado, em regime de caixa, mediante solicitação da Gestora, a partir do 18º (décimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior da ([•]) Série, desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, sendo o período anterior a tal data entendido como o "Período de Investimento" (carência). A partir de então, as Cotas Sênior da ([•]) Série serão amortizadas nos termos do previsto no Capítulo 10 do Anexo Descritivo. Os pagamentos de rendimentos e amortizações mencionados acima deverá ser realizado no dia 15 (quinze) do mês a que se referir a respectiva parcela de rendimentos e amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não considerado como Dia Útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente

Resgate: O resgate das Cotas Sênior da ([•]) Série deverá ocorrer até o [•]º ([•]) mês, contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Sênior da [•]ª Série.

Benchmark: As Cotas [•] possuem meta de rentabilidade prioritária correspondente a [•].

Razão de Garantia: [•]% ([•] por cento).

Público-alvo: Investidores Qualificados.

Os termos utilizados neste Apêndice de Cotas Sêniores, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra

forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo da Classe e no Regulamento do Fundo.

São Paulo, [•] de [•] de 2024.

SUPLEMENTO II - SUPLEMENTO DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Emissão: [•]ª Emissão de Cotas Subordinadas Mezanino.

Quantidade de Cotas: [•] ([•]) Cotas Subordinadas Mezanino.

Montante total: R$ [•] ([•])

Regime de Colocação: As Cotas Subordinadas Mezanino serão ofertadas sob o regime de melhores esforços de colocação.

Montante Mínimo da Oferta: R$ [•] ([•])

Valor Nominal Unitário: R$ [•] ([•])

Forma de Distribuição: As Cotas Subordinadas Mezanino serão objeto de distribuição pública sob rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, exclusivamente para Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 12 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Oferta"). Será admitida distribuição parcial das Cotas Subordinadas Mezanino objeto desta Oferta, sendo que a manutenção da Ofertas das Cotas Subordinadas Mezanino está condicionada à subscrição no vencimento da oferta de, no mínimo, [•] ([•]) Cotas Subordinadas Mezanino, no valor unitário equivalente a R$ [•] ([•]), equivalente ao montante total de R$ [•] ([•]) ("Montante Mínimo da Oferta"). Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Cotas Subordinadas Mezanino que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de colocação serão canceladas pela Administradora. Caso não seja atingido o Montante Mínimo da Oferta, a Oferta será cancelada sem necessidade de aprovação em Assembleia Especial de Cotistas. Caso haja integralização e a Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino seja cancelada, os valores referentes às Cotas Subordinadas Mezanino já subscritas e integralizadas serão devolvidos aos respectivos cotistas ou investidores, conforme o caso, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações da Classe em investimentos temporários, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de integralização, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do cancelamento da Oferta de Cotas Subordinadas Mezanino. As Cotas Subordinadas Mezanino poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo e Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – Fundos21, administrados e operacionalizados pela B3.

Caso Oferta não seja encerrada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do seu início, a instituição intermediária responsável pela colocação das Cotas

Subordinadas Mezanino deverá informar à CVM sobre os dados então disponíveis da Oferta, complementando-os semestralmente até o seu encerramento.

Forma de subscrição e integralização: A integralização das Cotas emissão deverá ocorrer a prazo, conforme chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora, conforme orientação da Gestora, mediante notificação prévia à Administradora de [•] ([•]) Dias Úteis de cada data de integralização, observado que (i) a 1ª (primeira) integralização será realizada no ato da subscrição e (ii) a última data de integralização deverá ocorrer até o final do Período de Investimento. As Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão que não forem integralizadas até o final do Período de Investimento deverão ser canceladas pela Administradora. Considerada pro forma a integralização pretendida, como condição para as integralizações de Cotas da Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão do Fundo deverá estar em conformidade com a Razão de Garantia.

Data de Emissão: [•]

Pagamento de rendimentos e amortização. Os rendimentos das Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão, observados o *Benchmark* das Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão, serão pagos mensalmente mediante exclusivo critério da Gestora em regime de melhores esforços, a partir do 6º (sexto) mês (inclusive) contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão, desde que o Patrimônio Líquido permita e a Classe tenha disponibilidades para tanto. Caso a Classe não tenha pago os rendimentos, estes serão incorporados ao valor de principal das Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão. O valor de principal das Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão será amortizado, em regime de caixa, mediante solicitação da Gestora, a partir do 18º (décimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão, desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, sendo o período anterior a tal data entendido como o "Período de Investimento" (carência). A partir de então, as Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão serão amortizadas nos termos do previsto no Capítulo 10 do Anexo Descritivo. Os pagamentos de rendimentos e amortizações mencionados acima deverá ser realizado no dia 15 (quinze) do mês a que se referir a respectiva parcela de rendimentos e amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não considerado como Dia Útil na praça em que a Administradora está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro Dia Útil subsequente

Resgate: O resgate das Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão deverá ocorrer até o [•]º ([•]) mês, contado da Data da 1ª Integralização de Cotas Subordinadas Mezanino da [•]ª emissão.

Benchmark: As Cotas Subordinadas Mezanino [•] possuem meta de rentabilidade prioritária correspondente a [•].

Razão de Garantia: [•]% ([•] por cento).

Público-alvo: Investidores Qualificados.

Os termos utilizados neste Apêndice de Cotas Subordinadas Mezanino [•], iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo da Classe e no Regulamento do Fundo.

São Paulo, [•] de [•] de 2024.

SUPLEMENTO III - SUPLEMENTO DE EMISSÃO DE COTAS SUBORDINADA JÚNIOR

Emissão: [•]ª Emissão de Cotas [•].

Quantidade de Cotas: [•] ([•]) Cotas [•].

Montante total: R$ [•] ([•])

Regime de Colocação: As Cotas serão ofertadas sob o regime de melhores esforços de colocação.

Montante Mínimo da Oferta: R$ [•] ([•])

Valor Nominal Unitário: R$ [•] ([•])

Forma de Distribuição: As Cotas [•] serão objeto de distribuição pública sob rito de registro automático, nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, exclusivamente para Investidores Qualificados, conforme definidos pelo artigo 12 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 30, de 11 de maio de 2021 ("Oferta"). Será admitida distribuição parcial das Cotas objeto desta Oferta, sendo que a manutenção da Ofertas das Cotas está condicionada à subscrição no vencimento da oferta de, no mínimo, [•] ([•]) Cota, no valor unitário equivalente a R$ [•] ([•]), equivalente ao montante total de R$ [•] ([•]) ("Montante Mínimo da Oferta"). Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Cotas Subordinadas Junior que não forem efetivamente subscritas e integralizadas no prazo de colocação serão canceladas pela Administradora. Caso não seja atingido o Montante Mínimo da Oferta, a Oferta será cancelada sem necessidade de aprovação em Assembleia Especial de Cotistas de Cotistas. Caso haja integralização e a Oferta de Cotas seja cancelada, os valores referentes às Cotas já subscritas e integralizadas serão devolvidos aos respectivos cotistas ou investidores, conforme o caso, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações da Classe em investimentos temporários, calculados *pro rata temporis*, a partir da data de integralização, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do cancelamento da Oferta de Cotas. As Cotas poderão ser registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo e Distribuição de Ativos e para negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – Fundos21, administrados e operacionalizados pela B3.

Caso Oferta não seja encerrada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados do seu início, a instituição intermediária responsável pela colocação das Cotas deverá informar à CVM sobre os dados então disponíveis da Oferta, complementando-os semestralmente até o seu encerramento.

Forma de subscrição e integralização: A integralização das Cotas emissão deverá ocorrer a prazo, conforme chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora, conforme orientação da Gestor, mediante notificação prévia de [•] ([•]) Dias Úteis de cada data de integralização, observado que (i) a 1ª (primeira) integralização será realizada no ato da subscrição e (ii) a última data de integralização deverá ocorrer até o final do Período de Investimento. As Cotas da [•]ª emissão que não forem integralizadas até o final do Período de Investimento deverão ser canceladas pela Administradora. Considerada pro forma a integralização pretendida, como condição para as integralizações de Cotas da [•]ª emissão o Fundo deverá estar em conformidade com a Razão de Garantia.

Data de Emissão: [•]

Data de Resgate: [•]

Datas de Amortização: [•]

Benchmark: As Cotas [•] possuem meta de rentabilidade prioritária correspondente a [•].

Razão de Garantia: [•]% ([•] por cento).

Público-alvo: Investidores Qualificados.

Os termos utilizados neste Apêndice de Cotas [•], iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo da Classe e no Regulamento do Fundo.

São Paulo, [•] de [•] de 2024.

SUPLEMENTO IV - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

I. Política de Concessão de Crédito

A política de concessão crédito, desenvolvida e monitorada pela Entidade Consignatária, pode ser sintetizada da forma descrita abaixo.

1. Objetivo

A presente política tem por objetivo definir as regras gerais para concessão de operações de crédito consignado para Devedores integrantes e/ou que recebam seus Proventos por meio de algum dos Entes Públicos Conveniados.

2. Abrangência

A Entidade Consignatária e áreas internas da Entidade Consignatária que fazem parte do processo de concessão de operações de crédito consignado para Devedor que seja integrante e/ou receba seus Proventos por meio de algum dos Entes Públicos Conveniados.

3. Descrição dos Procedimentos

3.1. Introdução

O produto de operações de crédito consignado para Devedor que seja integrante e/ou receba seus Proventos por meio de algum dos Entes Públicos Conveniados à Entidade Consignatária.

3.2. Regras Cadastrais

3.2.1. Créditos Proibidos

Não é permitida a concessão de operações de crédito consignado para Devedor que não possui estabilidade. Cada Convênio contempla os cargos não aceitos para empréstimos.

3.2.2. Idade Permitida

A idade mínima para contratação é de 21 (vinte e um) anos. A idade máxima para contratação é de 72 (setenta e dois) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias.

3.2.3. Tipo de Pessoa

Somente pessoas físicas alfabetizadas.

3.2.4. Forma de Liberação do Crédito

Obrigatoriamente em conta corrente de titularidade do cliente. Conforme previsto nos respectivos Convênios, poderá haver previsão de obrigatoriedade de se utilizar a conta constante no contracheque. Não é admitida liberação em ordem de pagamento.

3.2.5. Quantidade máxima de contratos

Depende da exigência do Convênio, desde que respeite o limite da margem consignável.

3.2.6. Convênios aptos a operar

Antes da celebração de convênios com entes públicos, assim entendidas as pessoas jurídicas de direito público federais e/ou estaduais, a Entidade Consignatária efetua uma análise prévia do comportamento de referidos entes públicos, buscando identificar eventuais problemas operacionais e financeiros no repasse dos descontos efetuados em folha em operações conveniadas. São também verificadas as condições exigidas pelo ente público para a celebração de convênios, para se avaliar a compatibilidade das exigências com os padrões de operação.

Os convênios aptos a operar terão sua aprovação mediante procedimento específico e devem se enquadrar nas políticas estipuladas no 4.1 da presente política. Qualquer outra exigência deverá ter o aval da área de crédito da Entidade Consignatária.

3.2.7. Tempo Mínimo de Contratação/Admissão

Desde que o Devedor seja integrante e/ou receba seus Proventos por meio de algum dos Entes Públicos Conveniados e que possua funções/cargos compreendidos como estáveis, não há tempo mínimo de contratação/admissão.

4. Regras de Crédito

4.1. Política

Cada Convênio deverá possuir um roteiro operacional que contempla os limites estabelecidos para idade, prazo, valor mínimo e máximo para o produto em todas as modalidades (Empréstimo, Cartão de Crédito Consignado e Cartão de Benefícios Consignado).

Todas as instituições dos Entes Públicos Conveniados, serão previamente analisadas e aprovadas, levando em consideração a situação econômica e financeira na data da referida análise.

Abaixo estão previstas as regras gerais dos parâmetros mínimos e máximos de valores, prazo e idade para os Convênios.

O valor mínimo para cada operação é de R$ 1.000,00 (mil reais) e o valor máximo é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para os quais as regras específicas estão estipuladas nos roteiros operacionais de cada convênio.

O prazo mínimo de financiamento será de 6 (seis) meses e o prazo máximo será de 96 (noventa e seis) meses, respeitando as regras específicas descritas nos roteiros operacionais de cada Convênio, devendo observar o prazo médio ponderado de 60 (sessenta) meses.

A idade mínima é de 21 (vinte e um) anos e a idade máxima não poderá ultrapassar 80 (oitenta) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, respeitando as regras específicas descritas nos roteiros operacionais de cada Convênio.

O crédito deverá ser formalizado através da CCB e o Devedor deverá entregar uma cópia do Documento de Identidade, CPF e Contracheque vigente, dentre dos documentos solicitados.

4.2. Margem Consignável

A partir da definição dos percentuais máximos de descontos permitidos, conforme determinado pelos Entes Públicos Conveniados, a Entidade Consignatária, para definição da operação de crédito, leva em consideração a margem consignável do Devedor que está disponível no Portal de Consignação.

4.3. Alçada para aprovação

Alçada para aprovação de contratações ou que desenquadre o proposto:

Alçada terceirizada	Até R$ 0,00
Analista de crédito	Até R$ 1.500,00
Coordenador/Especialista	Até R$ 3.000,00
Gerente Geral / Superintendente de Crédito	Até R$ 10.000,00
Diretor de Crédito	Até R$ 50.000,00
Comitê de Crédito	Acima de R$ 50.000,00


singulare


VINCI
partners

SUPLEMENTO V - POLÍTICA DE COBRANÇA

I. Política de Cobrança Ordinária

1. os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Devedores, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) das Cédulas de Crédito Bancárias vencida(s) no período;

2. os valores descontados são repassados, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes, às Contas Fiduciárias. Neste sentido, todos os Entes Públicos Conveniados terão sido notificados para pagamento dos Direitos de Crédito nas Contas Fiduciárias;

3. a regularidade dos pagamentos das parcelas da CCB é verificada pelo Custodiante com base nos valores depositados nas Contas Fiduciárias e nos relatórios disponibilizados pelos Entes Públicos Conveniados;

4. toda e qualquer movimentação dos recursos depositados nas Contas Fiduciárias será autorizada pelo Custodiante. Assim, observadas as etapas acima, os recursos oriundos dos Direitos de Crédito deverão ser repassados à Conta da Classe até o Dia Útil seguinte ao vencimento da respectiva CCB; e

5. eventuais recursos excedentes nas Contas Fiduciárias relativos aos pagamentos de Direitos de Crédito não cedidos ao Fundo ou a outros fundos de investimento serão transferidos para conta de livre movimentação de titularidade da Entidade Consignatária ou para a conta dos demais fundos de investimento que figuram como parte do Contrato de Contas Fiduciárias.

II. Política de Cobrança Extraordinária

1. Objetivo

A presente política tem por objetivo estabelecer as regras e procedimentos gerais para o procedimento de cobrança extraordinária dos Direitos de Crédito decorrentes de operações de crédito consignado pelo Fundo.

2. Abrangência

O Agente de Cobrança contratado, que faz parte do procedimento de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos decorrentes de operações de crédito consignado para Devedores que sejam integrantes e/ou recebam seus Proventos por meio de algum dos Entes Públicos Conveniados.

3. Vigência

A presente política terá vigência até o término do prazo de duração do Fundo e/ou até a sua liquidação. As eventuais atualizações na presente política poderão ser realizadas em decorrência da regulamentação vigente ou mediante aprovação dos Cotistas.

4. Procedimentos de cobrança

O Agente de Cobrança contratado deverá atuar de acordo com as ações a serem iniciadas conforme cada período das faixas de atraso. Todos os produtos devem conter a régua de cobrança, que pode ser a padrão ou ter características próprias aprovadas com o respectivo produto.

4.1. Atraso inferior a 90 (noventa) dias

É de responsabilidade da Entidade Consignatária a cobrança de atrasos inferiores a 90 (noventa) dias.

A cobrança será realizada de forma amigável, fazendo o uso, para tanto, de telefonemas, cartas, SMS, e notificações aos Devedores inadimplentes.

4.2. Atraso superior a 90 (noventa) dias

O Agente de Cobrança contratado, ou escritório externo, enviarão notificação, por escrito, aos clientes informando a data de vencimento de suas operações ou parcelas.

Adicionalmente, também serão enviadas mensagens eletrônicas, na tentativa de exaurir as formas de negociação.

4.3. Atraso superior a 120 (cento e vinte) dias

O Agente de Cobrança, ou escritório externo, além das notificações e envio de mensagens (SMS), contatarão o Devedor para negociação.

Além dos contatos, poderá ser realizada a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito (Serasa).

5. Exceções

5.1. Servidores Exonerados/Desligados

Após a confirmação do desligamento do Devedor por parte do Ente Público Conveniado, serão adotadas as seguintes medidas de cobrança:

(i) Negativação do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito (Serasa);
(ii) Envio de notificação extrajudicial e mensagens (SMS); e
(iii) Cobrança ativa.

6. Parâmetros de Renegociação

O parcelamento do saldo devedor observará as seguintes premissas:

(i) Entrada mínima de 10% (dez por cento) sobre o saldo vencido; e
(ii) Saldo residual em até 96 (noventa e seis) parcelas, respeitado o prazo de amortização das Cotas Sênior, sendo o valor mínimo da parcela de R$ 30,00 (trinta reais).

Obs.: Exceções aos procedimentos previstos acima poderão ser realizadas mediante aprovação do Agente de Cobrança e da Gestora.

SUPLEMENTO VI - METODOLOGIA ADOTADA PARA VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS DE CRÉDITO POR AMOSTRAGEM

Conforme disposto no Regulamento e nas disposições legais e regulatórias aplicáveis, a obrigação da integridade e titularidade do lastro dos Direitos de Crédito será realizada por amostragem.

Para a verificação do lastro dos Direitos de Crédito, a Gestora ou terceiro por ela contratado deverá utilizar os seguintes procedimentos e parâmetros em relação à quantidade de Direitos de Crédito cedidos:

Procedimentos realizados:

(a) obtenção de base de dados analítica por recebível junto à Gestora e/ou à Administradora, conforme o caso, para seleção de uma amostra de itens para fins de verificação da documentação comprobatória dos Direitos de Crédito;

(b) seleção de uma amostra aleatória de itens a serem verificados: (1) dividindo-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (K); (2) sorteando-se o ponto de partida; e (3) retirando-se uma amostra a cada K elementos;

(c) será selecionada uma amostra utilizando as bases de dados (1) e (2) unificadas, obedecendo aos seguintes critérios:

Tamanho da amostra:

O tamanho da amostra será definido por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática e seguintes parâmetros estatísticos:

$$n = \frac{N * z^2 * p * (1 - p)}{ME^2 * (N - 1) + z^2 * p * (1-p)}$$

Onde:
n = tamanho da amostra
N = totalidade de Direitos de Crédito adquiridos
z = Critical score = 1,96
p = proporção a ser estimada = 50%
ME = erro médio = 5,8%

Base e critério de seleção:

Sem prejuízo do disposto abaixo, a população base para a seleção da amostra compreenderá os Direitos de Crédito em aberto (a vencer) e Direitos de Crédito recomprados no trimestre de referência.

Além da verificação por amostragem, serão verificados, ainda, 100% (cem por cento) dos Direitos de Crédito inadimplidos e os substituídos no referido trimestre.

A seleção dos Direitos de Crédito será obtida da seguinte forma: (1) para as 5 (cinco) Cedentes mais representativas em aberto na carteira e para as 5 (cinco) Cedentes mais representativas que tiveram títulos recomprados, serão selecionados os 3 (três) Direitos de Crédito de maior valor; e, (2) adicionalmente, serão selecionados os demais itens para completar a quantidade total de itens da amostra.

SUPLEMENTO VII – PROCESSO DE ORIGINAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A originação dos Direitos de Crédito segue as seguintes etapas:

I. Identificação por um correspondente bancário de pessoa física interessada em empréstimo pessoal com Consignação na respectiva folha de pagamento (potencial Devedor);

II. Verificação pela Entidade Consignatária de disponibilidade suficiente de margem consignável do benefício do potencial Devedor junto ao Ente Público Conveniado;

III. Coleta as informações e documentos necessários para conclusão do cadastro do Devedor e coleta a assinatura do Devedor na CCB contendo os termos e condições da operação de empréstimo pessoal com Consignação em folha de pagamento;

IV. Averbação, pela Entidade Consignatária junto ao Ente Público Conveniado do empréstimo para Consignação na folha de pagamento do Devedor; e

V. Após a efetivação da averbação junto ao Ente Público Conveniado do empréstimo para Consignação na folha de pagamento do Devedor, o Cedente faz o desembolso da CCB em conta corrente ou de pagamento de titularidade do Devedor.